

O PROJECTO PARA
A REINTEGRAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA E
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
NA REPÚBLICA DE ANGOLA

Relatório Final

Março 2009

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO

IC NET LIMITED
NIPPON KOEI CO., LTD.

PPD
JR
09-007

PREFÁCIO

Em resposta a uma solicitação da República da Angola, o Governo do Japão decidiu conduzir um estudo sobre Reintegração Sócio-económica e Desenvolvimento Comunitário na República de Angola e confiado à Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

Por sua vez, de Setembro de 2006 à Dezembro de 2008, a JICA seleccionou e mandatou uma equipa de estudo encabeçada pelo Sr. Seko da IC Net Limited e membros de IC Net Limited e Nippon Koei Co., Ltd.

A equipa manteve diálogo de consertação com a contra parte do Governo de Angola e conduziu pesquisas de campo na área de estudo. Antes de regressar ao Japão, a equipa conduziu estudos adicionais e preparou este relatório final.

Espero que este relatório contribua para a promoção de planificação de reintegração sócio-económica e desenvolvimento comunitário e fortalecimento melhoria da relação de amizade entre os nossos dois países.

Finalmente, desejo exprimir a minha apreciação sincera aos funcionários da contra parte do Governo da Angola em relação a sua estreita cooperação dada ao estudo.

Março, 2009

Izumi ARAI,
Vice-Presidente
Agência de Cooperação Internacional do Japão

CARTA DE TRAMITAÇÃO

Prezado senhor

Temos o prazer em submeter-lhe o presente relatório sobre o Projecto de Estudo da Reintegração Sócio-económica e Desenvolvimento de Comunitário na República da Angola.

O relatório apresenta os resultados de todo o trabalho desenvolvido tanto em Angola como no Japão, durante um período total de 35 meses, desde Agosto de 2006 à Fevereiro de 2009.

Este estudo começou na linha da estrutura “da Segurança Humana” para Angola na qual a população angolana e o seu governo estavam envolvidos para a reabilitação pós-guerra depois do cessar-fogo de uma guerra civil de 26 anos.

A equipa de estudo preparou um plano de desenvolvimento para a área rural do Município do Lobito, Província de Benguela que é uma das áreas importantes de reconstrução e desenvolvimento do país. O plano é baseado nas lições aprendidas durante a implementação ao longo de 2 anos de treze projectos pilotos e nos resultados da planificação participativa por área e sectores realizados durante o estudo. Os projectos pilotos foram concluídos com sucesso com resultados notáveis, e o relatório propõe “o Plano de Desenvolvimento,” que é a continuação e a expansão das actividades iniciadas pelo estudo. Esperamos sinceramente que o plano possa ser implementado pelo Governo Provincial de Benguela e pela Administração Municipal do Lobito o mais cedo possível.

Desejamos exprimir o nosso profundo apreço e gratidão sincera à vossa Agência, o Ministério de Relações Exteriores pela cortesia e cooperação amável extendida à nossa equipa. Também desejamos exprimir o nosso apreço e gratidão profundos ao vosso escritório na África do Sul, a Embaixada do Japão em Angola, ao MINARS Angola, ao governo local da área alvo e outras autoridades relacionadas pela sua estreita cooperação e a ajuda que prestaram à nossa equipa durante a nossa investigação de campo e estudos em Angola.

Atenciosamente,

Akiya Seko
Líder da Equipa do Projecto para a
Reintegração Social e Económica e
Desenvolvimento Comunitário
na República de Angola

Sumario Ejecutivo

I. Estudo

1. Antecedentes

Em Angola a guerra civil, para a qual, a guerra fria provocou um contexto, continuou desde a independência em 1975 até ao acordo de cessar-fogo em Abril de 2002. Depois do cessar-fogo, as organizações internacionais providenciaram assistência de emergência e de reconstrução para promover o retorno dos deslocados internos e a reintegração na sociedade civil dos soldados desmobilizados .

Agências do governo Japones recolheu informações básicas sobre a edificação da paz, de Fevereiro à Março de 2003, apresentando a possibilidade de cooperação. Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) levou a cabo o projecto de formulação de estudo de Novembro de 2004 à Janeiro de 2006, a avaliação preliminar foi feita em Março do mesmo ano. O acordo de trabalho foi concluído em Junho e o estudo de desenvolvimento foi implementado de Setembro de 2006 à Fevereiro de 2009.

2. Objectivos

O estudo de desenvolvimento tem os seguintes objectivos:

1. Formular um plano mestre para a reconstrução e desenvolvimento regional
2. Indicar um modelo de reconstrução e desenvolvimento rural, através de projectos pilotos, considerando a sua aplicabilidade em outras áreas.
3. Disseminar as lições aprendidas deste estudo.

Aquando da planificação, a Equipa do Estudo prestou atenção sobre o seguinte:

Fazer o plano prático e versátil

1. Adotar a abordagem participativa na planificação para permitir aos relacionados cultivarem o sentimento de auto-pertença
2. Prestar atenção as rápidas mudanças da sociedade Angolana e capacitar os actores nas actividades de desenvolvimento
3. Experimentar a aplicação participativa em outras áreas

Levar a cabo projectos pilotos que vão directamente ao encontro das necessidades de reconstrução e desenvolvimento das comunidades que verificam ao mesmo tempo, as suas potencialidades como projectos de desenvolvimento.

1. Para seleccionar projectos que enquadram as necessidades das comunidades depois da guerra civil sobre o conceito básico da segurança humana, com a consideração na edificação das capacidades dos actores nas actividades de desenvolvimento.
2. Estabelecer um sistema que alcança o efeito sinérgico entre os projectos aquando da sua implementação

3. Área alvo

Nas províncias de Benguela e Kuanza Sul, as assistências de emergência e de reconstrução foram levadas a cabo nas áreas do interior onde se encontravam muitas pessoas deslocadas e soldados desmobilizados. Porém na província de Benguela, como muitas pessoas refugiaram-se na zona da costa, foi prestada uma assistência de emergência e de reconstrução em toda a escala. Então, a sociedade tornou-se estável e os deslocados regressaram às suas procedências na zona do interior. Como resultado, a assistência na zona litoral começou a diminuir gradualmente. Porém para as duas províncias ainda há necessidade de reconstrução para a zona costeira.

Na base das recomendações dos governos provinciais, ficou determinado que o estudo da JICA fosse feito na área costeira. Os projectos pilotos foram implementados na comuna do Capolo, município do Porto Amboim, na província do Kuanza Sul, na comuna da Canjala, município do Lobito e na comuna do Dombe Grande, município da Baía Farta, província de Benguela. Todas estas áreas exigiram fortemente a reconstrução.

A área rural do Lobito foi seleccionada como alvo do plano mestre na base dos seguintes critérios de selecção. O plano pode servir como uma referência para as áreas do interior.

1. O cenário da situação social dos deslocados assemelham-se aos da área do interior.
2. Na partilha do poder para os municípios no âmbito da política de descentralização, a administração da comuna coloca-se na frente nas áreas rurais. O município do Lobito foi indicado para experiência da descentralização e está planificado a transferência do poder para as administrações comunais até certo ponto.

4. Estratégia de Estudo na Elaboração de um Plano Mestre

Metodo do Estudo

Primeiro que tudo, tem de se fomentar e fortalecer a capacidade para desenvolvimento do grupo de residentes locais que, são os beneficiários do projecto, para que um projecto seja uma fundação de desenvolvimento independente e sustentável da região. Por outra parte, pode dirigir que se juntem tais capacidades separadas como uma capacidade regional, se existe nas comunas ou comunidades dentro da área de cobertura, uma organização dos residentes encarregados de repartir a capacidade que o grupo de beneficiários tem no seu seio.

É o pessoal administrativo público ou as ONG's locais que devem encarregar-se em apoiar aos residentes elevar e fortalecer a capacidade de desenvolvimento. Eles têm uma relação estreita com os residentes locais e actuam como mediadores ou executores no processo de desenvolvimento.

O estudo trata de promover uma transformação de sistema local e entender o estado da sua mudança para estes três elementos indicados como seguintes:

“Recursos” nas formas humanas, bens, material e financeira para se alcançar o objectivo do projecto.

“Organização” que aplique e maneje os recursos apresentados acima.

“Regras” que dirigem os membros da organização para que se maneje os recursos.

A Equipa de estudo intitulou “ a Sistema Local” a entidade composta pelas actores relacionadas junto com três elementos assim indicados nas localidades e projectou fazê-la funcionar mais efectivamente, permitindo a geração de uma sinergia de capacidades entre as actores relacionadas.

Elaboração do plano

O plano será elaborado como um programa em forma ascendente pelas comunas e sectores como está ilustrado na Figura S-1¹. As programas comunais foram elaborados por residentes e o pessoal administrativo público de cada uma das quatro comuna, em maneira interdisciplinar com respeito ao sector, como agricultura, educação e saúde. Está indicado na zona com a cor azul claro na Figura S-1.

O programa por sector será elaborado em toda área rural do município do Lobito pelo pessoal administrativo, representando os três ministérios encarregados (zona amarela vertical da Figura S-1).

¹ Até agora, têm trabalhado as direcções provinciais de cada ministério, segundo o plano nacional. Entretanto, adapta-se o enfoque ascendente na elaboração do plano de desenvolvimento ao nível de cidades, que se considera como uma forma de introdução do processo de descentralização. Com o enfoque ascendente, as direcções provinciais preparam o esboço de planos por sectores de cada cidade. Não obstante, a partir daí, fazem o papel dos consultores exteriores.



Fonte: Equipa do Estudo

Figure S-1 Método de Elaboração do Plano

Para elaborar o plano se utilizará Programação Sectorial Participativa, ou Participatory Sectorial Programming (refere-se daqui em diante PSP em siglas em inglês), e para organizar os resultados da re-análise dos sete planos, o Balanced Scorecard (refere-se daqui em diante a abreviatura BSC em siglas em inglês).

Estes setes planos no total, serão analisados pelo departamento de planificação do município e serão apresentados como programa de reconstrução e desenvolvimento do mesmo. Isto se realizará depois de coordenar com a política básica de desenvolvimento do município por sectores, o qual está sob elaboração actualmente. Aplicou-se o esboço e a planificação em todas as fases mencionadas antes, incluindo o processo e sistema de execução do plano, a visão de um “marco geral de estudo”.

II. Perfil de País e Area Alvo

1. Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola

O actual plano de desenvolvimento do governo consiste do “Angola 2025 (elaborado em 2004) (estrutura de desenvolvimento a longo prazo)” e do Programa Geral do Governo (Plano de 2 anos), estrutura de desenvolvimento a curto prazo.

Angola 2025 é um conjunto de directrizes políticas importantes, perspectivando a direcção do

desenvolvimento a longo prazo até 2025 e é identificada como uma estrutura compreensiva, que influencia as políticas das províncias e cidades.

Para além deste, há o PRSP (revisto em 2006)

(i) **Sumário Executivo**

O Ministério do Planeamento, elaborou um plano de desenvolvimento nacional em Novembro de 2004, o qual perspectiva a direcção do desenvolvimento a longo prazo. Embora o plano apresenta a sua perspectiva no sector social como educação e saúde/saneamento, a sua prioridade aponta para o sector económico. O objectivo, as políticas prioritárias e básicas do plano são os seguintes:

Tabela S-1 Angola 2025/Objectivo, políticas prioritárias e básicas

Áreas prioritárias

1. Desenvolvimento, estabilidade, reforma, consolidação social e democrática
2. Expansão do emprego, promoção humana ,da ciência e tecnologia
3. Transição da ajuda de emergência para o desenvolvimento de infraestruturas
4. Desenvolvimento da economia, finanças e indústrias competitivas (sector)
5. Apoio ao sector empresarial privado
6. Consolidação e desenvolvimento do país

Políticas

1. Promoção da reconciliação nacional
2. Desenvolvimento sustentável, como desenvolvimento económico e a redução da pobreza
3. Estabilidade macroeconómica e da sociedade
4. Unificação da estrutura económica nacional
5. Eliminar as disparidades regionais

Direcção básica

1. Construir o futuro com acções, baseando-se na história humana
2. Eliminar a fome, a pobreza, as doenças e o analfabetismo, para edificar as bases de integridade humana
3. Atribuir importância aos recursos humanos, conhecimento e inovação, que trazem prosperidade sustentável à nação
4. Dar maior importância ao trabalho, empresariado e ao investimento.
5. Acabar com as disputas militares, como meio de resolver as disparidades sociais.
6. Preservar o ambiente e a natureza para a consolidação do desenvolvimento humano e natural.
7. Vitalizar a participação civil, envolvimento democrático, promoção de oportunidades iguais, garantir os direitos democráticos para o desenvolvimento da sociedade civil.
8. Respeitar as diferenças étnicas e tribais na perspectiva de se salvaguardar a unidade nacional
9. Sustentar a unidade entre gerações, para motivar as futuras.
10. Promover a ética e a transparência nas empresas, na economia, na administração e na sociedade, afim de eliminar-se a corrupção e a fraude que causam severos danos as riquezas do país.
11. Eliminação completa da discriminação e a igualdade de género.
12. Reformas nos recursos dos quais depende a estrutura económica (petróleo/diamante)
13. Corrigir a incompatibilidade da macroeconomia e as finanças públicas que podem causar inflação e dificultar o crescimento económico.
14. Desconcentração e descentralização dos recursos fiscais, para promover eficiência e efectividade na administração pública.
15. Balancear o desenvolvimento do país (corrigir a concentração na zona costeira e promover o desenvolvimento económico no interior)

Fonte: Compilado pela equipa de estudo na base da ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

(ii) Trajecto para o desenvolvimento económico

Durante todo o desenvolvimento económico, esta estratégia focaliza a última visão como **“Estado de auto-suficiência económica, sem depender de recursos naturais”**. Para alcançar esta visão, o plano analisa as políticas para os 3 passos subsequentes e estabelece a visão e a meta respectivamente.

Os três passos são: “Conversão da importação orientada à economia” “Fortalecimento da capacidade de exportação” e “Promoção da indústria pesada”.

1. Fase 1 (P1~2010):

“Desenvolvimento de infraestruturas básicas e recursos humanos, usando as receitas provenientes dos recursos naturais”

2. Fase 2 (P2 2011~20):

“Preparação do período de desenvolvimento económico não dependente do petróleo”

3. Fase 3 (F3 2020-25):

“Desenvolvimento económico a toda escala com recursos de sectores não naturais”.

(iii) Importância do plano

Considerando que o plano tem perspectiva de longo prazo, mais de 20 anos, foram feitas descrições muito resumidas quanto as acções específicas e ao programa. Daí que, o plano tem de ser definido como um conjunto de directrizes básicas, uma estrutura para desenvolver a curto –médio prazos o plano de desenvolvimento. Partindo daquilo que muitas autoridades locais por nós entrevistadas disseram em relação ao plano, podemos razoavelmente assumir que o plano ilustra a política de desenvolvimento final, daí estar colocado como importante guia para a estrutura de desenvolvimento.

(iv) Plano de Desenvolvimento; Sector da Agricultura

O plano prioriza a agricultura como segundo sector importante depois do petrolífero. Tudo porque, 60% da população, especialmente os grupos mais pobres estão engajados na agricultura, o desenvolvimento da agricultura torna-se também importante na perspectiva da redução da pobreza. Como resultado, o plano perspectiva o fortalecimento do sector, como parte das medidas de promover a compreensão do desenvolvimento rural.

Tabela S-2 Objectivo de desenvolvimento de Angola 2025 /Sector da Agricultura

Objectivo Geral	Desenvolvimento sócio-económico das áreas rurais e dos camponeses, melhoramento das infraestruturas básicas e da segurança alimentar
Objectivos Específicos	1.Promoção do comércio rural: Formação de empresas relacionadas a agro-pecuária, expansão do acesso ao micro-crédito 2.Desenvolvimento da capacidade/Institucional (governos /beneficiários): Reassentamento de refugiados, melhoramento da posição social de mulheres, institucionalização/revitalização das organizações relacionadas a Agricultura e Pecuária (incluindo o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural) estabelecer rede entre camponeses, pescadores e formadores profissionais. 3.Desenvolvimento de políticas de agricultura e infraestruturas: Propriedades de terras (com garantia do governo) para os beneficiários, desenvolvimento de pesquisa e estudo sobre agricultura/florestas, desenvolvimento sustentável dos recursos naturais
Programas (~2010)	1.Promoção do comércio rural: Programa Nacional para agricultura Promoção do investimento empresarial na agricultura generalizada Alvo: Desenvolvimento de indústrias de produtos lacteínios e de carne até 2010. 2.Desenvolvimento da capacidade/institucional (governo/beneficiários): Programa Nacional de Formação Objectivo: melhorar a capacidade e a produtividade das pessoas rurais 3.Desenvolvimento de políticas de agricultura e infraestruturas: Programa Nacional de desenvolvimento da agricultura integrada: Prevenção da desertificação, reabilitação de infraestruturas, melhoramento da zootecnia, reabilitação de estradas que dão acesso a área alvo fase 1 (~2010) Namibe, Kuanza Sul, Cunene, Moxico, Cuando Cubango

Fonte: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

(v) Sector Social (educação, saúde/saneamento)

Saúde/Saneamento

Uma das principais questões do sector da saúde é a falta de sanidade, relacionada a infraestruturas tal como sistemas de água e w.c., bem como a insuficiência de serviços médicos e medicamentosos, incluindo hospitais.

Estas são as maiores causas dos problemas epidemiológicos (tal como malária, diarreias, tuberculose e asma) em Angola. A malária em especial, tem-se constituído num problema sério, pois ainda é responsável de 15~30% das causas de morte em Angola. Por esta razão, o plano sugere as seguintes políticas:

1. Desenvolvimento de infraestruturas ligadas a água
2. Construção de hospitais (Hospitais gerais)
3. Treinamento dos trabalhadores de saúde em serviço
4. Serviços médicos e medicamentos gratuitos para grupos vulneráveis
5. Desenvolvimento de sistema de seguro

Educação

Os problemas no sector da educação derivam das consequências da guerra civil, como a destruição das escolas e a insuficiência de professores. Ainda assim, no processo de reconstrução, tem-se dado baixa prioridade ao sector, uma vez que os valores dos investimentos públicos têm sido muito exíguos. Esta situação tem causado muitos

constrangimentos, fazendo do sector relativamente pior em comparação aos países vizinhos.

Para melhorar esta realidade, o plano visa os seguintes objectivos:

1. Providenciar educação pública para todas as crianças
2. Reformas curriculares
3. Formação de professores capazes de compreenderem a educação (não apenas como instrutores académicos, mas também como educadores).

O centro do plano consiste de 2 programas “Desenvolvimento de infraestruturas escolares (construção de escolas e desenvolvimento de materiais de educação)” “Formação de recursos humanos no sector (Programa de reeducação de professores)”.

(vi) Reformas Administrativas /Política de descentralização

A ideia básica da reforma administrativa e política de descentralização é minimizar o envolvimento do estado até onde é possível, mas, procedendo progressiva e cuidadosamente, tendo em consideração a situação actual. Isto também enfatiza a importância de mudar a forma de percepção das pessoas e tomarem consciência de seus compromentimentos às políticas.

O plano aponta o problema da actual administração em ambas questões institucionais (tal como o isolamento desnecessário do poder e o processo de tomada de decisões) e as limitações físicas (falta de funcionários públicos competentes).

O processo de descentralização começou a partir da transferência progressiva do poder (Descentralização) para aumentar a capacidade institucional das províncias e municípios, e transferir os recursos financeiros (Desconcentração) como passo seguinte. O Tabela abaixo mostra o delineamento ideal de responsabilidades entre as autonomias locais. O plano inclui também a formulação de programa para colocar em prática a ideia exposta acima.

Tabela S-3 Papel esperado das autonomias locais depois da descentralização

Autonomia locais	Papel/Responsabilidade
Província	Planificar o desenvolvimento económico: Desenvolvimento da rede provincial (infraestruturas básicas) planificar terras de âmbito nacional, preservação do ambiente, taxas locais, projecto de utilização de recursos naturais, escolas de formação profissional, rede escolar, rede sanitária, electrificação e transporte rural.
Município	Município – planificação relacionada a utilização da terra: Rede de distribuição de água, saneamento básico, rede de electricidade/transporte, infraestruturas de saúde, educação, cultura, recreação/desporto, segurança ambiental para actividades económicas, licenças de construção, políticas de urbanização, residências
Comuna	Provisão de bens sociais básicos, gestão das infraestruturas comunitárias públicas, implementação de programas orientados a partir do município

Fonte: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

(vii) Importância estratégica da província de Benguela

A província de Benguela, área alvo da pesquisa, é conhecida como um eixo da região para serviços de logística e de importação/exportação, dada as potencialidades do Porto do Lobito

e das infraestruturas ferroviárias.

Além disso, as áreas da província de Benguela à província do Namibe (sul) são consideradas como estrategicamente importantes dentro da política nacional, como se pode observar pelo facto de serem designadas como prioritárias para a industrialização.

A região é também importante para o sector da agricultura, daí que, os programas como a construção de campos de demonstração e a instalação de Institutos de Desenvolvimento Agrário Avançados (IDA) estão para serem implementados.

Tabela S-4 Itens prioritários da política de industrialização da província de Benguela

Sectores	Bens e itens de alto potencial
Agricultura/Florestas	Processamento de produtos de cereais, amendoeira, coqueiros, óleo de palma, produção de açúcar, tabaco, sumos de vegetais, licor de frutas, carne, produtos lacticínios, gorduras comestíveis (manteiga, banha de porco), processamento de produtos de pesca.
Minério/Indústria	Petroléo/Refinaria de gás natural , Indústria siderúrgica / cimento
Indústria Manufactureira	Produção de água mineral, fábrica de construção naval e transporte de equipamentos relacionados, indústria de papel (produção de celulose), cerâmicas, conservas em lata e material de construção

Fonte: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

2. Área de Estudo - Município do Lobito

(i) Linhas gerais

O Lobito, conhecido como o município núcleo no centro de Angola, está localizado a 30 Km à norte de Benguela e tem aproximadamente 740,000 habitantes. A sua superfície territorial é de 3,685 km² e o seu clima é tropical seco, com uma temperatura média de 20 graus (Celsius) e 70% de humidade. É também a origem do Caminho- de- Ferro de Benguela para o interior de África. No contexto vasto da sua fronteira está o Huambo (terceira maior cidade de Angola), planalto central montanhoso onde muitos refugiados durante a guerra civil viveram. Os negócios principais do Lobito são a indústria e a pesca.

(ii) Plano de Desenvolvimento do Lobito

O "Plano de Desenvolvimento Económico e Social do Município do Lobito 2009 – 2013" (doravante plano), conhecido como plano de desenvolvimento da cidade do Lobito é de médio prazo 2009-13.

No seu prefácio, o plano focaliza a visão futura da cidade do Lobito no âmbito nacional, como "Centro Industrial Internacional, com as suas vantagens geográficas e as suas infraestruturas de transporte (como o Porto do Lobito, o Caminho-de-Ferro de Benguela e o Aeroporto da Catumbela)".

O plano é o mapa para alcançar a sua última meta e consiste dos seguintes 4 itens.

- 1. Estado actual:** Breve apresentação da província de Benguela e do município do Lobito em termos da situação dos sectores e comunas chaves.
- 2. Potencial de desenvolvimento:** Consideração do potencial de desenvolvimento usando a

metodologia de FOFA

3. **Objectivo de desenvolvimento:** O plano consiste em quatro objectivos gerais e específicos, correspondendo a cada um dos gerais. O plano também estabelece indicadores para medir o nível dos alcances.
4. **planos de investimento,** lista consolidada de projectos sob responsabilidade local/central e parcerias pública/privadas. A escala de investimentos estimados em 5 anos é de aproximadamente Kz380 bilhões (aproximadamente US\$5,06 bilhões)².

Agricultura /aumento do estoque

Tabela S-5 Sector da agricultura / Alvo e Indicadores

Metas	Indicadores	Província	Município
Triplo da actual área de cultivo	Total da área de cultivo no sector empresarial e tradicional	840,000 ha	14,553 ha
Dobro da actual produtividade (kg/ha)	Produção total para ambos sectores (empresarial e tradicional)	1,689 milhões de toneladas	204,534 ton
Aumento do número de vacas (gado) 8 vezes(número base;2006)	Número de vacas (gado) em ambos sectores empresarial e tradicional	400,000	25,720
Aumento do número de cabras (gado) 8 vezes (número base; 2006)	Número de cabras (gado) em ambos sectores empresarial e tradicional	380,000	50,768
Aumento do número de suínos (gado) 8 vezes (número base; 2006)	Número de suínos (gado) em ambos sectores empresarial e tradicional	78,000	4,904
Aumento do número de galinhas (gado) 8 vezes (número base; 2006)	Número de galinhas (gado) em ambos sectores empresarial e tradicional	112,000	16,072
Promover a reflorestação em áreas desérticas	Total da área reflorestada	1,200 ha	nenhum

Fonte: "Plano de Desenvolvimento Económico e Social do Município do Lobito 2009 – 2013"

Educação

Tabela S-6 Sector da educação / Alvo e indicadores

Alvo	Indicadores	Província	Município
Aumentar o nível de escolas	Taxa de Desenvolvimento Humano da Educação (IDH-E)	0.867	0.867
Erradicar o analfabetismo	Alfabetizada a população acima dos 15 anos de idade	555,000 alfabetizados	159,664 alfabetizados
Atingir 80% de crianças e jovens no sistema de ensino com 100% da taxa de matrículas	O número de crianças matriculadas dos 5 à 14 e jovens dos 15 à 19 anos de idade	842,000 matriculadas	265,627 matriculadas
Atingir 100% de professores formados em pedagogia	Número de professores com formação pedagógica	38,098	12,013

Fonte: "Plano de Desenvolvimento Económico e Social do Município do Lobito 2009 – 2013"

² 1US\$ equivale a75Kz(câmbio de Setembro 2008)

Saúde

Tabela S-7 Sector da saúde/ Alvo e indicadores

Metas	Indicadores	Província	Município
Aumento da média de esperança de vida	Esperança de vida	55 anos	55 anos
Reduzir a taxa de mortalidade infantil em crianças abaixo de 1ano	Taxa de mortalidade infantil abaixo de 1 por 1,000 nascimentos	65.5 por 1,000 nascimentos vivos	65.5 por 1,000 nascimentos vivos
Reduzir a taxa de mortalidade infantil em crianças abaixo de 5 anos	Taxa de mortalidade infantil abaixo de 5 por 1,000 nascimentos	193.1 por 1,000 nascimentos vivos	193.1 por 1,000 nascimentos vivos
Reduzir a taxa de mortalidade materna - infantil	Taxa de mortalidade materna – infantil por 100,00 nascimentos	312.9 por 100,000 nascimentos	312.9 por 100,000 nascimentos
Reduzir a taxa de mortalidade por malária	Taxa de mortalidade por malária por 1,000 habitantes	29.9 por cada 1,000 hab.	29.9 por cada 1,000 hab.
Reduzir a taxa de mortalidade por doenças respiratórias	Taxa de mortalidade por doenças respiratórias por 1,000 habitantes	8.8 por cada 1,000 hab.	8.8 por cada 1,000 hab.
Reduzir a taxa de mortalidade por cólera	Taxa de mortalidade de cólera por 1,000 habitantes	1.9 por cada 1,000 hab.	1.9 por cada 1,000 hab.
Reduzir a mortalidade causada pela diarreia	Taxa de mortalidade por diarreia 1,000 habitantes	5.2 por cada 1,000 hab.	5.2 por cada 1,000 hab.
Aumentar o número de médicos	Número de medicos por 100,000 habitantes	165 médicos por cada 100,000 habitantes	165 médicos por cada 100,000 habitantes.
Aumentar o número de camas nos hospitais	Número de camas por 1,000 habitantes	0.8 camas por cada 1,000 hab.	0.8 camas por cada 1,000 hab.

Fonte: “Plano de Desenvolvimento Económico e Social do Município do Lobito 2009 – 2013”

3. Aproximação Geral para a Reintegração Sócio-Económico e Desenvolvimento Comunitário e seus Medidas

Uma abordagem geral desde a reconstrução ao desenvolvimento das zonas rurais. O governo da província e outros departamentos reconhecem que os seus desafios consistem em ultrapassar a situação actual para que os habitantes se convertam em habitantes activas com suas iniciativas em destaque e também em melhorar a capacidade de planificação, monitoria e avaliação dos funcionários administrativos ou ONGs locais.

Todos os actores, quer sejam habitantes em geral, funcionários da administração, ou membros de ONGs, devem ter esta consciência, já que é uma base para se começar com as actividades de desenvolvimento aliando as suas iniciativas.

No caso dos habitantes, pelo facto de serem beneficiários directos dos projectos de desenvolvimento, devem ter esta consciência em primeiro lugar para que possam tão logo avançar com a sua forma de pensamento de ter iniciativas para o desenvolvimento.

As administrações tiveram oportunidades de participar dos projectos de forma indirecta, dado que as organizações e ONGs internacionais os implementavam directamente.

É certo que o papel do governo é basicamente administrativo, entretanto tratando-se do período de transição é muito importante ter oportunidade de planificar, implementar,

monitorar e avaliar os projectos de forma directa, especialmente ao nível das administrações comunais, partindo do pressuposto de que, desta experiência fomenta-se a criação da consciência de propriedade com relação aos projectos e desta forma abrem-se as possibilidades de se tornarem planificadores de desenvolvimento de alta qualidade.

Ao longo do período de ajuda de emergência, as ONGs na sua maioria, desempenhou papel de distribuidoras de alimentos e que mais tarde converteu-se em interventores de desenvolvimento, dirigindo obras de construção ou reabilitação de infraestruturas comunais, onde a maioria da habitantes participou mediante o regime de Comida pelo Trabalho, doada pelo PAM.

Estas experiências foram realmente importantes para que estas ONGs se convertessem tão logo em verdadeiros actores de desenvolvimento, mas infelizmente não tiveram oportunidade de fazer prática destes novos desafios.

4. Desafios e Potenciais

A seguir são resumidos os desafios e potenciais por sector na base da comparação dos resultados do estudo conduzido pela Equipa do Estudo, políticas e estratégicas demonstradas pelos governos central e provincial.

(i) Agricultura

Desafios

Como a fome que intimida a vida é ainda um grande problema, “A produção básica de alimentação para a segurança alimentar” é o maior desafio. As subdivisões da questão são “Aumento da produtividade da terra”, “Expansão da terra de cultivo” e “Estabelecer o sistema de mercado”.

Potenciais

Há muitas comunidades que detém relevantes terras de cultivo. Correm nelas muitos rios que mantém anualmente quantidades abundantes de água. Há muitos canais de irrigação que eram utilizados na era colonial e desmoronaram-se durante a guerra civil e que necessitam de reabilitação. A comuna da Canjala foi no passado, o centro de abastecimento da semente de feijão. Em resumo e em outras palavras, há infraestruturas e tecnologia da era colonial que podem ser restaurados. Estes são potenciais.

(ii) Educação

Desafios

O governo central colocou a “Promoção da reforma educativa” como o maior desafio. Isto sub-divide-se em educação formal e não-formal. O anterior inclui a partir do sistema de classes de “4-2-2” para o sistema de “6-3” na educação primária e secundária e aumentar a capacidade dos professores para lidar com o elevado número de alunos na turma. O documento refere-se em melhorar a taxa de alfabetização do adulto.

Potenciais

Uma ONG que reabilitou edifícios de escolas com a participação das pessoas da comunidade é um potencial. As ONGs têm experiência na construção de escolas com financiamentos de doadores estrangeiros. Caso a ONG funcione como elo de ligação entre a comunidade altamente motivada e a administração, é possível ter-se escolas construídas pelas comunidades.

Para a alfabetização do adulto, a presença de muitas pessoas entusiasmadas em participar do programa e de pessoas de algumas comunidades que já terminaram a formação de formadores de alfabetização. Algumas comunidades onde alguns professores formados vivem, têm tido espontaneamente aulas de alfabetização, apoiadas por ONGs.

(iii) Saúde

Desafios

O melhoramento dos serviços de saúde é o maior desafio no plano de desenvolvimento nacional. Isto é alcançado através da melhoria dos cuidados de saúde primários, e do fortalecimento do programa de controlo de doenças, com a expansão de postos de saúde. Isto é apropriado para as áreas rurais. Durante a guerra civil, os postos de saúde foram destruídos. A construção de novos está em execução, mas o número é ainda insatisfatório.

Potenciais

O potencial de recursos humanos, em particular de enfermeiros é alto. O arquivamento de dados pelos enfermeiros é muito bom. O controlo da temperatura do óleo do refrigerador que conserva as vacinas bem como o registo dos pacientes é feito quase perfeitamente. Algumas vacinas como é a da pólio cobre a maioria das comunidades. É muito importante que as pessoas não recusem as vacinas.

As parteiras tradicionais e os professores de alfabetização formados no curso da saúde pública e que trabalham como voluntários em programas de vacinação são também potenciais.

III. Estrutura Conceptual para Desenvolvimento Socioeconomico

Estrutura para Desenvolvimento de Área Rural de Município de Lobito

O plano é básico no conceito de **um plano que ajuda na política de desenvolvimento do governo, conquanto resolve os assuntos de desenvolvimento local**. Os assuntos de desenvolvimento estão relacionados à região alvo que, pode ser, aproximadamente, dividida em quatro categorias: assegurar um fornecimento estável de alimentos, aliviando o trabalho pesado, providenciando oportunidades de educação e melhorando as condições de vida. Muito destes assuntos são atribuídos à pobreza. O objectivo do plano mestre é contribuir para a execução da “melhoria do nível de vida das populações”, que está inclusa na visão do município e para o alcance da “estratégia de desenvolvimento a longo prazo de Angola 2025”. Considerando que a área alvo do plano de reconstrução e desenvolvimento foi a região rural do município do Lobito, **“a redução da pobreza nas regiões rurais”** foi tida como meta do

plano. Consequentemente, foram fixadas 4 medidas básicas para se alcançar a meta geral: (1) assegurar um fornecimento estável de alimentos, (2) aliviar o trabalho pesado, (3) providenciar oportunidades de educação e (4) melhorar as condições de vida.

Tabela S-8 Políticas e Medidas Básicas Provisórias

#	Meta	Medidas	Resultados Esperados
1	Fornecimento alimentar estável	Aumentar a produção das culturas básicas, estabelecer as infra-estruturas agrícolas	Os requisitos físicos são alcançados. É criado o quadro mental para pensar acerca da vida da família no futuro.
2	Redução das horas de trabalho	Reduzir o trabalho agrícola e o trabalho doméstico	É criado o tempo para pensar acerca da vida da família no futuro.
3	Criação de oportunidades educação	Melhorar a taxa de alfabetização dos adultos e a taxa de matrícula para as crianças em idade escolar	São providenciados os métodos para desenvolver o pensamento sobre a vida da família no futuro.
4	Geração de receitas	Multiplicar os empreendimentos agrícolas e ajudar a sua multiplicação	A receita aumenta.

Fonte: Equipa do Estudo

A partir da perspectiva de provisão de assistência, as 4 metas básicas podem ser vistas como uma demonstração de métodos de pós guerra nas fases de (1) emergência (2) reconstrução e (3) desenvolvimento. Mas as condições socioeconómicas diferem mesmo dentro da mesma região, e há muitas diferenças entre as aldeias. Podia dar o caso em que ambas metas nº 1 e nº 3 precisam ser implementadas ao mesmo tempo e sob outras condições, as fases devem ser seguidas na ordem 1→2→3. É essencial que se dirijam os assuntos, apropriadamente, numa maneira que se ajusta às condições socioeconómicas das aldeias.

Na estrutura e o processo de implementação para o projecto e de facto, o assunto para cada actor de desenvolvimento estão esboçado. Estes assuntos podem ser resumidos como segue.

Assuntos para pessoas da comunidade que são alvos directos dos projectos de desenvolvimento

Os assuntos para pessoas da comunidade são como segue: isto mostra 4 passos no processo de desenvolvimento sustentável de projectos ao mesmo tempo.

1. Fomentar o sentimento de pertença nos projectos de desenvolvimento (Levantar consciência de propriedade)
2. Executar os efeitos das actividades organizadas que são gerados face a promoção do sentimento de pertença (Organizar)
3. Aumentar a capacidade organizacional, através da aprendizagem experimentada nos projectos de desenvolvimento (Desenvolver capacidade institucional)
4. Promover a filiação entre as organizações locais para manter e desenvolver a capacidade de organização (Edificar a rede de trabalho)

Assuntos para os administração e as ONGs

Ambos, funcionários de administração e ONGs devem dirigir os assuntos de “fomento do sentimento de pertença nos projectos de desenvolvimento” e habilidades que vão motivar as pessoas da comunidade.” Além disso, os funcionários de administração devem “melhorar a

capacidade na gestão de projectos de desenvolvimento”, enquanto as ONGs trabalham para “melhorar as habilidades na implementação de projectos de desenvolvimento.”

Modelo para Sistema de Implementação

Este estudo focaliza a construção dum sistema de implementação de projecto.

Isto requer uma aproximação das iniciativas dos funcionários de administração e as actividades organizadas pelas pessoas da comunidade. Esta é a “FiguraS-2: Modelo de Ajuda de Desenvolvimento-Orientado para as Pessoas da Comunidade,” que é o modelo para o sistema de implementação da reconstrução e desenvolvimento.

Com assistência de facilitador, não apenas os líderes tradicionais das aldeias estão alcançados, como anteriormente, também as organizações comunitárias são alvo. No futuro, como parte do processo, por enquanto Angola muda da fase de reconstrução à fase de desenvolvimento, esperamos que o governo local terá de formar um consenso com múltiplas aldeias para responder a diversidade crescente de projectos. O governo deve ajudar “a motivar através da formação duma visão comum” entre as pessoas da comunidade, as ONGs e as organizações comunitárias ajudam no “estabelecimento de planos de actividades baseados na motivação” das pessoas da comunidade e a “implementação de planos pelas pessoas da comunidade.”



Fonte: Equipa de Estudo

Figure S-2 Modelo de Ajuda de Desenvolvimento-Orientado para os Residentes

IV. Actividades Piloto

1. Objectivo dos Actividades Piloto

O actividade piloto verifica a aplicabilidade das medidas que podiam executar o conceito de desenvolvimento levado a cabo no plano mestre provisório. Além disso, para o seu potencial como um projecto, o sistema de implementação efectiva devem ser também identificados para

assegurar a sustentabilidade do mesmo. Portanto, não devemos esquecer que os actividades piloto representam as necessidades dos residentes. Este actividade piloto joga um papel importante na ajuda da reconstrução actual das áreas rurais de Angola. A tarefa é igual ou mais importante do que o objectivo de estudo. Este ponto deve ser posto em consideração quando se implementa os actividades piloto.

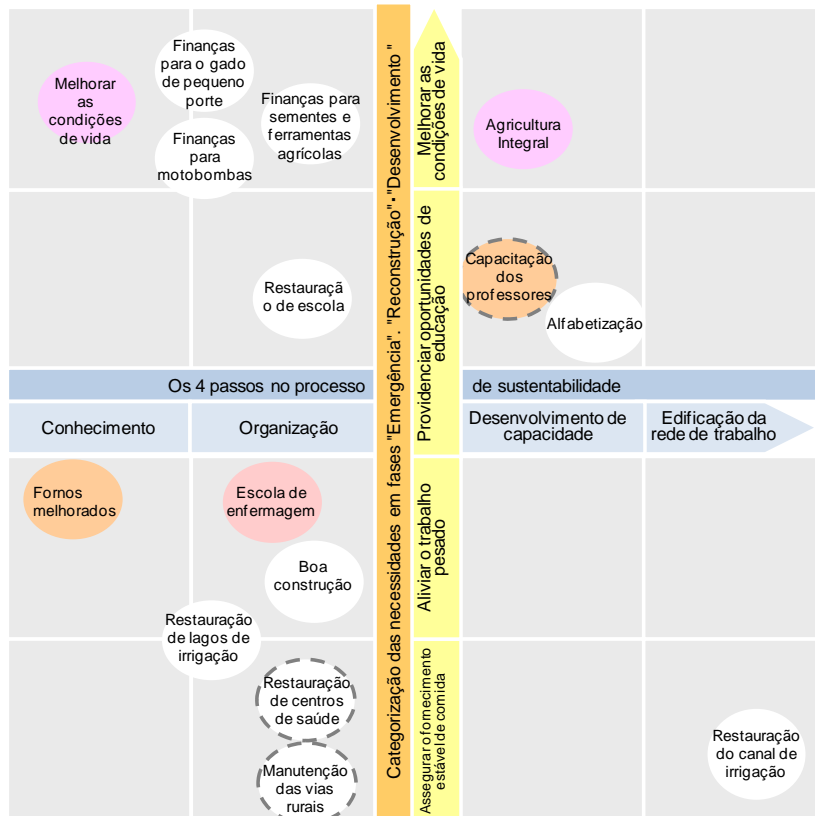
2. Estrutura para Actividade Piloto

O objectivo dos actividades piloto é verificar a aplicabilidade do projecto de desenvolvimento, também os modelos para o sistema de implementação.

O actividade piloto foi seleccionado baseando-se nas necessidades das pessoas da comunidade, mas planificámos muitos meios de verificação da aplicabilidade em cada actividade piloto.

Os vários projectos seleccionados como candidates são colocados na matriz de acordo com a Figura S-3 na página seguinte (Estrutura para a Actividade Piloto). Os eixos horizontais indicam “os 4 passos no processo de sustentabilidade” e os eixos verticais mostram “as 4 metas básicas fundamentadas nas necessidades do desenvolvimento rural.” Quando, realmente, faz-se a selecção, tentamos fazer isto possível para verificar os vários elementos da estrutura, enquanto se dá prioridade às necessidades das pessoas da comunidade.

Os três projectos mostrados no círculo com linhas descontínuas não foram seleccionados e os outros foram seleccionados. Destes projectos seleccionados, os círculos de porções coloridos para os “fogão melhorado” e outros indicam propostas feitas pelo grupo de estudo, enquanto os círculos de laranja claro indicam projectos coincidentes com a proposta de grupo de estudo e pedidos das pessoas da comunidade e os círculos de cor branca indicam os projectos requeridos pelos residentes.



Fonte: Equipe do Estudo

Figure S-3 Estrutura para Actividade Piloto

3. Conclusões de Actividades Piloto

O projecto foi ao encontro das necessidades das comunidades?

Os projectos pilotos foram objectivados para responderem as necessidades das comunidades quanto ao “Abastecimento alimentar estável”, “Redução das horas de trabalho”, “Criação de oportunidades de educação” e “Geração de receitas”.

A economia Angolana tem conhecido um crescimento espectacular durante o período de estudo da JICA. Entretanto, os seus benefícios ainda não alcançaram as áreas rurais. Neste contexto, desde o início até ao término do estudo, todos os projectos pilotos foram ao encontro das necessidades das comunidades e contribuíram para melhorar o padrão de suas vidas.

O projecto teve potencial técnico, sócio-económico e sistemático?

Em termos de efectividade e impacto 11 dos 13 projectos demonstraram grande potencial.

A indicação da visão futura despertou o sentimento de auto-pertença nas pessoas da comunidade?

A motivação para a participação das comunidades durante a implementação dos projectos pilotos foi apenas a indicação da visão futura. A equipa do projecto facilitou a participação da comunidade não com incentivos financeiros, mas unicamente indicando a possibilidade futura de melhorar as dificuldades actuais através dos projectos propostos. Como resultado, o sentimento de auto – pertença elevou-se muito em 6 dos 9 projectos que vizavam

organizações comunitárias.

Lições aprendidas

Para obter resultados directos em curto período de tempo, os implementadores do projecto, têm de tomar muitas decisões que os assegurem. Especialmente, na fase de transição entre a assistência de emergência logo após a guerra civil para a assistência de reconstrução e desenvolvimento, eles devem tomar decisões muito cuidadosamente.

1. Mesmo depois da selecção e contratação das ONGs é ainda necessário a sua instrução cuidadosa no campo.
2. Os incentivos dever se dados dentro de um contexto e tempo apropriados.
3. Projectos diferentes podem ser implementados na mesma área.

V. Plano Mestre

1. Planificação nos 3 sectores nas 4 Comunas

A Equipa de Estudo conduziu o workshop de Planificação Participativa de Sector nas 4 Comunas, tal como segue:

Tabela S-9 Calendário do workshop de PSP e participantes

		Data	Participantes
Comuna	Canjala	Nov. 2007	32 Pessoas da Administração da Comuna, camponeses comerciantes, pequenos agricultores, organizações comunitárias, enfermeiros e agentes da polícia
	Egipto Praia	Jun. 2008	36 Pessoas da Administração da Comuna, camponeses comerciantes, pequenos agricultores, organizações comunitárias, enfermeiros e agentes da polícia
	Biopio	Jan. 2008	39 Pessoas da Administração da Comuna, organizações comunitárias, enfermeiros, professores e electricistas
	Culango	Jan. 2008	35 Pessoas da Administração da Comuna, camponeses comerciantes, pequenos agricultores, organizações comunitárias, enfermeiros e professores
Sector	Agricultura	Fev. 2008	4 Pessoas da Direcção Municipal da Agricultura e extensionistas
	Educação	Jan. 2008	13 Pessoas da Direcção Municipal da Agricultura e professores
	Saúde	Fev. 2008	4 Pessoas da Direcção Municipal de Saúde e enfermeiros

Fonte: Equipa do Estudo

2. Verificação de Plano Mestre Provisório

A examinação do plano mestre provisório para a reconstrução e desenvolvimento, apresentado no Capítulo 4 é a base da formulação de estratégias de desenvolvimento. O plano mestre provisório foi examinado na perspectiva do plano de desenvolvimento de Angola a longo e médio prazos, do plano de desenvolvimento do município do Lobito, da informação adquirida pela Equipa do Estudo, incluindo as actividades piloto, explicados no Capítulo 5 e os workshops de planificação participativa, apresentados no Capítulo 6. As análises dependentes da estrutura para as actividades piloto estão indicados no Capítulo 4, Secção 3.

Meta Geral

No plano mestre provisório, a Equipa do Estudo estabelece o “ Alívio da pobreza na área rural” como meta geral. Os frutos do rápido desenvolvimento económico não alcançam estas áreas e assim, a diferença económica entre as zonas urbanas e rurais torna-se cada vez maior que antes. Para remediar os desníveis entre as duas áreas, é atribuída mais do que nunca às áreas rurais alta prioridade e o “Alívio da pobreza na área rural” é consequentemente relevante como meta geral agora e no futuro.

Os indicadores possíveis para a meta geral foram propostos como abaixo se apresenta. Estes foram obtidos através das actividades piloto e confirmados para serem monitorados pelas equipas da administração municipal.

- Aumento do apoio alimentar básico (calorias)
- Redução das horas de trabalho
- Melhoramento da taxa de alfabetização
- Geração de receitas

Metas e Medidas

Para alcançar a meta geral, foram estabelecidos 4 metas e medidas de desenvolvimento. Quanto as actividades piloto, para encontrar as metas, foi examinado a relevância do plano mestre provisório.

Meta 1 Fornecimento alimentar estável

- Aumento da produção alimentar básica
- *Construção de infraestruturas de agricultura*

Meta 2 Redução das horas de trabalho

- Redução do trabalho de campo
- Redução do trabalho doméstico pelas mulheres

Meta 3 Criação de oportunidades de educação

- Aumentar a taxa de matrículas escolares
- Expandir as turmas de alfabetização do adulto

Meta 4 Geração de receitas

- Apoio técnico para as diversas empresas agrícolas
- Apoio financeiro para o aumento da produção (micro crédito)

Interacção entre as metas e o papel da agricultura

No plano mestre provisório, a Equipa do Estudo assume que a partir da “Estabilidade na providência alimentar” para a “Geração de receitas” há um relacionamento linear. Mas isto ficou claro através do estudo que é acompanhado por interações complicadas.

É óbvio que a agricultura está no centro do alcance da meta “Estabilidade na providência alimentar”. Mas a “Redução das horas de trabalho” não pode ser feita sem a construção de infraestruturas agrícolas e o melhoramento da tecnologia agrícola. A “Geração de receitas” é

principalmente realizada pela agricultura. Ainda assim a “Criação de oportunidades de educação” foi apoiada financeiramente pela agricultura.

Sistema de Implementação

O plano mestre provisório está examinado e os papéis e capacidades das administrações, organizações comunitárias e ONGs são ilustradas aqui. As tabelas S-9, S-10 e S-11 resumem o sistema de implementação apresentado no plano provisório.

Tabela S-10 Papéis e capacidades da administração da comuna

Papéis	Capacidades para adquirir
Implementação da planificação participativa Recolher e reportar dados reais que o município exige	- Ser capaz de reportar para o município, as idéias de projetos com uma escala de operação e prioridades - Tomar uma decisão caso seja ou não necessária a participação das pessoas, para a sustentabilidade do projeto, dependendo dos objectivos do mesmo - Observar o sentimento de auto-pertença nas pessoas, quando é necessária a sua participação - Tomar uma decisão caso sejam necessários ou não recursos humanos externos para o projeto - Monitorar e reportar para as organizações superiores os problemas, resultados com as suas razões, contramedidas e recomendações
Apoiar as organizações comunitárias como facilitadores Não apenas organizar as pessoas, mas também torná-las à organizações de desenvolvimento	- Ser capaz de aconselhar às actividades das organizações comunitárias apoiadas pelas ONGs - Monitorar e aconselhar as actividades da organização comunitária.
Implementação de projetos com investimentos baixos para obter alto desempenho	- Implementação pela equipa da administração sob cooperação das organizações comunitárias

Fonte: Equipe do Estudo

Tabela S-11 Papéis e capacidades das organizações comunitárias

Papéis	Capacidade à adquirir
Solicitar as necessidades baseado no sentido de independência Solicitar com prioridade baseada na escala de operação, viabilidade económica e impacto	- Determinar o número de pessoas alvo com as suas razões, reflectindo as suas necessidades. Apresentar um simples cálculo sobre viabilidade económica, impacto e objectivo de priorização das idéias de projetos.
Implementação de projetos de desenvolvimento Gestão do projeto com a participação da comunidade obtendo apoio de ONGs e da administração	- Ser capaz de fazer solicitações em tempo certo para facilitar a participação das pessoas da comunidade - Seleccionar e gerir projetos que podem ser implementados pelas próprias pessoas da comunidade com uma pequena ajuda da administração.
Implementação de projetos com baixos investimentos para ter um alto desempenho Tentar melhorar a capacidade de todas as pessoas na comunidade	- Implementar através de organizações comunitárias sob cooperação da equipa da administração

Fonte: Equipe do Estudo

Tabela S-12 Papéis e capacidade das ONGs

Papéis	Capacidade a adquirir
Implementar projetos de desenvolvimento Implementar projetos eficientemente, obtendo apoio de especialistas na pesquisa quantitativa e nas questões técnicas	- Determinar especificações e conduzir uma pesquisa quantitativa precisa no projeto sobre a introdução de infraestruturas e nova tecnologia, obtendo conselhos de especialistas - Na supervisão do trabalho, explicar os problemas técnicos ao especialista, compreender os seus conselhos, comunicá-los ao implementador e monitorá-los. - Perguntar ao especialista antes que os problemas se agravem
Treinamento na gestão de implementação de projetos pelas pessoas da comunidade Treinamento das organizações comunitárias em tecnologia, logística e na facilitação da participação	- Transferir para a comunidade habilidades de aquisição de tecnologia e métodos de procura do material necessário - Sobre a facilitação da participação da comunidade, avaliar a capacidade dos mesmos, analisar os costumes locais e determinar quando a administração pode intervir
Submeter o relatório de progresso do projeto as entidades superiores Reportar os problemas, causas e contramedidas para instituições relacionadas de maneira pontual	- Para além da contabilidade, reportar os problemas e o impacto com as suas respectivas razões no progresso do projeto de desenvolvimento. Apresentar as lições aprendidas e as recomendações.
Disseminação dos instrumentos de desenvolvimento Transferência das ferramentas de desenvolvimento para a administração e organizações comunitárias para serem capazes de jogarem o papel núcleo no desenvolvimento	- Ser capaz de transferir os instrumentos que podem ser adquiridos pela equipa da administração

Fonte: Equipe do Estudo

3. Estratégia de Desenvolvimento e Plano Mestre

Principal pilar da política de desenvolvimento – Da reconstrução ao desenvolvimento

É uma grande imagem da sociedade angolana sobre o modo como já está se transformando da reconstrução pós guerra, para o desenvolvimento económico a toda escala. Os ex-refugiados, para aqueles que retornaram para as suas proveniências e os que foram reassentados em novas áreas, já têm experimentado obter alimentação e receitas a partir da agricultura.

Caso nos centrámos nas áreas rurais sob estas situações em todo o país, é o sector produtivo que dirige todas as coisas e na área alvo é a agricultura e a pesca. A promoção da produção a uma larga escala na agricultura e pesca deve ser o centro do plano mestre de desenvolvimento que será apresentado a partir de agora. Um papel proeminente da agricultura que foi referenciado na última parte da secção anterior deve ser posicionado no contexto deste grande modo de transformação.

Posição Geográfica

(i) Potencial do mercado dentro da área alvo.

Antes de apresentar o potencial da rede de transportação em larga escala, focaliza-se o potencial do mercado dentro da área alvo. Os resultados da pesquisa da Equipa do Estudo

tornaram claro que a área alvo tem potencial exigido para absorver o aumento da produção inicial do desenvolvimento económico da área.

(ii) Potencial do mercado dentro da área alvo.

Antes de apresentar o potencial da rede de transportação em larga escala, focaliza-se o potencial do mercado dentro da área alvo. Os resultados da pesquisa da Equipa do Estudo tornaram claro que a área alvo tem potencial exigido para absorver o aumento da produção inicial do desenvolvimento económico da área.

Estratégias por sectores

As estratégias de desenvolvimento e o plano mestre são esboçados por sectores na base do plano mestre provisório para a reconstrução e desenvolvimento. A redução do trabalho relacionado à actividade piloto é difícil ser incluído nos 3 sectores, agricultura, educação e saúde. Para lidar com estes projetos é adicionado o sector de melhoria da vida.

Tabela S-13 Lista de Estratégias por Sector

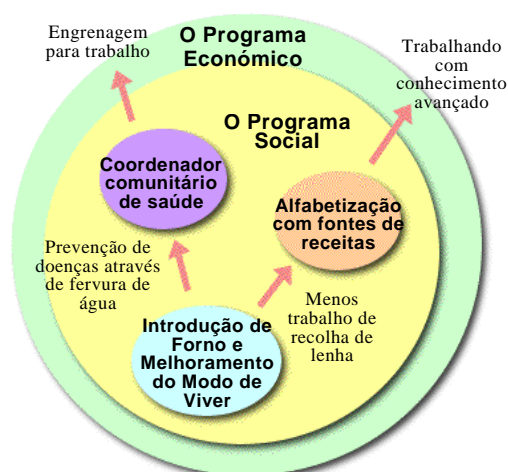
Sector	Estratégia
Agricultura	Deve ser criado o sistema de cultivo intensivo para a geração de receitas aproveitando as vantagens que tem a área alvo O solo pode ser melhorado com matéria orgânica para aumentar a produção de forma sustentável Os canais de irrigação antigos e em desuso devem ser reabilitados primeiro para a expansão dos campos de cultivo
Melhoramento do modo de viver	O trabalho doméstico das mulheres pode ser reduzido
Educação	As turmas de alfabetização de adultos devem ter actividades de geração de receitas para melhorar a sustentabilidade financeira
Saúde	Os recursos humanos locais devem ser mobilizados para a prevenção de doenças.

Fonte: Equipa do Estudo

4. O Plano Mestre

Programa Económico

O alvo do projeto de *Aumento da Produção de Milho com Campim*, no qual o capim com uma pequena quantidade de fertilizantes é misturado com o solo para aumentar a produção do milho e toda cultura de milho na área alvo. *Reabilitação Participativa de Sistemas de Irrigação*, que reabilitou canais de irrigação destruídos durante a guerra civil e expande os campos irrigados para o cultivo durante o ano, começa neste primeiro ano. A proposta participativa na qual os beneficiários tiveram parte na capinagem antes do trabalho de terra e de escavação manual antes do revestimento é adoptado para a formação do “sentimento de auto-pertença dos beneficiários” no estado inicial do projeto, para



Fonte: Equipa do Estudo

Figure S-4 Estrutura do Programa Social

estabelecer a associação para o uso da água, requerida depois de completada a reabilitação. O projeto de *Introdução do Gado* começa sequencialmente a partir das áreas onde os canais estão reabilitados. Ambas actividades, cultivar e fertilizar são realizadas no mesmo tempo com o gado. Muitos camponeses cultivam à mão com enxada e é uma carga de trabalho muito pesada. O gado de tracção reduz o trabalho de cultivo significativamente. Através do sistema de retenção dos animais alimentando-os a a partir do curral, a quantidade de estrume para a fertilização é maximizada. Este projeto apoia 2 metas, a redução das horas de trabalho e a geração de receitas. A aplicação do estrume animal concorre para melhoramento dos solos. Sobre as infraestruturas agrícolas, construídas através da *Reabilitação Participativa de Canais de Irrigação* e da *Introdução de Gado*, os camponeses cultivam o feijão de inverno para receitas e o milho de verão para o seu próprio sustento. A produção estável de feijão em particular é entretanto, intensivas receitas agrícolas. O valor do feijão poder ser altamente aumentado através do Projeto de Promoção de Venda de Feijão. O valor aumentado através de empacotamento em pequenas embalagens plásticas com a marca da área de produção será redistribuído para as pessoas locais como remuneração.

A *introdução do projeto de Arroz*, é experimentado em áreas de irrigação com bastante água. A Equipa do Estudo recomenda projeto de *Agricultura Integrada* para os campos irrigados que espera desafiar ainda mais a agricultura intensiva. Os camponeses criam 5, 6 galinhas, aplicando o estrume das mesmas em pequenas hortas para o melhoramento dos solos. Começando com 0.1ha, os camponeses expandem a área de cultivo e aumentam o número de galinhas na mesma proporção que a primeira.

O Programa Social

O Programa Social com muitos projetos nos sectores de melhoramento do modo de viver, educação e saúde são apresentados aqui. Porém a redução do trabalho através da reabilitação participativa de sistemas de irrigação e a introdução de gado são os pré-requisitos do programa.

Caso o Programa Social seja implementado, as melhores condições de saúde vão engrenar as pessoas nos seus trabalhos e na alfabetização, permitindo obterem conhecimentos sobre tecnologias avançadas da agricultura. Em resumo, o Programa Social pode ter um impacto positivo no sector económico através da reprodução saudável das vidas diárias.

Sistema de Implementação

(i) Modelo de sistema de implementação e estratégias básicas

Estratégia Principal 1

Deve ser adoptado um sistema de implementação de projetos no qual os actores melhorem continuamente as suas capacidades no trabalho.

Estratégia Principal 2

Deixar todos os actores experimentarem o processo completo de desenvolvimento desde a planificação à disseminação efectiva dos resultados

(ii) Estratégia por Actor

Tabela S-14 Lista de Estratégias por Actor

Actor	Estratégia
Departamento de Planificação do município do Lobito	O Departamento deve priorizar a lista de projetos vindas das diversas comunas para a elaboração do plano do município
Administração da comuna	A administração da comuna poderá vir ser a primeira a tornar-se capaz de priorizar projetos e determinar as suas escalas com razões O projeto deve ser monitorado frequentemente para prevenir constrangimentos e passos falsos
Organizações Comunitária	As organizações comunitárias devem desenvolver o sentimento de auto-pertença através da gestão do processo completo de pequenos projeto
Estratégia para ONGs	A equipa da ONG deve ser consignada como equipa de campo na implementação de projetos

Fonte: Equipe do Estudo

(iii) Sistema de implementação

Estratégia 1

“Todo o processo de projetos para todos os actores” deve ser introduzido primeiro aos representantes de comunas.

Estratégia 2

Os casos de sucesso dentro e fora da área alvo devem ser disseminados.

(iv) Finanças

Estratégia 1

Os fundos para emergência de risco deve ser alocado a partir do início

Estratégia 2

Padrão de salários e informações de preços dos produtos devem estar organizados em tabelas na área alvo.

Estratégia 3

Um tesoureiro (a) deve ser contratado na administração da comuna

5. Lista dos Projectos Recomendado

Tabela S-15 Lista dos Projectos Recomendado

Sector	Projecto
Agricultura	Aumento da Produção de Milho com Capim
	Reabilitação Participativa de Sistemas de Irrigação
	Introdução de gado para tracção animal
	Introdução da Produção de Arroz
	Agricultura Integrada
	Promoção da Venda do Feijão
Melhoramento de Vida	Introdução de fogão melhorado e melhoramento de vida
Educação	Programa de Alfabetização com Fontes de Receitas
Saúde	Prevenção de Doenças com Recursos Humanos Locais
Desenvolvimento de Capacidade Institucional	Desenvolvimento de Capacidade Institucional para a Administração Municipal do Lobito

Fonte: Equipa do Estudo

VI. Conclusões e Recomendações

Depois de terminada a guerra civil, foram introduzidos a assistência de emergência por agências e doadores internacionais e os métodos de planificação participativa tal como Diagnóstico Rápido Rural Participativo e a Estrutura Lógica. Algumas ONGs nacionais sabem o que são e o próprio governo angolano está experimentando promover a planificação participativa. Mas, estes permanecem apenas como sinais de participação.

As pessoas da comunidade, as quais deviam ser os actores principais na planificação para a reconstrução e desenvolvimento, têm a tendência de apresentar uma lista de possíveis projectos que pretendem solicitar a administração da comuna e a Equipa do Estudo. A administração da comuna promoveu projectos no estilo topo-base, como se estivesse ainda sob a guerra civil, embora em termos teóricos advogam a planificação participativa.

Muitas ONGs são grandemente dependentes de doações. Elas não têm o conceito de auto-ajuda, segundo o qual, procurar outras fontes de financiamento, enquanto o presente está em execução.

A Equipa do Estudo experimentou enraizar a planificação participativa na área rural durante os 3 anos do período de estudo, incluindo no período de formulação de estudo e ofereceu preciosas oportunidades para os actores experimentarem este sistema.

Felizmente a Equipa do Estudo teve a oportunidade de esboçar o plano mestre no momento exacto do começo do processo de descentralização. O município vai alcançar alta capacidade de gestão, e mais orçamento poderá ser disponibilizado pelo governo central. Porém a actual capacidade de gestão do município é desconhecida. A menos que os 5 anos iniciais sejam considerados como de experiência. O governo central deverá empreender todo o esforço possível para apoiar os municípios a melhorarem as suas capacidades.

Todos os actores envolvidos neste estudo da JICA ficaram bem capacitados quanto a matéria de desenvolvimento. Em particular, os sectores administrativos, as administrações de

comunas, as organizações comunitárias e as ONGs, com as quais a Equipa do Estudo trabalhou nos projectos piloto e na planificação participativa, puderam aprender métodos e conceitos sobre planificação, a importância do sistema de implementação, tecnologia e sistema de implementação que podem enraizar-se na área alvo e tiveram oportunidades de fortalecerem as suas capacidades para o desenvolvimento sócio-económico. A maior colheita para eles é a lição segundo a qual, os resultados individuais de cada esforço de desenvolvimento, podem ter efeitos sinérgicos quando todos os interessados possuírem um sentimento de auto-pertença e actuarem como um sistema integrado.

O plano de reconstrução e desenvolvimento das áreas rurais do Lobito é baseado no conceito de que, as pessoas da comunidade, a administração da comuna e as ONGs locais trabalham para o desenvolvimento de maneira integrada. Entretanto, como eles até agora, não podiam ter uma visão compenetrada das potencialidades locais e priorizar possíveis projectos, a Equipa do Estudo elaborou o plano de reconstrução e desenvolvimento sob sua própria responsabilidade, na base da interpretação completa dos resultados dos projectos piloto e dos workshops de planificação participativa em 4 comunas e 3 sectores

O plano mestre de reconstrução e desenvolvimento feito, é claro, um meio mais efectivo e eficiente para alcançar as metas de desenvolvimento dando máxima ênfase à agricultura. Os resultados do desenvolvimento da agricultura, podem dar um impacto na melhoria da vida e nos sectores da educação e saúde na área rural.

O plano mestre ilustra indicadores e os efeitos sinérgicos entre sectores, para maximizar os efeitos com o mínimo de investimento, através da transferência de recursos financeiros do governo central para o município do Lobito. O plano inclui não só idéias de projectos mas também os seus possíveis sistemas de implementação na intenção de promover o desenvolvimento da capacidade dos interessados. O plano mestre pode ser um importante guia na implementação do presente plano de desenvolvimento de 5 anos do município do Lobito.

A estrutura analítica e os métodos adoptados neste plano mestre, podem ser aplicados não apenas à outros municípios da província de Benguela, mas também à outras províncias. O governo de Angola deve considerar o município do Lobito como modelo na reconstrução e desenvolvimento rural e implementar este plano primeiramente, com o seu próprio orçamento, complementado com fundos de doadores.

Finalmente, conclui-se dizendo que, a implementação deste plano mestre contribui para a redução substancial da pobreza na área alvo.

Recomendações

O orçamento da agricultura deve ser acrescido mais do que nunca

Tal como foi enfatizado na parte das conclusões, este plano mestre para a reconstrução e desenvolvimento tem as suas bases no desenvolvimento da agricultura. Obviamente, os sectores da educação e saúde jogam um papel significativo. Porém, quando as pessoas passam

a fome, não podem concentrar-se em aprender alguma coisa e não podem conservar o poder físico básico para estarem saudáveis.

A construção de escolas, de postos de saúde e o recrutamento do número suficiente de professores e enfermeiros, pode ser implementado como projecto nacional devido as suas uniformidades em termos de especificidades. Ao contrário, a agricultura não pode ser implementada dentro das mesmas especificidades, mas, deve ser sim em função das condições locais. É também claro que, o desenvolvimento da agricultura tem significado impacto na melhoria de vida, na educação e nos cuidados de saúde. Além disso, como a descentralização requer alcançar o máximo de resultados com o orçamento disponibilizado, é mais efectivo o investimento focalizar-se na agricultura nos planos de desenvolvimento municipal.

Embora a importância da agricultura foi enfatizada, o actual orçamento alocado para este sector parece ser insuficiente. É importante a sua revisão, tendo em conta os efeitos sinérgicos do sector da agricultura com outros.

A capacidade dos interessados pode ser melhorada e o sistema de implementação estabilizado durante os 5 anos iniciais.

Os projectos não são avaliados tão logo que terminem, mas depois de muitos anos. Quando a administração, as pessoas da comunidade e as ONGs jogarem o papel que lhes é esperado, a implementação e monitoria de projectos de maneira integrada e quando os efeitos do projecto são sustentáveis, o plano é avaliado como “bem feito”. Para fazer assim, é indispensável a edificação da capacidade dos interessados e isto leva tempo. Este plano de 5 anos, deve ser considerado como o período de edificação da capacidade, de formação em serviço dos interessados na implementação de projectos e o governo angolano deve investir no projecto demonstrado no plano mestre de desenvolvimento, incluindo um projecto de desenvolvimento de recursos humanos.

O governo deve trabalhar em parceria com as ONGs locais em grande parte

Como o número de funcionários da administração não pode ser aumentado drasticamente, o governo deve contratar ONGs locais para a implementação de projectos. Quando o governo enquadrar correctamente as ONGs nos projectos de desenvolvimento, a sustentabilidade pode ser melhorada substancialmente.

O estudo da JICA verificou a capacidade das ONGs locais. O ponto mais significativo foi que, algumas delas mostraram potencial para tornarem-se em ONG's de desenvolvimento sócio-económico, apesar da sua actual capacidade de organização parecer limitada. Devem ser dadas a elas, oportunidades de crescimento para ONGs completamente maduras para o desenvolvimento sócio-económico. O governo angolano deve oferecer para elas oportunidades de implementação de projectos e de formação, através do recrutamento de consultores capacitados como formadores.

O Projecto para a Reintegração Social e Económica e Desenvolvimento Comunitário
na República de Angola
Relatório Final

Índice

Prefácio

Carta de Tramitação

Sumario Executivo

Índice

Mapas

Fotografias

Lista de Acrónimos e Abreviaturas

Cambio Equivalente

Capítulo 1 Antecedentes e Objectivos

1.1	Antecedentes	1-1
1.2	Objectivos	1-1
1.3	Área alvo	1-2
1.4	Processo	1-3
1.5	Estratégia de Estudo na Elaboração de um Plano Mestre.....	1-3
1.5.1	Conceito Básico na Elaboração de um Plano.....	1-3
1.5.2	Processo do Estudo	1-4
1.5.3	Método do Estudo	1-5

Capítulo 2 O Perfil do País: Angola

2.1	Perfil Geral	2-1
2.2	Situação sócio-económica	2-2
2.2.1	Quadro Macro económico	2-2
2.2.2	Situação Social	2-3
2.3	Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola.....	2-5
2.3.1	Plano de desenvolvimento longo prazo	2-6
2.3.2	Plano de curto prazo : Programa Geral do Governo –Extensão para o Biénio 2007-08.....	2-14
2.4	Plano de desenvolvimento dos sectores chaves (agricultura, educação, saúde/saneamento, investimentos públicos, ambiente e género).....	2-17
2.4.1	Agricultura	2-17
2.4.2	Educação	2-19
2.4.3	Sector da Saúde/Saneamento.....	2-20
2.4.4	Meio Ambiente.....	2-22
2.4.5	Outros (questões de género, família).....	2-23

2.4.6	Reforma Administrativa/descentralização	2-25
2.4.7	Características gerais do plano.....	2-26
2.5	Sistema administrativo	2-27
2.5.1	Sistema actual.....	2-27
2.5.2	Administração local.....	2-28
2.5.3	Descentralização.....	2-29
2.6	Assistência de Doadores.....	2-31
2.6.1	Características principais	2-31
2.6.2	O Banco Mundial	2-32
2.6.3	Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DDI/U.K).....	2-33
2.6.4	Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID).....	2-34
2.6.5	Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	2-35
2.6.6	União Europeia (UE).....	2-37
2.6.7	Cooperação Técnica Alemã (GTZ).....	2-37
2.6.8	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).....	2-38
2.6.9	Programa Mundial de Alimentação (PAM)	2-39

Capítulo 3 O Perfil de Área de Estudo

3.1	Província de Benguela	3-1
3.1.1	Linhas gerais.....	3-1
3.1.2	Administração/sistema político.....	3-2
3.1.3	Política, plano de desenvolvimento	3-2
3.1.4	Agricultura.....	3-3
3.1.5	Sector da educação.....	3-6
3.1.6	Saúde / Sector sanitário.....	3-8
3.1.7	Género	3-11
3.2	Situação dos ex-refugiados	3-12
3.3	Município do Lobito: Perfil geral	3-16
3.3.1	História	3-16
3.3.2	Linhas gerais.....	3-17
3.3.3	Plano de Desenvolvimento do Lobito	3-17
3.3.4	Porto do Lobito.....	3-26
3.4	Resultado dos Estudos e dos Inquéritos	3-27
3.4.1	Inquérito Socioeconómico das Famílias das Áreas Rurais do Lobito.....	3-28
3.5	Aproximação Actual para a Reintegração Sócio-Económico e Desenvolvimento Comunitário e seus Medidas.....	3-45
3.6	Desafios e Potenciais.....	3-48
3.6.1	Agricultura.....	3-48
3.6.2	Educação.....	3-49
3.6.3	Saúde	3-50

Capítulo 4	Estrutura Conceptual para Desenvolvimento Socioeconomico	
4.1	Estrutura para Desenvolvimento de Área Rural de Município de Lobito	4-1
4.1.1	Conceito de Estrutura para Desenvolvimento Socioeconomico	4-1
4.1.2	Modelo para Sistema de Implementação	4-3
4.2	Actividades Piloto	4-6
4.2.1	Objectivo dos Actividades Piloto.....	4-6
4.2.2	Estrutura para Actividade Piloto	4-7
4.3	Método de Monitoria	4-9
4.3.1	Implementação de Projecto.....	4-9
4.3.2	O Modelo do Sistema de Implementação	4-10
Capítulo 5	Análise dos Projectos Pilotos	
5.1	Reabilitação do Canal de Irrigação.....	5-1
5.2	Colheita de Milho Aumentada com Capim.....	5-18
5.3	Introdução do fogão melhorado.....	5-22
5.4	Construção de cacimbas	5-25
5.5	Reabilitação do Reservatório	5-29
5.6	Centro Infantil	5-32
5.7	Reabilitação/Construção de escola.....	5-41
5.8	Alfabetização.....	5-45
5.9	Agricultura Integrada	5-59
5.10	Micro-finanças	5-69
5.10.1	Antecedentes	5-69
5.10.2	Avicultura	5-72
5.10.3	Motobombas de irrigação	5-76
5.10.4	Fomento de caprinos	5-80
5.10.5	Feijão	5-83
5.10.6	Lições aprendidas.....	5-86
5.11	Conclusões.....	5-87
Capítulo 6	Planificação nos 3 sectores nas 4 Comunas	
6.1	Introdução.....	6-1
6.2	Programa de Desenvolvimento da Comuna da Canjala	6-2
6.2.1	Contextos e Características Gerais da Comuna da Canjala	6-2
6.2.2	Resultados do Workshop de Planificação Participativa	6-8
6.2.3	Programa de Desenvolvimento da Comuna da Canjala (2009 – 2013)	6-17
6.3	Plano de Desenvolvimento do Sector de Agricultura	6-46
6.3.1	Análise do Problema	6-46
6.3.2	Cruzamento da FOFA (fortaleza, oportunidade, fraqueza e ameaça) e Formação de Estratégias.....	6-48

6.3.3	Prioridades do Projecto e Indicadores	6-52
6.3.4	Diagrama da Influência do Projecto no Sector da Agricultura	6-54
6.3.5	Balanced Scorecard para a Agricultura	6-56
6.4	Como dar prioridade aos projectos candidatos?.....	6-57
Capítulo 7	Verificação de Plano Mestre Provisório	
7.1	Meta Geral	7-1
7.2	Metas e Medidas	7-1
7.3	Sistema de Implementação	7-5
7.4	Verificação detalhada usando ficha de monetorea	7-11
7.4.1	Reabilitação de vala de irrigação	7-11
7.4.2	Centro Infantil	7-16
7.4.3	Reabilitação/Construção de escola	7-21
7.4.4	Alfabetização	7-25
Capítulo 8	Plano Mestre para Reconstrução e Desenvolvimento de Área Rural de Município de Lobito	
8.1	Estratégias de Desenvolvimento.....	8-1
8.1.1	Principal pilar da política de desenvolvimento – Da reconstrução ao desenvolvimento.....	8-1
8.1.2	Posição Geográfica.....	8-2
8.1.3	Estratégias por sectores.....	8-4
8.2	O Plano Mestre.....	8-8
8.2.1	Programa Económico	8-8
8.2.2	O Programa Social.....	8-11
8.2.3	Sistema de Implementação	8-13
8.3	<i>Balanced Scorecard</i> Geral da Reconstrução e Desenvolvimento da Zona Rural do Município do Lobito.....	8-23
Capítulo 9	Projectos Recomendados	
9.1	Agricultura.....	9-1
9.1.1	Aumento da Produção de Milho com Capim.....	9-1
9.1.2	Reabilitação Participativa de Sistemas de Irrigação	9-5
9.1.3	Introdução de gado para tracção animal	9-9
9.1.4	Introdução da Produção de Arroz	9-14
9.1.5	Agricultura Integrada	9-18
9.1.6	Promoção da Venda do Feijão	9-22
9.2	Melhoramento de Vida.....	9-28
9.2.1	Introdução de fogão melhorado e melhoramento de vida.....	9-28
9.3	Educação	9-34
9.3.1	Programa de Alfabetização com Fontes de Receitas.....	9-34
9.4	Saúde	9-41

9.4.1	Prevenção de Doenças com Recursos Humanos Locais	9-41
9.5	Desenvolvimento de Capacidade Institucional	9-48
9.5.1	Desenvolvimento de Capacidade Institucional para a Administração Municipal do Lobito	9-48
Capítulo 10	Conclusões e Recomendações	
10.1	Conclusões.....	10-1
10.2	Recomendações.....	10-2

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1-1	Área alvo do Estudo	1-2
Tabela 1-2	Etapas do estudo da JICA	1-3
Figura 1-1	Processo de Estudo de Desenvolvimento.....	1-5
Tabela 1-3	Marco Geral do Estudo	1-6
Figura 1-2	Método de Elaboração do Plano	1-8
Figura 1-3	Relação Entre Estratégias para a Realização da Visão.....	1-10
Figura 1-4	BSC para o Plano de Reconstrução e Desenvolvimento Rural do município do Lobito .	1-11
Figura 1-5	BSC para o Plano Comunal do Município do Lobito.....	1-12
Figura 1-6	BSC para o Plano Sectorial na Zona Rural do Município do Lobito	1-13

Capítulo 2

Tabela 2-1	Perfil Geral de Angola.....	2-1
Tabela 2-2	Principais indicadores macroeconómicos	2-2
Figura 2-1	Proporção dos sectores-chaves (2006 estimativa).....	2-3
Tabela 2-3	Comparação dos indicadores sociais primários	2-4
Tabela 2-4	Indicador do MDGs e seu progresso	2-5
Tabela 2-5	Angola 2025/Objectivo, políticas prioritárias e básicas.....	2-6
Tabela 2-6	Angola 2025 Indicadores metas (exemplo).....	2-7
Tabela 2-7	Metas do desenvolvimento económico em Angola 2025	2-8
Figura 2-2	Angola 2025 Estrutura do Programa (para o desenvolvimento económico)	2-9
Tabela 2-8	Objectivo de desenvolvimento de Angola 2025 /Sector da Agricultura	2-10
Figura 2-3	Angola 2025 Programa estrutural (sector social).....	2-11
Tabela 2-9	Papel esperado das autonomias locais depois da descentralização	2-12
Tabela 2-10	Itens prioritários da política de industrialização da província de Benguela	2-12
Figura 2-4	Estrutura do PRSP	2-13
Tabela 2-11	Objectivo e políticas prioritárias em projectos relacionados a sectores	2-14
Figura 2-5	Objectivos, estrutura do PGG2007-08	2-15
Tabela 2-12	Taxa de crescimento do PIB dos sectores chaves alvo no plano de 2 anos.....	2-16
Tabela 2-13	Plano de investimentos públicos no plano de 2 anos	2-17

Tabela 2-14	Crescimento dos investimentos no sector da agricultura nos 2 últimos anos	2-17
Tabela 2-15	Fortalezas e assuntos no sector de agricultura actual	2-18
Tabela 2-16	Indicadores primários alvo e a produção no plano de 2 anos (agricultura).....	2-18
Tabela 2-17	Lista de políticas esperada na sector de agricultura	2-19
Tabela 2-18	Indicadores primários alvo e resultados do plano de 2 anos (Educação).....	2-20
Tabela 2-19	Lista de políticas esperada na sector de educação.....	2-20
Tabela 2-20	Indicadores primários alvo e resultados do plano de 2 anos (saúde/saneamento)	2-21
Tabela 2-21	Lista de políticas esperada na sector de saúde/saneamento	2-22
Tabela 2-22	Lista de políticas esperada na sector de Meio Ambiente (assunto legislativo)	2-23
Tabela 2-23	Lista de políticas esperada na sector de Meio Ambiente (outros assuntos).....	2-23
Tabela 2-24	Indicadores primários alvo e resultados do plano de 2 anos (Questões do género e família)	2-24
Tabela 2-25	Lista de políticas esperada na sector de género e família.....	2-25
Tabela 2-26	Indicadores primários alvo e resultados no plano de 2 anos (Reforma da administração/descentralização)	2-25
Tabela 2-27	Lista de políticas relacionada com descentralização, administração pública.....	2-26
Figura 2-6	Sistema administrativo do governo de Angola.....	2-27
Figura 2-7	Quadro organizacional: Governo provincial	2-28
Figura 2-8	Organigrama dos órgãos do município.....	2-29
Figura 2-9	Organigrama da administração da comuna	2-29
Tabela 2-28	Linhas gerais da ADO para Angola	2-32
Tabela 2-29	Os doadores principais não -OECD desde 2004.....	2-32
Tabela 2-30	Áreas prioritárias e programas actuais.....	2-32
Tabela 2-31	Políticas e Metas provisórias da assistência do Banco Mundial.....	2-33
Tabela 2-32	Plano de Aliança do país 2007-10 de DFID	2-34
Figura 2-10	Estrutura de Objectivos Estratégicos da USAID	2-34
Tabela 2-33	Registo da assistência da USAID 2004-06	2-35
Figura 2-11	Política da UNICEF no País (Esboço Conceptual de Estratégia 2005-08).....	2-36
Tabela 2-34	Área prioritária de apoio de UNICEF.....	2-36
Tabela 2-35	Área prioritária de UE.....	2-37
Tabela 2-36	GTZ: Principais projectos	2-38
Tabela 2-37	História da assistência do PAM	2-39
Tabela 2-38	Linhas gerais dos projectos do PAM em execução.....	2-39
 Capítulo 3		
Tabela 3-1	Perfil dos municípios de Benguela (como de 2007)	3-1
Tabela 3-2	Província de Benguela: Principais indicadores sociais	3-1
Figura 3-1	Organigrama: Governo da província de Benguela.....	3-2
Tabela 3-3	Plano do Orçamento do PIP 2007.....	3-3
Tabela 3-4	Área cultivada (2005).....	3-3

Tabela 3-5	Principais produtos agrícolas (2007)	3-4
Tabela 3-6	Número do principal gado (2005)	3-4
Tabela 3-7	Alvo da produção agrícola (2006/07).....	3-5
Tabela 3-8	Linhas gerais do plano de desenvolvimento da agricultura (2006-07); Província de Benguela	3-6
Tabela 3-9	Assistência de doadores no sector da agricultura na província de Benguela	3-6
Tabela 3-10	Número de escolas na província de Benguela.....	3-7
Tabela 3-11	Principais doadores para o sector da Educação na província de Benguela.....	3-8
Tabela 3-12	Número de pacientes com as principais epidemias na província de Benguela.....	3-9
Tabela 3-13	Profissionais de saúde na província de Benguela.....	3-10
Tabela 3-14	Orçamento do sector da saúde para 2007	3-10
Tabela 3-15	Caraterísticas de aldeias alvos.....	3-13
Figura 3-2	Razões de regresso para sua origem ou não regressar	3-14
Figura 3-3	Razões de mudanças na vida depois do cessar-fogo.....	3-15
Tabela 3-16	Média anual de receitas por família(Kz)	3-15
Figura 3-4	Media de receita anual por familia (por artigo).....	3-16
Tabela 3-17	Média do número de refeições/dia.....	3-16
Tabela 3-18	Análise das comunas chaves.....	3-19
Tabela 3-19	Lista de objectivos específicos.....	3-22
Tabela 3-20	Sector da agricultura / Alvo e Indicadores.....	3-23
Tabela 3-21	Sector da educação / Alvo e indicadores	3-23
Tabela 3-22	Sector da saúde/ Alvo e indicadores	3-24
Tabela 3-23	Plano de investimento do sector –chave no plano de 5 anos	3-25
Tabela 3-24	Situação do Porto do Lobito no 1º trimestre 2007	3-27
Tabela 3-25	População e aldeias	3-27
Figura 3-5	Mudança de Vida após Guerra.....	3-28
Figura 3-6	Profissões das pessoas nas Comunas.....	3-29
Figura 3-7	Números de Famílias Compones por área de cultivo	3-29
Figura 3-8	Área Cultivada em cada Comuna	3-30
Figura 3-9	Precipitação em cada Comuna.....	3-30
Figura 3-10	Precipitações Atmosféricas e Produção de Milho.....	3-30
Tabela 3-26	Número de Famílias em Relação a Colheita de Milho	3-31
Tabela 3-27	Anterior Gado por Família.....	3-34
Figura 3-11	Media da rede de receita fonte de receitas.....	3-35
Figura 3-12	Número de Famílias por Receitas Anual.....	3-36
Tabela 3-28	Rede de receita anual por comuna e por sector	3-37
Figura 3-13	Rede de Receitas Anual e Consumo Próprio da Produção de Milho por Pessoa.....	3-38
Figura 3-14	Consumo Anual de Milho por cada Comuna	3-38
Figura 3-15	Aproveitamento de Calorias por cada Comuna	3-39
Figura 3-16	Despesa Familiar para o Consumo Diário.....	3-40

Tabela 3-29	Quantidade estimada de Mercado nas áreas alvo.....	3-41
Figura 3-17	Relação entre Idade e as Classes.....	3-42
Figura 3-18	Motivo pelo qual os pais não mandam os seus filhos à escola.....	3-42
Figura 3-19	Antecedente de enfermeiros na zona área de Município do Lobito.....	3-44
Figura 3-20	Actual Sistema para a Reintegração Sócio-Económica e Desenvolvimento Comunitário das Zonas Rurais.....	3-45
 Capítulo 4		
Tabela 4-1	Políticas e Medidas Básicas Provisórias.....	4-2
Figura 4-1	O Plano Mestre Provisório para Reconstrução e Desenvolvimento na Área Rural do Município do Lobito (Provisório).....	4-3
Figure 4-2	Modelo de Ajuda de Desenvolvimento-Orientado para os Residentes	4-5
Figure 4-3	Estrutura para Actividade Piloto	4-8
Tabela 4-2	Resultados Requeridos dos Projectos	4-9
Tabela 4-3	As Áreas do Actividade Piloto Requerendo Verificação (Reabilitação do canal de Irrigação)	4-11
Tabela 4-4	Folha de Monitoria para a Verificação de Medidas Tomadas.....	4-14
 Capítulo 5		
Tabela 5-1	PDM de Actividade Piloto: Reabilitação do Canal de Irrigação do Cuvelo.....	5-6
Figura 5-1	Estrutura de Problemas	5-18
Figura 5-2	Intervenção convencional	5-18
Figura 5-3	Hipóteses do Projecto	5-18
Figura 5-4	Método de mistura do capim com o solo	5-19
Tabela 5-2	Resultados da experiência do insumo de capim	5-20
Tabela 5-3	Materiais de um fogão.....	5-23
Tabela 5-4	Impacto do fogão melhorado	5-25
Tabela 5-5	Plano anual de centro infantil.....	5-40
Tabela 5-6	PDM de Actividade Piloto: Alfabetização.....	5-50
Tabela 5-7	Resultado de teste de alcance de alfabetização	5-57
Tabela 5-8	Balanço estimado de pagamento para Agricultura Integrada, Plano Inicial.....	5-62
Tabela 5-9	Balanço Estimado de Pagamentos para Agricultura Integrada, Plano Modificado	5-65
Tabela 5-10	Situação dos Reembolsos na província de Benguela	5-72
Tabela 5-11	Plano de reembolso do financiamento de motobombas	5-78
Tabela 5-12	Número de caprinos redistribuídos (por aldeia).....	5-81
Tabela 5-13	Estimativa do número de cabras aumentadas e de vendas.....	5-81
Tabela 5-14	Plano de reembolso do financiamento do feijão (por família).....	5-85
 Capítulo 6		
Tabela 6-1	Calendário do workshop de PSP e participantes	6-2
Tabela 6-2	Divisão Administrativa da Comuna da Canjala.....	6-6

Tabela 6-3	Aspectos Geográficos	6-7
Tabela 6-4	Distribuição da População da Comunal por Faixa Etária	6-7
Figura 6-1	Problemas Levantados do Sector da Agricultura.....	6-9
Figura 6-2	Análise de FOFA.....	6-9
Tabela 6-5	Identificação de FOFA para o Sector da Agricultura.....	6-10
Tabela 6-6	Ideias de Projectos Apresentadas para o Sector da Agricultura.....	6-11
Tabela 6-7	Número de Crianças fora do Sistema de Ensino na Comuna.....	6-12
Figura 6-3	Problemas Levantados do Sector da Educação	6-12
Tabela 6-8	FOFA Identificada para o Sector da Educação	6-13
Tabela 6-9	Ideias de Projectos Apresentadas para o Sector da Educação	6-13
Figura 6-4	Problemas Levantados do Sector da Saúde	6-15
Tabela 6-10	FOFA Identificada para o Sector da Saúde.	6-15
Tabela 6-11	Ideias de Projectos Apresentadas para o Sector da Saúde.....	6-16
Figura 6-5	Passos Obedecidos para a Elaboração o Plano Comunal	6-18
Figura 6-6	Arvore de Problema no Sector da Agricultura.....	6-20
Figura 6-7	Demonstração da Formação de Estratégia no Sector da Agricultura.....	6-22
Figura 6-8	BSC no Sector da Agricultura	6-24
Figura 6-9	Diagrama de Influência dos Projectos no Sector da Agricultura.....	6-25
Figura 6-10	Arvore de Problema no Sector da Educação	6-27
Figura 6-11	Demonstração da Formulação de Estratégia no Sector da Educação.....	6-29
Figura 6-12	Formação de Balanced Scorecard no Sector da Educação.....	6-31
Figura 6-13	Diagrama de Influência de Projectos no Sector da Educação	6-32
Figura 6-14	Arvore de Problema no Sector da Saúde.....	6-34
Figura 6-15	Demonstração da Formulação de Estratégias no Sector da Saúde.....	6-36
Figura 6-16	Formação de Balanced Scorecard no Sector da Saúde	6-38
Figura 6-17	Diagrama de Influência no Sector da Saúde.....	6-39
Figura 6-18	Influência das Estratégias nos Sectores da Agricultura, Educação e Saúde	6-40
Figura 6-19	Influência das estratégias dos Sistemas	6-42
Figura 6-20	Balanced Scorecard Integrado.....	6-44
Tabela 6-12	Projectos e Orçamento.....	6-46
Figura 6-21	Árvore de Problema	6-47
Tabela 6-13	FOFA.....	6-49
Figura 6-22	Cruzamento da FOFA.....	6-50
Tabela 6-14	Prioridades do Projecto e Indicadores	6-54
Figura 6-23	Diagrama da Influência do Projecto no Sector da Agricultura	6-55
Figura 6-24	Balanced Scorecard para a Agricultura	6-57
Tabela 6-15	Priorização de Projectos (Comuna da Canjala)	6-60
Tabela 6-16	Priorização de Projectos (Comuna de Culango).....	6-64
Tabela 6-17	Priorização de Projectos (Comuna de Egito Praia)	6-68
Tabela 6-18	Priorização de Projectos (Comuna de Biopio).....	6-70

Capítulo 7

Figura 7-1	Relação dos sectores.....	7-4
Tabela 7-1	Papéis e capacidades dos actores demonstrados no plano provisório.....	7-6
Tabela 7-2	Papéis e capacidades da administração da comuna.....	7-8
Tabela 7-3	Papéis e capacidades das organizações comunitárias.....	7-9
Tabela 7-4	Papéis e capacidade das ONGs.....	7-10
Tabela 7-5	Frequência de factores que causaram problemas.....	7-12
Tabela 7-6	Frequência dos factores que contribuíram as soluções dos problemas.....	7-13
Tabela 7-7	Frequência dos factores que impedem soluções dos problemas.....	7-14
Tabela 7-8	Frequência de factores que causaram problemas.....	7-17
Tabela 7-9	Frequência dos factores que contribuíram as soluções dos problemas.....	7-19
Tabela 7-10	Frequência dos factores que impedem soluções dos problemas.....	7-19
Tabela 7-11	Frequência de factores que causaram problemas.....	7-22
Tabela 7-12	Frequência dos factores que contribuíram as soluções dos problemas.....	7-23
Tabela 7-13	Frequência dos factores que impedem soluções dos problemas.....	7-23
Tabela 7-14	Frequência de factores que causou problemas.....	7-26
Tabela 7-15	Frequência dos factores que contribuíram as soluções dos problemas.....	7-27
Tabela 7-16	Frequência dos factores que impedem soluções dos problemas.....	7-27

Capítulo 8

Figura 8-1	Posição Geográfica da área alvo.....	8-2
Tabela 8-1	Diferença da agricultura no litoral e no interior.....	8-4
Figura 8-2	Estrutura do Programa Económico.....	8-8
Tabela 8-2	Calendário do Programa Económico.....	8-9
Tabela 8-3	Impacto Económico do Programa Económico.....	8-10
Figura 8-3	Estrutura do Programa Social.....	8-12
Figura 8-4	Balanced Scorecard Geral.....	8-24
Figura 8-5	Baranced Scorecard Geral do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento na Zona Rural do Municipio do Lobito.....	8-25

Capítulo 9

Figura 9-1	Como misturar o capim na 1ª e 2ª produção.....	9-2
Tabela 9-1	Orçamento do Aumento da Colheita de Milho com o projecto de Capim.....	9-4
Tabela 9-2	Impacto Económico do Aumento da Colheita de Milho com o Projecto de Capim.....	9-5
Tabela 9-3	Orçamento para a Reabilitação de Canais de Irrigação Participativa.....	9-9
Tabela 9-4	Impacto económico da Reabilitação Participativa de canais de Irrigação.....	9-9
Tabela 9-5	Orçamento do Projecto de Introdução de Gado.....	9-13
Tabela 9-6	Impacto Económico do Projecto de Introdução de Gado.....	9-14
Tabela 9-7	Orçamento da Introdução do Cultivo de Arroz.....	9-17
Tabela 9-8	Impacto Económico do Projecto de Introdução do Cultivo de Arroz.....	9-18

Tabela 9-9	Orçamento para o Projecto Integrado de Agricultura.....	9-22
Tabela 9-10	Impacto Económico do Projecto de Agricultura Integrada.....	9-22
Tabela 9-11	Orçamento do Projecto de Promoção de Venda de Feijão.....	9-27
Tabela 9-12	Impacto Económico do Projecto de Promoção de Venda do Feijão.....	9-28
Tabela 9-13	Materiais para um fogão melhorado.....	9-33
Tabela 9-14	Orçamento para introdução de fogão melhorado e o projecto de melhoramento de vida.....	9-33
Tabela 9-15	Impacto da introdução do fogão melhorado e o projecto de melhoramento de vida.....	9-34
Tabela 9-16	Orçamento de Projecto de Alfabetização	9-40
Tabela 9-17	Impacto de Projecto de Alfabetização	9-41
Tabela 9-18	Orçamento de Prevenção de Doenças pelo Projecto de Recursos Humanos Locais.....	9-47
Tabela 9-19	Resultado Esperado da Prevenção de Doenças pelos Recursos Humanos Locais.....	9-48
Figura 9-2	Cronograma de Implementação.....	9-52
Tabela 9-20	Orçamento do Projecto de Desenvolvimento de Capacidade Institucional	9-55
Tabela 9-21	Resultados e Indicadores do Projecto de Desenvolvimento de Capacidade Institucional	9-56

Mapa de Angola



Mapa de Município do Lobito





Actividade piloto: Participação de beneficiaries na reabilitação de vala de irrigação (Comuna de Canjala)



Actividade piloto: Parte reabilitada de irrigação (Comuna de Canjala)



Actividade piloto: Distribuição de caprinos (Comuna de Capolo)



Actividade piloto: Colheita de Milho Aumentada com Capim (Comuna de Canjala)



Preparação de campo de demonstração de Actividade piloto “Colheita de Milho Aumentada com Capim” (Comuna de Dombe Grande)



Actividade piloto: Agricultura Integrada, Seminario para beneficiários (Comuna de Dombe Grande)



Actividade piloto: Construção de escola
(Comuna de Canjala, Aldeia de Kateque)



Actividade piloto: Edifício de escola construída
(Comuna de Canjala, Aldeia de Kateque)



Workshop participativo de planificação no sector de educação
(Município do Lobito)



Actividade piloto: Inauguração
de Centro de Infantil
(Comuna de Canjala)



Actividade piloto: Centro de
Infantil
(Comuna de Canjala)



Encontro na aldeia alvo para
seleção de primeiros
beneficiários de micro-finanças
(Comuna de Canjala)

Lista de Acrônimos e Abreviaturas

ADO	(P) Assistência de Desenvolvimento Oficial
ADRA	(P) Acção para Desenvolvimento Rural e Ambiente
ADRP	(E) Angola-Emergency Demobilization and Reintegration Project (P) Programa de Desmobilização e Reintegração de Angola
BSC	(E) Balanced Scorecard
CBO	(E) Community Based Organization
CD	(E) Capacity Development
CDA	(P) Centro de Desenvolvimento Agrícola
DDI	(P) Departamento para o Desenvolvimento Internacional (UK)
EDA	(P) Estação de Desenvolvimento Agrícola
FAO	(E) Food and Agriculture Organization of the United Nations (P) Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAS	(P) Fundo de Apoio Social
FASAC	(P) Família, Assistência Social e Antigos Combatentes
FOFA	(P) Fortaleza, Debilidade, Oportunidade e Ameaça
GEPE	(P) Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística
GNI	(E) Gross National Income
GTZ	Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (P) Cooperação Técnica Alemã
IDA	(P) Instituto de Desenvolvimento Agrícola
IDPs	(E) Internally Displaced Persons
IMF	(E) International Monetary Fund
IOM	(E) International Organization for Migration (P) Organização Internacional para as Migrações
IRSEM	(P) Instituto de Reintegração Sócio Profissional dos Ex-militares
JAM	(E) Joint Aid Management
JICA	(E) Japan International Cooperation Agency (P) Agência de Cooperação Internacional de Japão
KR	(E) Kennedy Round
MDGs	(E) Millennium Development Goals (P) Metas do Milénio para o Progresso do Desenvolvimento
MINADER	(P) Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINARS	(P) Ministério da Assistência e Reinserção Social
MPLA	(P) Movimento Popular de Libertação de Angola
NRA	(P) Núcleo Representativo das Associações
NU	(P) Nações Unidas
OCDE	(P) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCHA	(E) United Nations Office for Coordination of Humanitarian Affairs
ODA	(E) Official Development Assistance
OECD	(E) Organization for Economic Cooperation and Development
OGE	(P) Orçamento Geral de Estado
OJT	(E) On the Job Training

OMA	(P) Organização de Mulheres Angolanas
ONG	(P) Organização Non-Governmental
PAM	(P) Programa Mundial de Alimentação
PAR	(P) Programa de Apoio à Reconstrução
PCM	(E) Project Cycle Management
PDM	(E) Project Design Matrix
PGG	(P) Programa Geral do Governo
PIB	(P) Produto Interno Bruto
PIC	(P) Programa Infantil Comunitario
PRSP	(E) Poverty Reduction Strategy Paper (P) Documento sobre a Estratégia de Redução da Pobreza
PSP	(E) Participatory Sectorial Programming (P) Programação Sectorial Participativa
SADC	(E) Southern African Development Community
PIP	(E)Public Investment Programme
PNUD	(P) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RRA	(E) Rapid Rural Appraisal
SINFO	(P) Serviço de Informação
SWOT	(E) Strength, Weakness, Opportunity and Thread
UE	(P) União Europeia
UNACA	(P) União Nacional das Associações de Camponeses Angolanos
UNESCCORD	(E) United Nations Security Coordinator
UNHCR	(E) United Nations High Commissioner for Refugees
UNICEF	(E) United Nations Children's Fund (P) Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA	(P) União Nacional para a Independência Total de Angola
USAID	(E) United States Agency for International Development (P) Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos
UTA	(P) Unidade Técnica e Administrativa
UTCAH	(P) Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária
VIH/SIDA	(P) Virus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da imunodeficiência Adquirida
WS	(E) Workshop

Cambio Equivalente

Medio do ano 2008

US\$1=Kz75

US\$1=JP\104.905

Kz1=JP\1.400

Capítulo 1

Antecedentes e Objectivos

1.1 Antecedentes

Em Angola a guerra civil, para a qual, a guerra fria provocou um contexto, continuou desde a independência em 1975 até ao acordo de cessar-fogo em Abril de 2002. Depois do cessar-fogo, as organizações internacionais providenciaram assistência de emergência e de reconstrução para promover o retorno dos deslocados internos e a reintegração na sociedade civil dos soldados desmobilizados .

Agências do governo Japones recolheu informações básicas sobre a edificação da paz, de Fevereiro à Março de 2003, apresentando a possibilidade de cooperação. Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) levou a cabo o projecto de formulação de estudo de Novembro de 2004 à Janeiro de 2006, a avaliação preliminar foi feita em Março do mesmo ano. O acordo de trabalho foi concluído em Junho e o estudo de desenvolvimento foi implementado de Setembro de 2006 à Fevereiro de 2009.

1.2 Objectivos

O estudo de desenvolvimento tem os seguintes objectivos:

1. Formular um plano mestre para a reconstrução e desenvolvimento regional
2. Indicar um modelo de reconstrução e desenvolvimento rural, através de actividades pilotos, considerando a sua aplicabilidade em outras áreas.
3. Disseminar as lições aprendidas deste estudo.

Aquando da planificação, a equipa de estudo prestou atenção sobre o seguinte:

Fazer o plano prático e versátil

1. Adoptar a abordagem participativa na planificação para permitir aos relacionados cultivarem o sentimento de auto-pertença
2. Prestar atenção as rápidas mudanças da sociedade Angolana e capacitar os actores nas actividades de desenvolvimento
3. Experimentar a aplicação participativa em outras áreas

Levar a cabo actividades pilotos que vão directamente ao encontro das necessidades de reconstrução e desenvolvimento das comunidades que verificam ao mesmo tempo, as suas potencialidades como projectos de desenvolvimento.

1. Para seleccionar projectos que enquadram as necessidades das comunidades depois da guerra civil sobre o conceito básico da segurança humana, com a consideração na edificação das capacidades dos actores nas actividades de desenvolvimento.
2. Estabelecer um sistema que alcança o efeito sinérgico entre os projectos aquando da sua implementação

1.3 Área alvo

Nas províncias de Benguela e Kuanza Sul, as assistências de emergência e de reconstrução foram levadas a cabo nas áreas do interior onde se encontravam muitas pessoas deslocadas e soldados desmobilizados. Porém na província de Benguela, como muitas pessoas refugiaram-se na zona da costa, foi prestada uma assistência de emergência e de reconstrução em toda a escala. Então, a sociedade tornou-se estável e os deslocados regressaram às suas procedências na zona do interior. Como resultado, a assistência na zona litoral começou a diminuir gradualmente. Porém para as duas províncias ainda há necessidade de reconstrução para a zona costeira.

Na base das recomendações dos governos provinciais, ficou determinado que o estudo da JICA fosse feito na área costeira. As actividades pilotos foram implementados na comuna do Capolo, município do Porto Amboim, na província do Kuanza Sul, na comuna da Canjala, município do Lobito e na comuna do Dombe Grande, município da Baía Farta, província de Benguela. Todas estas áreas exigiram fortemente a reconstrução.

A área rural do Lobito foi seleccionada como alvo do plano mestre na base dos seguintes critérios de selecção. O plano pode servir como uma referência para as áreas do interior.

1. O cenário da produção agrícola e a situação social dos deslocados assemelham-se aos da área do interior.
2. Na partilha do poder para os municípios no âmbito da política de descentralização, a administração da comuna coloca-se na frente nas áreas rurais. O município do Lobito foi indicado para experiência da descentralização e está planificado a transferência do poder para as administrações comunais até certo ponto.

Tabela 1-1 Área alvo do Estudo

Província	Município	Comuna	Recomendantes	Razões para recomendações
Kuanza Sul	Porto Amboim	Capolo	Governo provincial	Carece de assistência, mas não tem apoio de ONGs e da ONU
Benguela	Lobito	<i>Canjala</i>	Governo provincial UN UTC ¹	Campo de batalhas sangrentas durante a guerra civil, mas a assistência é actualmente de construção participativa de infraestruturas através de ONGs nacionais em áreas limitadas.
		<i>Egito Praia</i>	Administração Municipal Eqipa de estudo	Uma parte da área rural do Lobito
		<i>Culango</i>	Governo provincial UN UTC	Comuna, em que os deslocados regressaram depois do cessar-fogo. Não há assistência de reconstrução, excepto a desminagem
		<i>Biópio</i>	Administração Municipal Eqipa de estudo	Uma parte da área rural do Lobito
	Baía Falta	Dombe Grande	Governo provincial UN UTC	Área que aceitou muitos deslocados vindos do interior, e quase todos ficaram ali reassentados

Fonte: Equipa do Estudo

Nota: As palavras em itálico mostram a área alvo do plano mestre e as que se encontram em células em azul a área alvo das actividades pilotos

¹ Unidade de Cooperação Técnica (Sucessor de OCHA))

1.4 Processo

Todas as etapas do estudo levado a cabo foram resumidas na tabela abaixo.

Tabela 1-2 Etapas do estudo da JICA

Etapa	Calendário	Conteúdo de Estudo
1	Projecto de Formulação de Estudo Novembro 2004 - Janeiro 2006	Pesquisa de Campo Para estabelecer um estrutura de trabalho do Estudo de Desenvolvimento, a equipa de estudo compreendeu a situação socio-económica e as actividades de outros doadores, através de uma pesquisa de campo, como a pesquisa do perfil das comunidades e de sectores. A Equipa clarificou as necessidades das comunidades sobre a reconstrução e desenvolvimento ao realizar workshops participativos. Também ficaram reveladas as potencialidades e constrangimentos dos actores relacionados, como as pessoas das comunidades, as administrações das comunas e as ONGs. Exploração sobre a capacidade dos interessados para a implementação de projectos Na base dos resultados da pesquisa de campo, a equipa de estudo solicitou as organizações relacionadas para implementarem as actividades pilotos preliminares, afim de verificar as suas capacidades. As lições aprendidas foram incluídas no sistema do modelo de implementação para a reconstrução e desenvolvimento rural
2	Estudo de Desenvolvimento 1º Ano Setembro 2006 - Março 2007	As actividades pilotos foram preparados e iniciados. Foram elaborados os seus sistemas de monitoria. A equipa de estudo levou a cabo a formação sobre o Ciclo de Gestão do Projecto, principalmente para as administrações comunais e ONGs, afim de cultivarem o sentimento de auto-pertença e fortalecerem as suas capacidades sobre planificação, monitoria e avaliação.
3	Estudo de Desenvolvimento 2º Ano Abril 2007 - Março 2008	A equipa de estudo continuou a verificação sobre a possibilidade do projecto e o sistema de implementação através da monitoria. A Equipa permitiu que os formados em PCM, aplicassem os conhecimentos obtidos na actual monitoria e avaliação do projecto através do treinamento em serviço. Para esboçar o plano mestre da área rural do Lobito, a Equipa realizou pesquisa sobre a situação socio-económica das famílias e workshops de planificação participativa em comunas e sectores.
4	Estudo de Desenvolvimento 3º Ano Abril 2008 - Fevereiro 2009	Envolvido no plano de reconstrução e desenvolvimento, a equipa de estudo avaliou os resultados da edificação de capacidades dos actores relacionados e realizou um seminário de disseminação.

Fonte: Equipa do Estudo

1.5 Estratégia de Estudo na Elaboração de um Plano Mestre

1.5.1 Conceito Básico na Elaboração de um Plano

Sob um desenvolvimento económico rápido, a República de Angola, actualmente está revisando os índices da macroeconomia. É necessário considerar que a elaboração do plano se empreende em tal condição e municípios que têm tido pouca experiência de liderança na preparação do esboço e na elaboração de um plano. Reconheceu-se que o papel do plano era fomentar a capacidade das actores relacionadas, como municípios e como haviam de preparar esboços, planificar, modificar e resolver problemas e guiá-las em responder, adequadamente a mudanças socioeconómicas.

Pretendeu-se elaborar um plano de alta efectividade. Para realizar isto, prestou-se a suficiente atenção ao que o próprio país no seu todo, assim como às áreas para as quais se ia elaborar o plano, como estavam na época de pós guerra e transição, assim que, foi necessário um apoio para “desenvolvimento” em substituição de um para “emergência” e “reconstrução”. Procurou-se manter a relevância do plano com políticas ao nível superior como o Plano

Nacional de Desenvolvimento e contribuir para sua realização.

“Um plano de alta efectividade” não apenas se refere a um que seja efectivo porque está de acordo com os resultados do estudo, também que mantenha a lógica. Tratou-se de elaborar um plano que se assegure a sustentabilidade dos efeitos do projecto e deixe um espaço para desenvolver, independentemente, através de melhoria das capacidades actores relacionadas. Então, reconheceu-se a importância de manter uma visão, que é estabelecer o processo e sistema de implementação do plano para elevar a sua efectividade.

Ao colocar em prática o plano, é muito importante aprofundar os três elementos seguintes acerca das actores relacionadas: sentido de propriedade, intenção de ganhar êxito e confiança, receptividade e compreensão quanto à participação. Pode-se fortalecer estes três elementos mediante o envolvimento das actores relacionadas em todas as fases do ciclo do projecto (de esboço e planificação até a monitoria e avaliação; e extrair lições aprendidas) e um sistema que efectue, de tal maneira, a participação. Considera-se mais útil aplicar um enfoque participativo para estabelecer um sistema deste carácter.

Procurou-se neste estudo elaborar um plano de desenvolvimento que eleve um maior carácter de desenvolvimento participativo “real” por obter a participação de tantas actores relacionadas como possíveis no processo de elaboração do plano, sendo mais adiante, um desenvolvimento participativo comum e “formal².” Com esta ideia, pretendeu-se ampliar a capacidade do pessoal administrativo público de elaborar um plano de desenvolvimento, de ONG’s em executar e manejar os projectos de desenvolvimento e dos residentes de manter e manejar os efeitos do projecto. Assim sendo, considera-se este estudo como uma oportunidade de que o sistema de elaborar o plano seja revisto e melhor continuamente. Nesta maneira, pretendemos elevar a efectividade do plano.

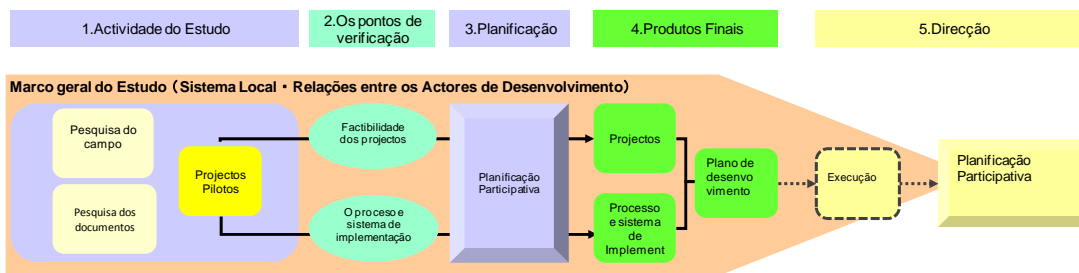
1.5.2 Processo do Estudo

O estudo cobre as primeiras quatro das cinco fases apresentadas na Figura 1-1 abaixo, ou seja 1. Execução de Estudos até 4. Produtos Finais. Primeiro em 1. Na execução dos estudos, se realizará uma série de estudos de campo que contendam uma revisão de literatura sobre as áreas objecto, pesquisas e workshops participativos com os residentes. Com base nos

² Não satisfaz a condição suficiente para um real “desenvolvimento participativo” ainda que, seja uma das condições necessárias, o método que formule um projecto através de “identificar necessidades por meio dos residentes locais” e “participar, democraticamente na tomada de decisões”. Um desenvolvimento participativo “formal” apenas alcança resultados de formas superficial do processo descrito anteriormente. Seria seguro entender que um real “desenvolvimento participativo” satisfaz as necessidades através da participação activa dos residentes locais, criando um plano que permite que se mantenham os efeitos por esforços independentes. A isto, entretanto, sabe-se que acompanham muitas limitações e linhas de execução deste tipo de desenvolvimento participativo.

No caso de Angola, utilizou-se o quadro lógico para preparar um esboço e planificar uma estrutura de desenvolvimento quando o País recebeu apoios de emergência durante o conflito civil, assim que, alguns dos funcionários públicos e ONG’s conhecem bem o método. Além do mais, existem vários planos de desenvolvimento, sobre os quais se aplica o quadro lógico e alguns funcionários públicos respeitam muito a necessidade de “desenvolvimento participativo”. Entretanto e na prática o seu desenvolvimento cai em grau superficial e formal.

resultados destes estudos, identificar-se-á linhas e potenciais para alcançar o desenvolvimento. Finalmente, determinou-se como realizar o estudo demonstrativo para examinar o potencial.



Fonte: Equipa do Estudo

Figura 1-1 Processo de Estudo de Desenvolvimento

Nas actividades pilotos, estuda-se 2 pontos: o potencial economico e tecnico como um projecto de desenvolvimento nacional e ao mesmo tempo a possibilidade do processo e sistema de execução. Os resultados deste ensaio serão na base de um modelo do processo e sistema de execução do projecto de reconstrução e desenvolvimento.

Em 3. Planificação, realiza-se um esboço e planificação em forma “participativa” para fomentar o sentido de propriedade entre as actores relacionadas, compartilhando com elas conhecimentos e experiências adquiridas até este ponto. No esboço e planificação, examina-se bem o potencial de cada projecto, o seu processo e seu sistema de execução que assegura a sustentabilidade e desenvolvimento independente, tendo como marco do referido modelo do processo. Com este processo, submeteu-se em 4. Produtos Finais; o plano de reconstrução e desenvolvimento, qual sistema de implementação, tanto como plano, haveria sido muito bem examinado em forma participatica.

O plano propõe um projecto e sistema de execução com indicadores concretos. Tendo tais indicadores como um marco, põe-se o plano em prática e mediante a monitoria, revisa-se o plano e partilham-se as lições extraídas através das avaliações entre as actores relacionadas. Considera-se que, como consequência, se fortalece continuamente, a capacidade das actores relacionadas e se acumula como uma capacidade local.

1.5.3 Método do Estudo

A Tabela 1-3 apresenta uma vista básica e geral do estudo inteiro, o qual cobre a planificação do estudo até ao esboço do plano mestre. Primeiro que tudo, tem de se fomentar e fortalecer a capacidade para desenvolvimento do grupo de residentes locais que, são os beneficiários do projecto, para que um projecto seja uma fundação de desenvolvimento independente e sustentável da região. Pressupõe-se que isto pode-se alcançar se cada um dos membros do grupo, indivíduo ou família, melhorar a sua capacidade anualmente. Por outra parte, pode dirigir que se juntem tais capacidades separadas como uma capacidade regional, se existe nas comunas ou comunidades dentro da área de cobertura, uma organização dos residentes encarregados de repartir a capacidade que o grupo de beneficiários tem no seu seio.

Tabela 1-3 Marco Geral do Estudo

Sistema Local	Antes do estudo⇒			Depois do estudo		
	Recursos	Organização	Regras	Recursos	Organização	Regras
Grupo beneficiário						
Famílias						
Organizações de residentes						
Aldeias						
Administração Comunal						
ONGs locais						

Fonte: Equipa do Estudo

É o pessoal administrativo público ou as ONG's locais que devem encarregar-se em apoiar aos residentes elevar e fortalecer a capacidade de desenvolvimento. Eles têm uma relação estreita com os residentes locais e actuam como mediadores ou executores no processo de desenvolvimento.

O estudo trata de promover uma transformação de sistema local e entender o estado da sua mudança para estes três elementos indicados como seguintes:

“Recursos” nas formas humanas, bens, material e financeira para se alcançar o objectivo do projecto.

“Organização” que aplique e manaje os recursos apresentados acima.

“Regras” que dirigem os membros da organização para que se maneje os recursos.

A Equipa do Estudo intitulou “ a Sistema Local” a entidade composta pelas actores relacionadas junto com três elementos asima indicados nas localidades e projectou fazê-la funcionar mais efectivamente, permitindo a geração de uma sinergia de capacidades entre as actores relacionadas.

(i) Pesquisa

Estudo no campo e revisão da literatura

Foram compilados dados básicos em relação aos “recursos”, “organização”, e “regras” de cada uma das actores relacionadas que compõem a “Sistema Local” mencionada no marco geral. Realiza-se a compilação por meio da revisão da literatura, através de pesquisa, entrevista com as actores relacionadas e um workshop “participativo” dos residentes da área de cobertura. Foram estabelecidas hipóteses de um estado que deveria ser um plano mestre alternativo de reconstrução e desenvolvimento e sistema de execução.

Actividades Piloto

Leva-se a cabo as actividades pilotos para se examinar as hipóteses apresentadas em (1). Um projecto executado no estudo, está basicamente de acordo com as necessidades dos residentes. Assim mesmo, examina-se cada um dos projectos, os quais vão compor o plano e o sistema de execução dos projectos. O estudo serviu como ferramenta para medir o grau de fortalecimento

da capacidade das actores relacionadas.

(ii) Pontos de verificação

As actividades pilotos, não só, trata dos projectos que tenham possibilidades de desenvolvimento, mas sim, o processo e sistema com o qual se realiza os projectos. Por este motivo, vão-se examiando os pontos seguintes:

Potencial dos projectos;

1. Rentabilidade
2. Aplicabilidade técnica

Processo e sistema de execução dos projectos;

1. Fortalecimento do processo de formular capacidades individuais das actores relacionadas e a estrutura local.
2. Método efectivo de preparar o esboço, planificar, monitorar e avaliar o plano de desenvolvimento.
3. Sistema efectivo de retroalimentação dos resultados de monitoria e avaliação

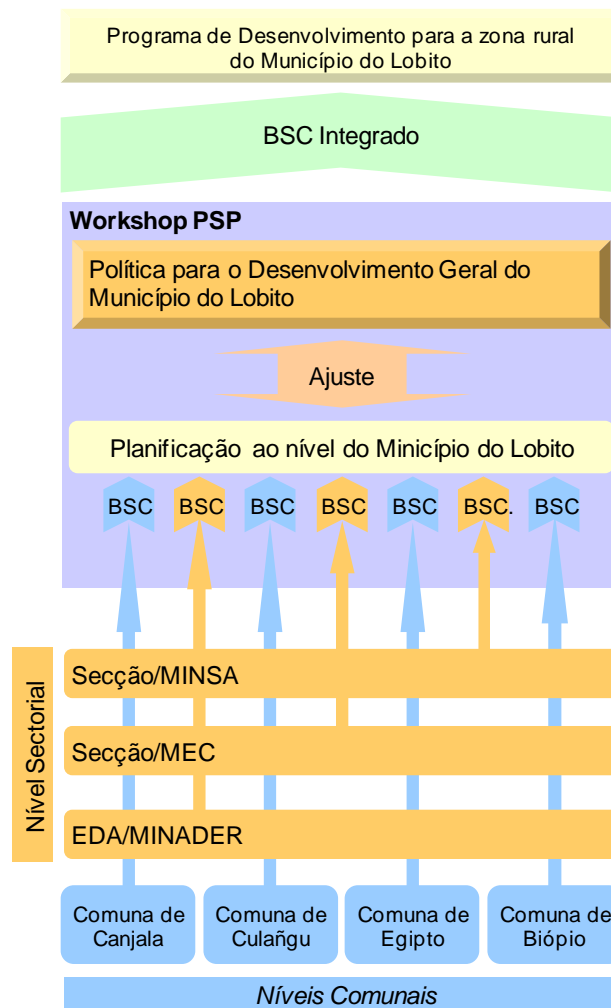
A respeito ao modelo de processo e sistema de reconstrução e desenvolvimento das comunidades rurais em particular, examinou-se, principalmente, que mecanismos são adequados e até que ponto funcionam.

(iii) Elaboração do plano

O plano será elaborado como um programa em forma ascendente pelas comunas e sectores como está ilustrado na Figura 1-2.³ As programas comunais foram elaborados por residentes e o pessoal administrativo público de cada uma das quatro comuna, em maneira interdisciplinar com respeito ao sector, como agricultura, educação e saúde. Está indicado na zona com a côr azul claro na Figura 1-2.

O programa por sector será elaborado em toda área rural do município do Lobito pelo pessoal administrativo, representando os três ministérios encarregados (zona amarela vertical da Figura 1- 2).

³ Até agora, têm trabalhado as direcções provinciais de cada ministério, segundo o plano nacional. Entretanto, adapta-se o enfoque ascendente na elaboração do plano de desenvolvimento ao nível de cidades, que se considera como uma forma de introdução do processo de descentralização. Com o enfoque ascendente, as direcções provinciais preparam o esboço de planos por sectores de cada cidade. Não obstante, a partir daí, fazem o papel dos consultores exteriores.



Fonte: Equipa do Estudo

Figura 1-2 Método de Elaboração do Plano

Estes setes planos no total, serão analisados pelo departamento de planificação do município e serão apresentados como programa de reconstrução e desenvolvimento do mesmo. Isto se realizará depois de coordenar com a política básica de desenvolvimento do município por sectores, o qual está sob elaboração actualmente. Aplicou-se o esboço e a planificação em todas as fases mencioandas antes, incluindo o processo e sistema de execução do plano, a visão de um “marco geral de estudo”. Para elaborar o plano se utilizará Programação Sectorial Participativa, ou Participatory Sectorial Programming (refere-se daqui em diante PSP em siglas em inglês), e para organizar os resultados da re-análise dos sete planos, o Balanced Scorecard (refere-se daqui em diante a abreviatura BSC em siglas em inglês).

Caixa 1-1

Originalmente, Balanced Scorecard (BSC) se refere a um quadro de indicadores que avaliam o desempenho. Criada para medir o grau de alcance da estratégia de uma empresa, elaborou-se como indicador de desempenho.

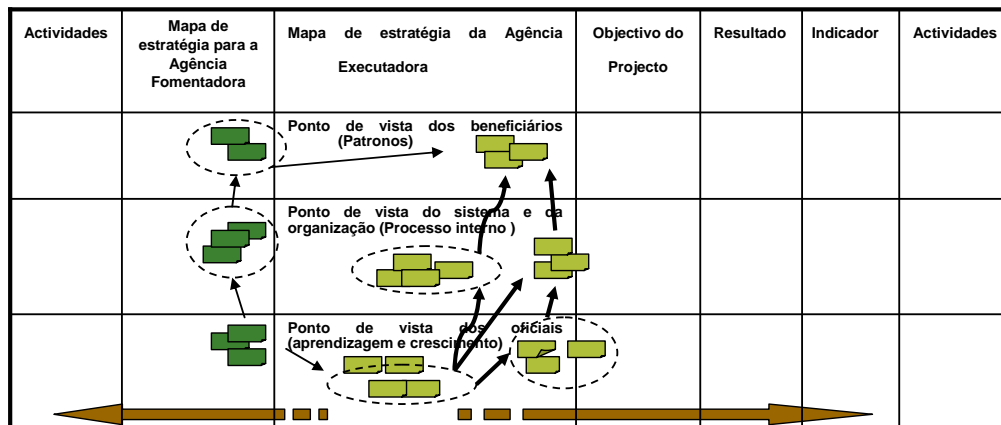
Não trata apenas índices “numéricos” tradicionais como receitas de vendas, benefícios, fluxo de efectivo, mas sim de três mais factores para melhorar aqueles números financeiros. São o grau de satisfação de clientes, eficiência e rapidez do processo de trabalho, aprendizagem e crescimento representados por motivação e melhoramento da capacidade dos empregados que executam os factores mencionados. Apresenta do ponto de vista destes quatro factores, um mapa de estratégia que define os elementos principais para o êxito e para pô-las em prática e consistem nos indicadores, isto é, para separar os elementos.

Pode-se alistar as características de BSC como abaixo:

1. Permitir o estabelecimento de hipóteses na fase de planificação para realizar as estratégias, porque as estratégias e avaliação de desempenho são relacionadas.
2. Aclara-se com uma forma lógica e prática o que se deve fazer por cada parte, de um empregado até ao director executivo da organização para contribuir na realização da visão e das estratégias, porque os indicadores são elaborados em cada fase. Noutras palavras, funciona como mensageiros, transmitindo as estratégias de nível organizacional e individual a toda organização através dos indicadores.
3. Os indicadores de avaliação de desempenho compõem-se de quatro pontos de vista para avaliar o valor empresarial de vários ângulos: primeiro, o “financeiro” adoptado tradicionalmente, segundo, o de “clientes” que determina a direcção da operação mediante indicadores para manter e melhorar a satisfação dos consumidores; terceiro, o dum processo de trabalho, que indica a eficiência, como por exemplo, custos reduzidos, tempos encurtados, qualidade elevada de produtos em toda cadeia de abastecimento que cobre a aquisição, fabricação, transportação e vendas em negócios de fabricação, a qual é necessário alcançar os primeiros dos indicadores; quatro, o de aprendizagem e crescimento que determina a estratégia com a qual se pode melhorar a capacidade dos recursos humanos individuais, depois de se aclarar estas três estratégias ao nível organizacional para realizar a visão e estratégias organizacionais.

O conceito básico de BSC se considera uma ferramenta muito efectiva para gerir projectos públicos de maneira mais eficiente e efectiva.

Apresenta-se abaixo um BSC para organizações de cooperação de desenvolvimento:



Fonte: Equipa do Estudo

Figura 1-3 Relação Entre Estratégias para a Realização da Visão

Este BSC descreve como um programa de relação entre estratégias diferentes, depois de dividir o mapa de estratégias em dois: Agência de cooperação e agência executora. Além do mais, coloca como um projecto a ideia concreta que ponha a estratégia em prática e apresenta uma matriz do esboço da estrutura do projecto em parte direita. Noutras palavras, apresenta-se o formato do PDM (Quadro Lógico), o programa e o seu conteúdo para se alcançar a visão.

A PSP é um método simplificado de esboçar um programa estratégico para se alcançar a visão organizacional baseada na participação das actores relacionadas. Utiliza-se para elaborar um plano geral que contém numa matriz um BSC e um mecanismo de avaliação que mede quanto se tem cumprido as estratégias.

Um BSC apresenta, como aproveitar ao máximo o conceito de “estratégias” e “avaliação de desempenho”, os componentes básicos do próprio BSC, são uma imagem geral de um projecto complexo de desenvolvimento visual que, sinceramente, envolve sectores múltiplos (por exemplo, desenvolvimento rural) e diversas actores. Este processo eleva a efectividade do plano que permite o plano ser facilmente, compartilhado entre as actores relacionadas.

Em particular, o mapa estratégico, que demonstra a relação entre distintas estratégias para a realização da visão, melhora consideravelmente a capacidade das actores relacionadas de esboçar e elaborar o plano, porque cria um processo no qual se examina a relação. Um exemplo de tal relação é, na agricultura que a estratégia projectada para melhorar a infraestrutura agrícola, afecta na maneira positiva outra estratégia de educação que trata de elevar a taxa de ingresso das crianças no ensino, porque a infraestrutura melhorada contribui para alta produtividade agrícola o que vai resultar que os agricultores subam o estado económico. O mais importante é que a elaboração de um BSC produza o sentido de propriedade entre as pessoas que esboçam e planificam a actividade por permitir um processo de discussões, o qual dirige a que se desenvolve a capacidade de esboçar e planificar numa maneira natural.

Os workshops de PSP consistem em sete fases: Primeiro, analisar os problemas do sector objecto; segundo, analisar o sector através de análises de Fortaleza, Debilidade, Oportunidade

e Ameaça (FOFA, ou SWOT como siglas em inglês); terceiro, estabelecer uma visão; quarto, considerar uma ideia de um projecto; quinto, fazer outra análise de FOFA e reexaminar a ideia; sexto, elaborar uma estratégia concreta; e finalmente, criar um BSC.

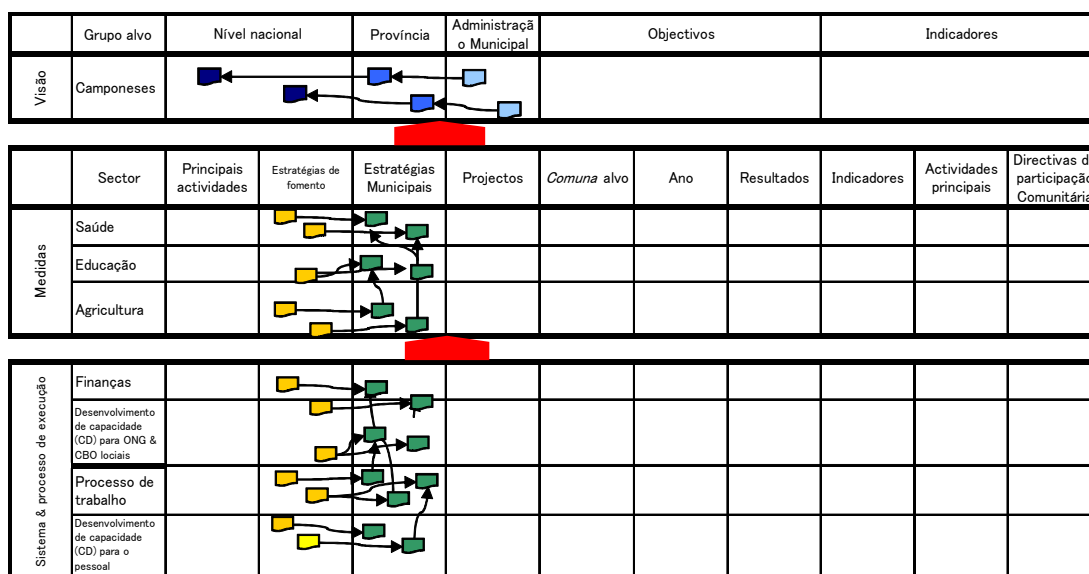
Agora, vai-se tratar mais detalhadamente de como se prepara e se cria um plano. Primeiro se apresenta um exemplo de um BSC, o produto final para que se entenda com mais facilidade cada uma das etapas.

Plano Mestre de Reconstrução e Desenvolvimento

(Produto final que se elabora no departamento de planificação do município)

A primeira fila marcada a negro na Figura 1-4 apresentada na página seguinte indica, da esquerda a direita, grupo(s) alvo(s), visões por país, província, e município, objetivos e indicadores de município para alcançar as visões. Detalham os cartazes em azul claro unidos por setas cada visão e significa que o alcance da visão ao nível do município se dirige ao alcance nacional.

Ao quadro marcado a negro na segunda fila apresenta medidas para a realização das visões. As “estratégias básicas” dos municípios para as quais se projectam o alcance da visão do município são apresentadas em cartazes verdes. As setas entre os cartazes significam as possibilidades dos efeitos sinérgicos e as relações entre objecto – meio. As “medidas de promover as estratégias” que estão a direita, representam medidas para as políticas básicas, ou projectos mesmos. Desta coluna até a de “actividades” equivalem ao PDM-Project Design Matrix (Quadro Lógico). Além do mais, a coluna de “índices de actividades de residentes” sugere formas esperadas da participação dos residentes. Por exemplo, um projecto de infraestrutura se indica neste espaço expectativas de como “os residentes vão participar na construção” ou vão manter e manejar depois da construção”.



Fonte: Equipa do Estudo

Figura 1-1 BSC para o Plano de Reconstrução e Desenvolvimento Rural do município do Lobito

As “estratégias de apoio das organizações exteriores” indicam apoios que proporcionam estratégias básicas do município nos cartazes a laranja. A esquerda detalham-se as actividades necessárias e principais para que se realizem estas políticas.

O quadro marcado a negro na terceira fila mostra o “sistema de execução” para levar a cabo as “medidas”. Aqui se apresentam, de cima a baixo os “pontos de vistas financeiros”, que tratam de como se colocam os orçamentos requeridos, os “de mediadores” indicando estratégias para ONG’s e organizações de residentes que representam os executores de projectos, os de “processo de trabalho” que sugerem o que melhorar para executar eficientemente os projectos, e os de “pessoal administrativo público para o desenvolvimento de capacidade”, que mostram percepções e capacidades para os projectos das direcções municipais encarregadas dos projectos. Contém, como “medidas para a realização das visões”, ideias claras para se levar a cabo as estratégias e seus resultados, indicadores e actividades. Assim mesmo, indica-se, se é necessário, os índices de participação dos residentes, quando se sugerem políticas e medidas a que se espera a participação dos mesmos.

Passo 1: Plano por Comuna

(Programa de desenvolvimento que é elaborado pelo pessoal administrativo da sede comunal)

Mediante os workshops, foi elaborado um programa de reconstrução e desenvolvimento do pessoal administrativo das sedes comunais, encarregados pelos sectores das comunas, representantes dos residentes. Este processo representa o primeiro passo de elaboração do plano de desenvolvimento ao nível da municipal.

Zona Morada

	Sector	Actividades principais	Estratégias de fomento Municipal	Estratégias Comunas	Projectos	Comunas alvo	Ano	Resultados	Indicadores	Actividades principais	Directivas de participação comunitária
Medidas	Saúde										
	Educação										
	Agricultura										
Sistema & processo de execução	Finanças										
	Desenvolvimento de capacidade (CD) para a ONG & CBO locais										
	Processo de trabalho										
	Desenvolvimento de capacidade (CD) para o pessoal										

Fonte: Equipa do Estudo

Figura 1-2 BSC para o Plano Comunal do Município do Lobito

Na realização dos workshops, limitaram-se os sectores da agricultura, educação e saúde. Primeiro se identificaram as linhas de desenvolvimento de cada sector por meio de análise de

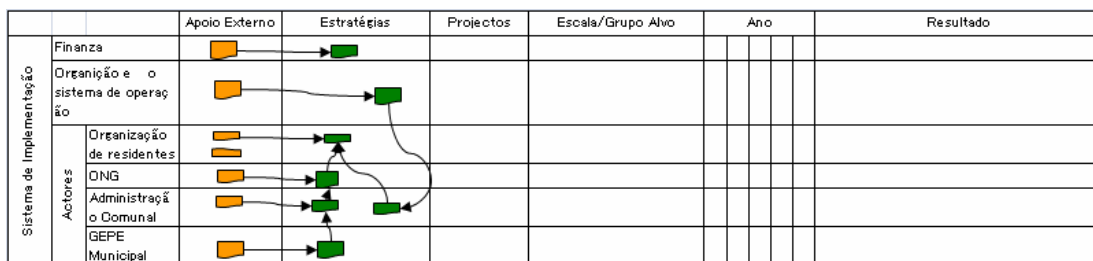
problemas. Segundo se realiza uma análise de FOFA das comunas e a proposta de ideias de projectos para resolver os problemas e extraem-se os indicadores. Os resultados desta análise FOFA das comunas e as ideias de projectos se re-analizam, elaborando assim, as ideias estratégicas. Destas ideias se escolhem como as estratégias básicas tentativas (marcadas com verde) tomadas pelas comunas nas mais relevantes condições socioeconómicas reais. Logo se propõem projectos para pôr as estratégias em prática. Examinam-se tantas relações e sinergias entre as estratégias como podem, fazendo mais exactos indicadores de projectos.

Passo 2: Plano de reconstrução e desenvolvimento por sector

(Elaboração do programa de desenvolvimento em colaboração com as direcções provinciais de cada ministério)

Elaboram-se programas por sector de reconstrução e desenvolvimento, no campo de agricultura, saúde e educação com as direcções encarregues de cada ministério relacionado e funcionários sectoriais das administrações municipais.

Nos workshops de elaboração de plano, tendo em conta os resultados de análise ao nível das comunas, focalizam-se os problemas que abarcam toda região rural do Lobito e que se procura descobrir os problemas de desenvolvimento por sector. Logo, através de análise FOFA por sector e re-análise da mesma ferramenta, extraem-se ideias políticas, das quais se escolhem umas que estão de acordo com o plano do projecto de desenvolvimento do município e do estado socioeconómico actual. Finalmente, seleccionam-se projectos com ideias concretas para pôr cada estratégia em prática e propõem-se candidatos de indicadores.



Fonte: Equipa do Estudo

Figura 1-6 BSC para o Plano Sectorial na Zona Rural do Município do Lobito

(iv) Produtos

Embora que Angola apresenta a taxa mais alta de desenvolvimento económico em África através dos investimentos privados e os empréstimos estrangeiros, é um caso impossível de pôr em prática o plano de reconstrução e desenvolvimento rural segundo o planificado, contando unicamente com o orçamento nacional. É essencial realizar a administração na maneira de gestão empresarial para fazer o uso máximo do orçamento nacional limitado e aproveitar, efectivamente o apoio das organizações exteriores.

Os BSCs podem funcionar como um indicador para o desenvolvimento nas capacidades das actores relacionadas como define na maneira clara actividades necessárias e expressas com

uma relação lógica entre indicadores, visão e políticas para realizar estas na cidade. Neste ponto de vista, pode servir efectivamente como uma ferramenta para manejar a gestão pública. Por esta razão, propõe-se como produto, um plano de reconstrução e desenvolvimento que utiliza principalmente o BSC.

Capítulo 2

O Perfil do País: Angola

2.1 Perfil Geral

A República de Angola situa-se na África Austral, na latitude de 4 graus S 10 à 17 graus S40, na longitude de 22 graus E50 á 13 graus E 20. O país tem uma superfície de 1,247,000 km² e é portanto, 3.3 vezes mais extenso que o Japão. Em 2006, a população estimava-se em cerca de 16.4 milhões de habitantes, verificando-se um crescimento de 2.8% em relação ao ano anterior.

Tabela 2-1 Perfil Geral de Angola

Indice	2006
População (em milhões)	16.4
Superfície do país (1,000km ²)	1,247
Crescimento populacional	2.8%
População na zona urbana	53%
PIB Porção da Indústria Primária (%)	
Agricultura	7.2%
Indústria	74.0%
Indústria pesada e mecanizada	3.6%
Pequena Indústria transformadora	18.7%

Fonte: Banco Mundial, Desenvolvimento Económico

O país faz fronteira com a República da Namíbia (a Sul), da Zâmbia (a este) e com a República Democrática do Congo (a norte). A província de Cabinda (norte de Angola) é delimitada com a República Democrática do Congo e está separada do resto do país. As florestas tropicais húmidas cobrem a maior parte da região norte e centro do país, enquanto a região do sul é caracterizada pela desertificação que se alastra a partir do norte da República da Namíbia.

A cidade capital é Luanda com cerca de 3.5 milhões de habitantes. Outras cidades principais são o Lobito (740,000), Benguela (470,000).

O mosaico cultural é constituído pelas tribos dos Ovimbundus (com cerca de 38%), os Kimbundus (com cerca de 25%), os Bakongos (com cerca de 15%) e a língua oficial é o português, não obstante, existirem outras maternas como o Umbundu, Kimbundu, etc. A maioria da nação professa o cristianismo e prática também a religião tradicional.

O mecanismo político em vigor é republicano, liderada por um Presidente e um sistema de Assembleia Parlamentar Nacional singular com 220 assentos.

A indústria primária é liderada pela exploração de recursos naturais/minerais tal como o petróleo, o diamante, que são os principais produtos de exportação nacional e outros são a agricultura, tal como a produção de milho, açúcar e café.

Alcançada a independência de Portugal em 1975, o Movimento de Popular de Libertação de Angola (MPLA) que tem estado a conduzir os destinos do país até a data, tem sofrido das

consequências de uma prolongada guerra civil, travada com a organização anti-governamental UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

O caos da guerra civil provocou um desgaste da economia, criando obstáculos para o seu crescimento. De qualquer modo, em 2002 o advento da PAZ soou alto, com a morte de Savimbi, o fundador e líder da UNITA e a 4 de Abril foi concluído e assinado o acordo de cessar – fogo. Com este acordo, deu-se fim praticamente, aos 27 anos de guerra civil e actualmente os desafios do desarmamento/desmobilização das forças anti-governamentais e da reconstrução nacional estão a desenvolver-se muito rapidamente.

2.2 Situação sócio-económica

2.2.1 Quadro Macro económico

Depois do fim da guerra civil, a economia de Angola está em franco crescimento. O PIB e o PIB per capita atingiram em 2007, 4.2 e 3.5 vezes respectivamente em comparação com os indicadores de 2003. Estes indicadores demonstram que o país já alcançou o nível médio do padrão global em termos de receitas. A principal razão para o rápido crescimento está relacionada com o aumento da produção de petróleo e a consequente subida do preço do ouro negro no mercado internacional. Tanto o volume de produção como a subida do preço duplicaram comparativamente a 2003.

Ainda assim, o sector não petrolífero está também em crescimento na ordem de 12-13% anual, o qual suporta a sólida e forte tendência de crescimento de toda a economia. Segundo o estudo macroeconómico realizado pelo Banco Mundial¹, espera-se por uma média de crescimento do PIB alta, durante o período de 2006 – 2011, na ordem dos 12%, enquanto a taxa de inflação se estabilizará em 5% em 2008, devido a política macroeconómica do governo.

Tabela 2-2 Principais indicadores macroeconómicos

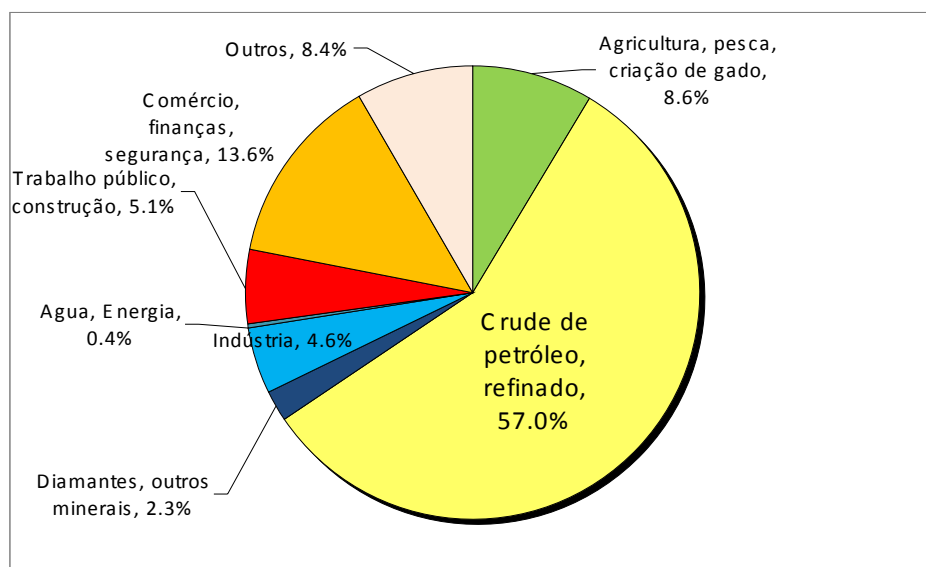
	2003	2004	2005	2006	2007
PIB (milhões US\$)	13,956	19,800	32,810	44,103	59,019
PIB(taxa de crescimento)	3.3%	11.2%	20.6%	14.6%	30.2%
Sector petrolífero	-2.2%	13.1%	26.0%	15.0%	40.9%
Outros sectores	10.3%	9.0%	14.1%	13.8%	13.7%
PIB per capita (US\$)	959	1,322	2,129	2,780	3,614
GNI per capita (US\$)	848	1,157	1,866	2,449	3,082
Índice do preço de consumidores	98%	44%	23%	13%	8%
Produção de petróleo (1,000 barris/dia)	875	989	1,247	1,434	2,019
Preço dos produtos do crude Angola (US\$/barril)	28.2	36.4	50.4	56.6	57.4
Balanço fiscal	-6.4%	-1.6%	6.8%	2.2%	5.4%
Balanço fiscal excepto o sector petrolífero	-35.1%	-30.4%	-23.6%	-28.0%	-25.3%

*Os indicadores em 2005 são estimados, enquanto os de 2006-07 são perspectivas

*Fonte : Plano Estratégico de Curto Prazo do governo da República de Angola

¹ Banco Mundial “Nota de Estratégia Provisória 2007”

O Figura abaixo, ilustra a proporção do PIB dos sectores-chaves. Mostra a estrutura de indústrias dependentes do petróleo, as quais ocupam aproximadamente 60% do PIB. A estrutura económica, da qual 95% das exportações é preenchida pela produção petrolífera, é muito volátil ao risco de oscilação do preço. Esta situação da macroeconomia forte, mas volátil, espera-se continuar de momento.



Fonte: Programa Geral do Governo – Extensão para o Biénio 2007-08

Figura 2-1 Proporção dos sectores-chaves (2006 estimativa)

2.2.2 Situação Social

(i) História depois do fim da guerra civil

Depois do fim da guerra civil em Abril de 2002, cerca de 4 milhões entre deslocados e refugiados, começaram a regressar para as suas procedências. Segundo a OCHA, Organização das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários, em 2004, a situação melhorou substancialmente, no que concerne a resolução da questão dos deslocados internos². O desarmamento e a desmobilização das forças anti-governamentais, conheceu progressos significativos, bem como o desenvolvimento do processo de reconstrução nacional. Em 2006, alcançou-se a paz para a província de Cabinda, que se constitui num potencial gigante de recursos petrolíferos e desta feita foi alcançada a estabilidade nacional³.

A desmobilização e reintegração dos ex-militares, a grande questão depois da guerra civil, conheceu um progresso positivo. Através dos esforços do governo e do programa do Banco Mundial, perto de 100.000 ex-soldados da UNITA, beneficiaram de formação e apoio para a sua reintegração condigna na sociedade⁴. Como resultado, aproximadamente 90% dos

² República de Angola: Relatório sobre a edificação da PAZ, coordenação de actividades de assistência/ajuda (2004)

³ O fórum de negociações para Cabinda aconteceu em 2006 e o acordo de paz entre os cidadãos e o movimento independentista foi assinado.

⁴ Programa de Desmobilização e Reintegração de Angola (PDRA 2002 em execução)

soldados desmobilizados, foram reintegrados na sociedade com êxito⁵.

Embora se continue com o programa de desminagem nas zonas rurais, Angola está actualmente a viver a fase de transição, do período de ajuda de emergência estabelecido depois da guerra civil, para um período longo de reconstrução e desenvolvimento. Como foi mencionado acima, Angola a partir da perspectiva da sua macroeconomia, tem alcançado o nível médio em termos de receitas, com o crescimento rápido da sua economia. Apesar do seu rápido crescimento, ainda apresenta uma grande contradição verificada através dos indicadores do baixo desenvolvimento humano, a lacuna da distribuição da riqueza, o subdesenvolvimento das infraestruturas básicas.

(ii) Indicadores sociais primários

A lacuna de distribuição da riqueza é enorme em Angola. Segundo uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial, cerca de 25% da população encontra-se num nível de pobreza extremo (padrão de vida de 0.75 US\$/dia) e 70% da população tem um padrão de vida abaixo dos 2US\$/dia (o coeficiente do Gini em 2006 foi de 0.62). As despesas das pessoas ricas que ocupam 20% da população alcançam um total de 43%, enquanto, as despesas de pessoas pobres que também ocupam 20% da população são apenas de 4.4%.

Este é um dos desafios que Angola tem a testa, em dirimir as diferenças da distribuição da riqueza, com o crescimento da economia através do aumento da produção do petróleo e do seu preço.

Muitos indicadores relacionados com a saúde/saneamento básico, estão abaixo da média da região Sub-Sahariana.

A esperança de vida é de 47 anos, um nível significativamente baixo e a taxa de mortalidade infantil (a causa principal da mortalidade é a malária e outras doenças) ronda a volta de 25%.

A taxa de mortalidade materna é a pior da região Sub-Sahariana.

Tabela 2-3 Comparação dos indicadores sociais primários

Ano 2006	Angola	Região Sub-Sahara
Esperança de vida	41	70
Taxa de mortalidade infantil (por 1,000)	154	100
Percentagem de crianças malnutridas (menos de 5) anos de idade)	31	29
Taxa de alfabetização em adultos (homens de 15 anos para cima)	83%	N.A
Taxa de alfabetização em adultos (mulheres de 15 anos para cima)	54%	N.A
Taxa de matrículas no ensino primário (homens)	N.A	99%
Taxa de matrículas no ensino primário (mulheres)	N.A	87%
Acesso a água potável	53%	56%
Acesso as unidades e meios sanitários	31%	37%

Fonte: Banco Mundial, Indicadores Mundiais de Desenvolvimento

⁵ De acordo com a pesquisa de monitoria do Banco Mundial (de soldados desmobilizados depois de 3-6 meses) é relatado que muito deles encontram-se no estado que lhes permite auto-sobrevivência, uma vez que 57% foram reempregados ou auto-empregados e cerca de 95% tem acesso a terras de cultivo.

Caixa 2-1 Referências/Metas do Milénio para o Progresso do Desenvolvimento (MDGs)

O documento do Banco Mundial sobre Estratégias a curto prazo, publicado em 2007, concluiu que os esforços de Angola em alcançar o MDGs, demonstraram apenas progressos limitados.

Especialmente o esforço para o Objectivo 1 “Redução da Pobreza” é considerado insuficiente, quando a lacuna na distribuição da riqueza, cresce assustadoramente, apesar do rápido crescimento económico.

Quanto aos sectores da educação e saúde/saneamento, embora os indicadores tal como os da taxa de matrícula no ensino primário tenham melhorado, os indicadores da mortalidade infantil, têm conhecido pequenos progressos desde os anos de 1990, que no entanto continuam num nível baixo, comparativamente ao padrão global.

Tabela 2-4 Indicador do MDGs e seu progresso

MDGs Objectivo e Indicadores	1990-92	1998-2000	2004-05	2015 (alvo)	Panorama
1. Redução da Pobreza e da Fome					Baixo
Indicador 1: Reduzir para metade a pobreza da população	-	-	68%		
Indicador 2: Reduzir para metade, a pobreza extrema da população	58%	49%	38%	29%	
2. Ensino primário					Baixo
Indicador: Taxa de matrículas	50.3%	-	-	100%	
3. Género					Baixo
Indicador: Equilíbrio do género no ensino primário	-	85.2%	-	100%	
4. Redução da taxa de mortalidade infantil					Baixo
Indicador: Taxa de mortalidade infantil (por 1,000)	260	260	260	87	
5. Melhoria da Saúde maternal-infantil (por 100,000)					Baixo
Indicador: Redução da mortalidade materna a 75%	1,400	1,700	1,400	350	
6. VIH/SIDA, prevenção da malária					Baixo
Indicador: Taxa de infecção do VIH/SIDA em mulheres grávidas	-	-	3%	≤3	
7. Preservação Sustentável do Ambiente					Baixo
Indicador: Area florestal	49%	48%	47%		
Indicador: Taxa da população com acesso a água potável	36%	-	53%		

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial, Ministério do Planeamento/UNDP MDG relatório sumário

2.3 Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola

O actual plano de desenvolvimento do governo consiste do “Angola 2025 (elaborado em 2004) (estrutura de desenvolvimento a longo prazo)” e do Programa Geral do Governo (Plano de 2 anos), estrutura de desenvolvimento a curto prazo.

Angola 2025 é um conjunto de directrizes políticas importantes, perspectivando a direcção do desenvolvimento a longo prazo até 2025 e é identificada como uma estrutura compreensiva, que influencia as políticas das Províncias e Municipais.

Para além deste, há o PRSP (revisto em 2006)

2.3.1 Plano de desenvolvimento longo prazo

Angola 2025(25-Plano Anual)

(i) Sumário Executivo

Com o apoio de uma empresa de consultoria portuguesa o Ministério do Planeamento, elaborou um plano de desenvolvimento nacional em Novembro de 2004, o qual perspectiva a direcção do desenvolvimento a longo prazo. Embora o plano apresenta a sua perspectiva no sector social como educação e saúde/saneamento, a sua prioridade aponta para o sector económico. O objectivo, as políticas prioritárias e básicas do plano são os seguintes:

Tabela 2-5 Angola 2025/Objectivo, políticas prioritárias e básicas

Áreas prioritárias
1. Desenvolvimento, estabilidade, reforma, consolidação social e democrática
2. Expansão do emprego, promoção humana ,da ciência e tecnologia
3. Transição da ajuda de emergência para o desenvolvimento de infraestruturas
4. Desenvolvimento da economia, finanças e indústrias competitivas (sector)
5. Apoio ao sector empresarial privado
6. Consolidação e desenvolvimento do país
Políticas
1. Promoção da reconciliação nacional
2. Desenvolvimento sustentável, como desenvolvimento económico e a redução da pobreza
3. Estabilidade macroeconómica e da sociedade
4. Unificação da estrutura económica nacional
5. Eliminar as disparidades regionais
Direcção básica
1. Construir o futuro com acções, baseando-se na história humana
2. Eliminar a fome, a pobreza, as doenças e o analfabetismo, para edificar as bases de integridade humana
3. Atribuir importância aos recursos humanos, conhecimento e inovação, que trazem prosperidade sustentável à nação
4. Dar maior importância ao trabalho, empresariado e ao investimento.
5. Acabar com as disputas militares, como meio de resolver as disparidades sociais.
6. Preservar o ambiente e a natureza para a consolidação do desenvolvimento humano e natural.
7. Vitalizar a participação civil, envolvimento democrático, promoção de oportunidades iguais, garantir os direitos democráticos para o desenvolvimento da sociedade civil.
8. Respeitar as diferenças étnicas e tribais na perspectiva de se salvaguardar a unidade nacional
9. Sustentar a unidade entre gerações, para motivar as futuras.
10. Promover a ética e a transparência nas empresas, na economia, na administração e na sociedade, afim de eliminar-se a corrupção e a fraude que causam severos danos as riquezas do país.
11. Eliminação completa da discriminação e a igualdade de género.
12. Reformas nos recursos dos quais depende a estrutura económica (petróleo/diamante)
13. Corrigir a incompatibilidade da macroeconomia e as finanças públicas que podem causar inflação e dificultar o crescimento económico.
14. Desconcentração e descentralização dos recursos fiscais, para promover eficiência e efectividade na administração pública.
15. Balancear o desenvolvimento do país (corrigir a concentração na zona costeira e promover o desenvolvimento económico no interior)

Fonte: Compilado pela Equipa do Estudo na base da 2004, ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

Como objectivo concreto, o plano estabelece vários indicadores, para a pobreza e a macroeconomia. Os indicadores, especialmente no sector social são em muito comuns com os do MDGs. As metas traçadas são as seguintes:

Tabela 2-6 Angola 2025 Indicadores metas (exemplo)

Indicadores de desenvolvimento primário	Partida	Actual	Meta (2025)
Indicadores de desenvolvimento humano (ONU)	2000	0.403	(0,70 – 0,75)
Taxa de mortalidade infantil (abaixo de 5) (per 1,000)	2000	250 (2001)	(30 – 40)
Esperança de vida	2000	45.2	(56 – 60)
Percentagem da população abaixo de 15 (%)	2000	41.3 (2001)	46,3
Grupo de pobreza (IHP -1) (%)	2000	48.6	(10 – 15)
Média do crescimento da população (%)	1990-2000	3.2 (1995-200)	(2,7 – 2,8)
Taxa de alfabetização no adulto (%)	2000	42.0	(75 – 85)
População com acesso a água potável e aos serviços de saúde/sanitários (%)	2000	41.0	(70 – 75)
Indicadores Económicos			
PIB per capita (US\$)	2000	689.0	(2900 – 3650)
PIB taxa de crescimento (%)	1990 - 2000	4.9 (1997- 2001)	(7,5 – 7,8)
Média da taxa de investimentos (PIB percentagem) (%)		(12 - 15)	(18 – 19)
Taxa de inflação (IPC variação por ano) (%)	1990 - 2000	179 (2002)	(3 – 4)
Dívida externa/PIB percentagem (%)	1999	106.7	(20 – 25)
Percentagem em importação (Bens e serviços) (%)	2000	100.7 (1995-2000)	(75 – 90)
Taxa de auto-suficiência alimentar (Consumo/Produção doméstica) (%)	2003	(20 - 25)	(101 - 125)
Outras produções (PIB percentagem) (%)	1997 - 2001	56.0 (1997-2000)	(71 – 75)
Emissão de CO2 per capita (ton)	1998	0.5	(3 – 5)
Indicadores Sociais/Culturais			
Taxa de matrículas(1º, 2º e 3º níveis)	1999	48.4	(75 – 85)
Taxa de matrículas universitárias	1998	0.7 (1998)	(10 – 11)
Número de estudantes por professor (Educação Primária/Secundária)	1998	35 (1998)	(20 – 25)
Número de médicos por 100,000	2000	8.0	(40 – 50)
Coefficiente de GNI	1998	0.55	(0,40 – 0,45)
Indice de corrupção (pesquisado pelo Banco Mundial)	2000	-1.14	(0,75 – 1,25)
Taxa de participação das mulheres nas actividades económicas (%)	2000	15. 5	(90 – 95)
A ração da dieta de mulheres (%)	2000	15.5	(30 – 35)
Número de jornalistas da TV	1998	13.0	(300 – 400)
Sistema Político/Administrativo			
Casa parlamentar *1	2000	6. 0	(2 – 3)
Indice dos direitos políticos	2000	6.0	(2 – 3)
Liberdade dos meios de comunicação de massa	2000	80. 0	(20 – 30)
Nível de estabelecimento da Lei e da Ordem	2000	3.0	(4 – 5)
Indice de eficiência de governação	2000	-1,31	(0,50 – 0,75)

Fonte: 2004, ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

*1: 2,5 Liberdade completa, 3-5 Parcialmente livre, 6-7 Não livre

*2: 0-30 Livre, 31-60 Parcialmente livre, 6 1-100 Não livre

(ii) Trajecto para o desenvolvimento económico

Durante todo o desenvolvimento económico, esta estratégia focaliza a última visão como “Estado de auto-suficiência económica, sem depender de recursos naturais”. Para alcançar esta visão, o plano analisa as políticas para os 3 passos subsequentes e estabelece a visão e a meta respectivamente.

Os três passos são: “Conversão da importação orientada à economia” “Fortalecimento da capacidade de exportação” e “Promoção da indústria pesada”.

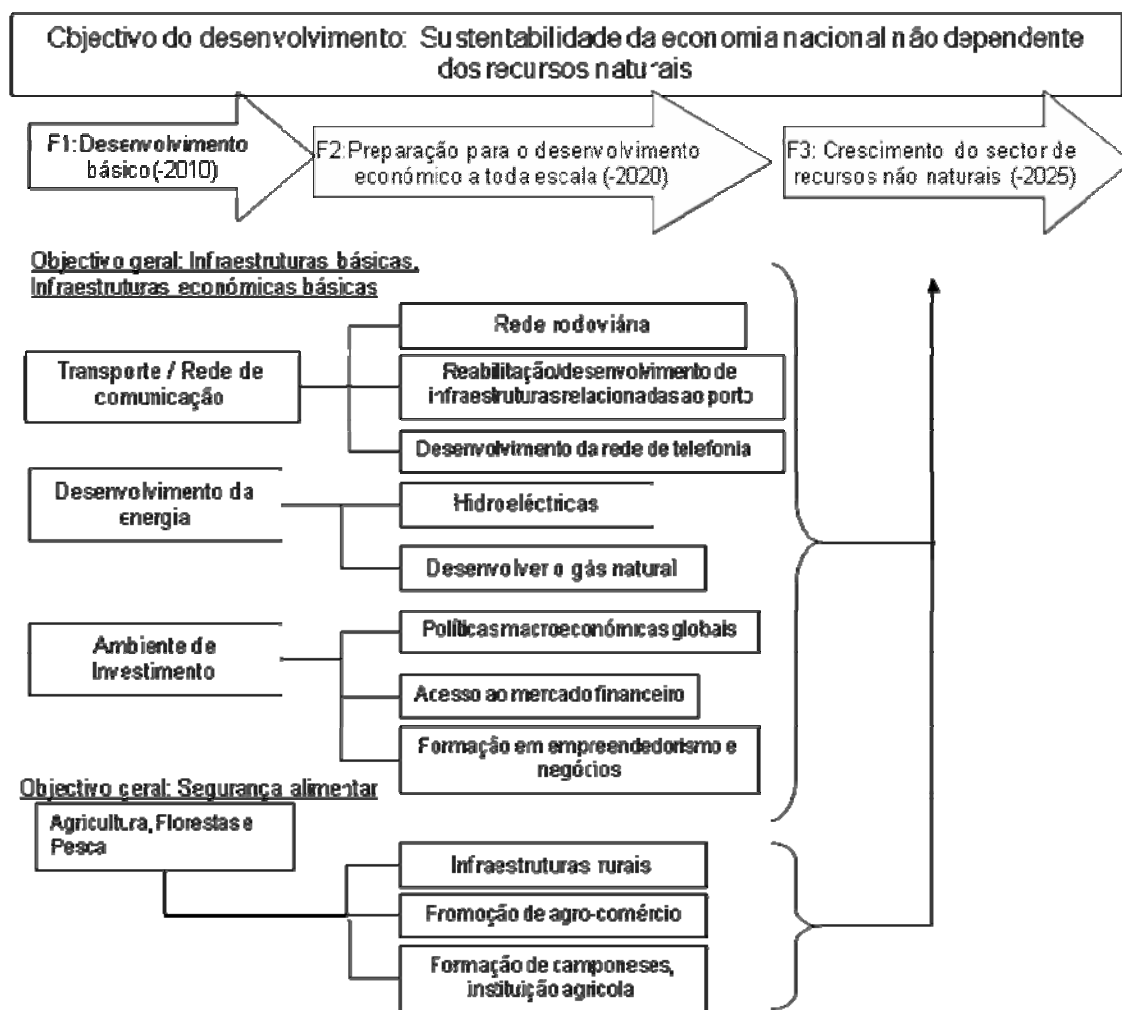
1. Fase 1 (P1~2010):
“Desenvolvimento de infraestruturas básicas e recursos humanos, usando as receitas provenientes dos recursos naturais”
2. Fase 2 (P2 2011~20):
“Preparação do período de desenvolvimento económico não dependente do petróleo”
3. Fase 3 (F3 2020-25):
“Desenvolvimento económico a toda escala com recursos de sectores não naturais”.

Tabela 2-7 Metas do desenvolvimento económico em Angola 2025

Indicadores	F1 (~2010)	F2 (~2020)	F3 (~2025)
Média do crescimento do PIB	8-9%	10-11%	7.5-8.5%
Taxa de aumento de emprego	4.5%	Meta não definida	3.4-3.7%
Aumento da produção doméstica	3.8-4.4%	Meta não definida	4.1-4.8%
Taxa de aumento real de remunerações	2-2.5%	Meta não definida	2-2.5%
Média da taxa de investimentos	20-22%	Meta não definida	20-22%
Déficit fiscal (PIB percentagem)	5-7%	Meta não definida	1%
Dívida externa (PIB percentagem)	70-80%	Meta não definida	20-30%

Fonte: Editado pela Equipa do Estudo, baseando na informação da 2004, ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

O plano consiste de Objectivo Geral (objectivo final em cada campo, sector) e Objectivos Específicos (a meta dentro da respectiva acção). Estão explicadas as acções e projectos prioritários. A Figura que se segue 2-2 resume a estrutura e a prioridade do plano.



Fonte: Editado pela Equipa do Estudo, na base da informação da 2004, ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

Figura 2-2 Angola 2025 Estrutura do Programa (para o desenvolvimento económico)

(iii) Importância do plano

Considerando que o plano tem perspectiva de longo prazo, mais de 20 anos, foram feitas descrições muito resumidas quanto as acções específicas e ao programa. Daí que, o plano tem de ser definido como um conjunto de directrizes básicas, uma estrutura para desenvolver a curto –médio prazos o plano de desenvolvimento. Partindo daquilo que muitas autoridades locais por nós entrevistadas disseram em relação ao plano, podemos razoavelmente assumir que o plano ilustra a política de desenvolvimento final, daí estar colocado como importante guia para a estrutura de desenvolvimento.

(iv) Plano de Desenvolvimento; Sector da Agricultura

O plano prioriza a agricultura como segundo sector importante depois do petrolífero. Tudo porque, 60% da população, especialmente os grupos mais pobres estão engajados na agricultura, o desenvolvimento da agricultura torna-se também importante na perspectiva da redução da pobreza. Como resultado, o plano perspectiva o fortalecimento do sector, como parte das medidas de promover a compreensão do desenvolvimento rural.

Tabela 2-8 Objectivo de desenvolvimento de Angola 2025 /Sector da Agricultura

Objectivo Geral	Desenvolvimento sócio-económico das áreas rurais e dos camponeses, melhoramento das infraestruturas básicas e da segurança alimentar
Objectivos Específicos	<ol style="list-style-type: none"> 1.Promoção do comércio rural: Formação de empresas relacionadas a agro-pecuária, expansão do acesso ao micro-crédito 2.Desenvolvimento da capacidade/Institucional (governos /beneficiários): Reassentamento de refugiados, melhoramento da posição social de mulheres, institucionalização/revitalização das organizações relacionadas a Agricultura e Pecuária (incluindo o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural) estabelecer rede entre camponeses, pescadores e formadores profissionais. 3.Desenvolvimento de políticas de agricultura e infraestruturas: Propriedades de terras (com garantia do governo) para os beneficiários, desenvolvimento de pesquisa e estudo sobre agricultura/florestas, desenvolvimento sustentável dos recursos naturais
Programas (~2010)	<ol style="list-style-type: none"> 1.Promoção do comércio rural: Programa Nacional para agricultura Promoção do investimento empresarial na agricultura generalizada Alvo: Desenvolvimento de indústrias de produtos lactínios e de carne até 2010. 2.Desenvolvimento da capacidade/institucional (governo/beneficiários): Programa Nacional de Formação Objectivo: melhorar a capacidade e a produtividade das pessoas rurais 3.Desenvolvimento de políticas de agricultura e infraestruturas: Programa Nacional de desenvolvimento da agricultura integrada: Prevenção da desertificação, reabilitação de infraestruturas, melhoramento da zootecnia, reabilitação de estradas que dão acesso a área alvo fase 1 (~2010) Namibe, Kuanza Sul, Cunene, Moxico, Cuando Cubango

Fonte: 2004, ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

(v) Sector Social (educação, saúde/saneamento)

Saúde/Saneamento

Uma das principais questões do sector da saúde é a falta de sanidade, relacionada a infraestruturas tal como sistemas de água e w.c., bem como a insuficiência de serviços médicos e medicamentosos, incluindo hospitais.

Estas são as maiores causas dos problemas epidemiológicos (tal como malária, diarreias, tuberculose e asma) em Angola. A malária em especial, tem-se constituído num problema sério, pois ainda é responsável de 15~30% das causas de morte em Angola. Por esta razão, o plano sugere as seguintes políticas:

1. Desenvolvimento de infraestruturas ligadas a água
2. Construção de hospitais (Hospitais gerais)
3. Treinamento dos trabalhadores de saúde em serviço
4. Serviços médicos e medicamentos gratuitos para grupos vulneráveis
5. Desenvolvimento de sistema de seguro

Educação

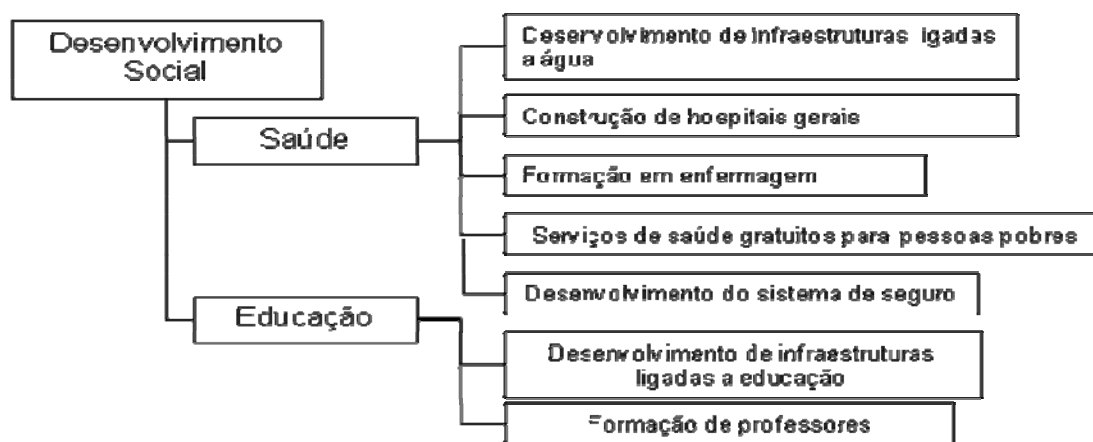
Os problemas no sector da educação derivam das consequências da guerra civil, como a destruição das escolas e a insuficiência de professores. Ainda assim, no processo de reconstrução, tem-se dado baixa prioridade ao sector, uma vez que os valores dos investimentos públicos têm sido muito exíguos. Esta situação tem causado muitos contragimentos, fazendo do sector relativamente pior em comparação aos países vizinhos.

Para melhorar esta realidade, o plano visa os seguintes objectivos:

1. Providenciar educação pública para todas as crianças
2. Reformas curriculares
3. Formação de professores capazes de compreenderem a educação (não apenas como instrutores académicos, mas também como educadores).

O centro do plano consiste de 2 programas “Desenvolvimento de infraestruturas escolares (construção de escolas e desenvolvimento de materiais de educação)” “Formação de recursos humanos no sector (Programa de reeducação de professores)”.

Objectivo Geral Redução da pobreza através do desenvolvimento social



*Fonte: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA 2025

Figura 2-3 Angola 2025 Programa estrutural (sector social)

(vi) Reformas Administrativas /Política de descentralização

A ideia básica da reforma administrativa e política de descentralização é “minimizar o envolvimento do estado até onde é possível, mas, procedendo progressiva e cuidadosamente, tendo em consideração a situação actual.” Isto também enfatiza a importância de mudar a forma de percepção das pessoas e tomarem consciência de seus compromentimentos às políticas.

O plano aponta o problema da actual administração em ambas questões institucionais (tal como o isolamento desnecessário do poder e o processo de tomada de decisões) e as limitações físicas (falta de funcionários públicos competentes).

O processo de descentralização começou a partir da transferência progressiva do poder (Descentralização) para aumentar a capacidade institucional das províncias e municípios, e transferir os recursos financeiros (Desconcentração) como passo seguinte. O Tabela abaixo mostra o delineamento ideal de responsabilidades entre as autonomias locais. O plano inclui também a formulação de programa para colocar em prática a ideia exposta acima.

Tabela 2-9 Papel esperado das autonomias locais depois da descentralização

Autonomia locais	Papel/Responsabilidade
Província	Planificar o desenvolvimento económico: Desenvolvimento da rede provincial (infraestruturas básicas) planificar terras de âmbito nacional, preservação do ambiente, taxas locais, projecto de utilização de recursos naturais, escolas de formação profissional, rede escolar, rede sanitária, electrificação e transporte rural.
Município	Município – planificação relacionada a utilização da terra: Rede de distribuição de água, saneamento básico, rede de electricidade/transporte, infraestruturas de saúde, educação, cultura, recreação/desporto, segurança ambiental para actividades económicas, licenças de construção, políticas de urbanização, residências
Comuna	Provisão de bens sociais básicos, gestão das infraestruturas comunitárias públicas, implementação de programas orientados a partir do município

Fonte: 2004, ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

(vii) Importância estratégica da província de Benguela

A província de Benguela, área alvo da pesquisa, é conhecida como um eixo da região para serviços de logística e de importação/exportação, dada as potencialidades do Porto do Lobito e das infraestruturas ferroviárias.

Além disso, as áreas da província de Benguela à província do Namibe (sul) são consideradas como estrategicamente importantes dentro da política nacional, como se pode observar pelo facto de serem designadas como prioritárias para a industrialização.

A região é também importante para o sector da agricultura, daí que, os programas como a construção de campos de demonstração e a instalação de Centro de Desenvolvimento Agrícola (CDA) estão para serem implementados.

Tabela 2-10 Itens prioritários da política de industrialização da província de Benguela

Sectores	Bens e itens de alto potencial
Agricultura/Florestas	Processamento de produtos de cereais, amendoeira, coqueiros, óleo de palma, produção de açúcar, tabaco, sumos de vegetais, licor de frutas, carne, produtos lacticínios, gorduras comestíveis (manteiga, banha de porco), processamento de produtos de pesca.
Minério/Indústria	Petroléo/Refinaria de gás natural , Indústria siderúrgica / cimento
Indústria Manufactureira	Produção de água mineral, fábrica de construção naval e transporte de equipamentos relacionados, indústria de papel (produção de celulose), cerâmicas, conservas em lata e material de construção

Fonte: 2004, ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO PARA ANGOLA (2025)

(viii) Documento sobre a Estratégia de Redução da Pobreza a Curto Prazo (PRSP)

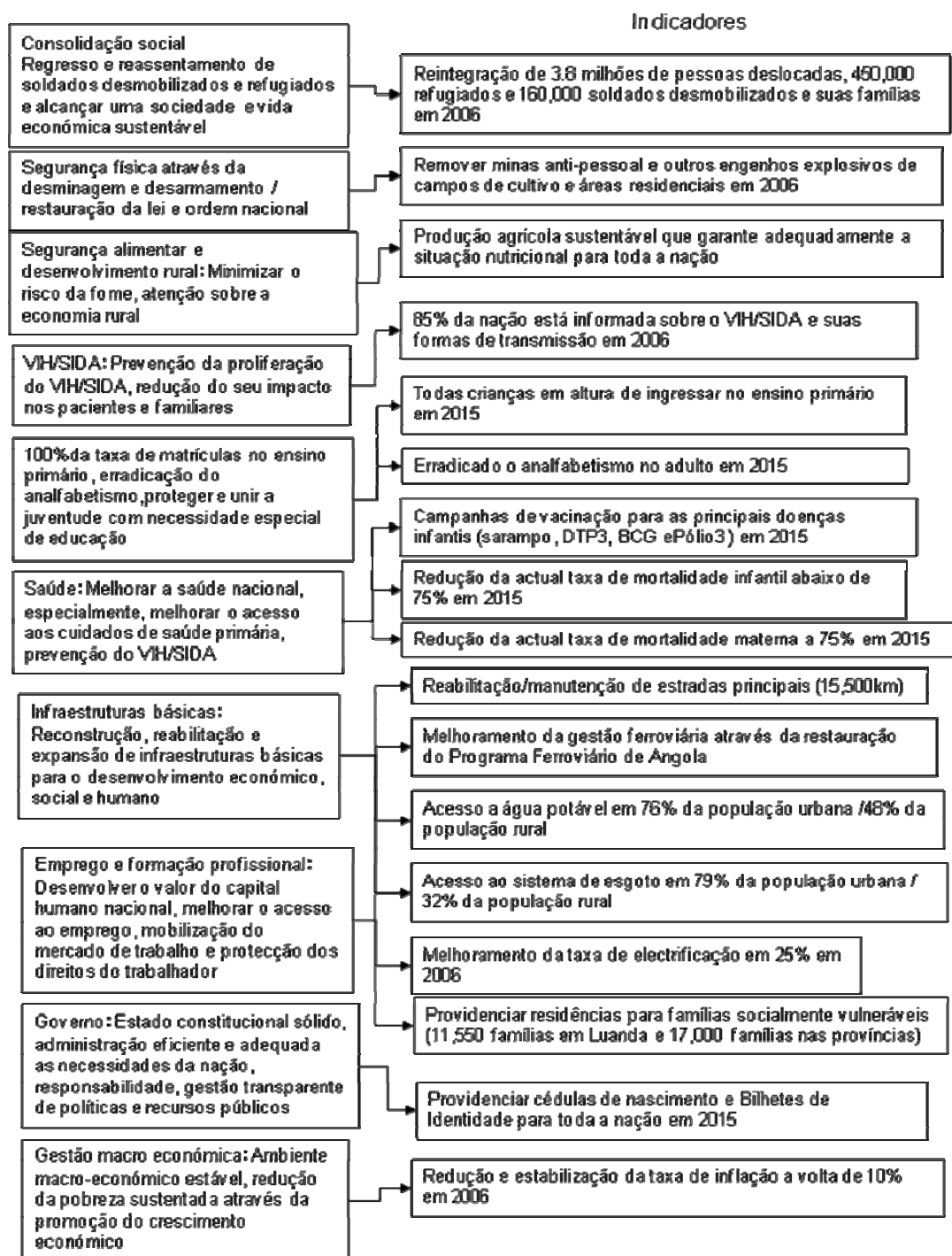
O documento rascunho do PRSP, que compreende o período de 2004-2007, foi formulado em Dezembro de 2003.

Como o plano não perspectivava o melhoramento rápido da macroeconomia e da situação fiscal, devido ao aumento das receitas do petróleo, o governo teve de revisá-lo em 2006-2008.

O PRSP, diferencia-se do plano de 25 anos, o qual espelha o desenvolvimento nacional através do crescimento da economia, considera o desenvolvimento económico como um meio para alcançar a sua última meta, redução da pobreza. A seguir, apresenta-se o sumário do PRSP 2006-08

Resumo do PRSP (ECP 2006-08; Estratégia de Combate a Pobreza)

1. Objectivo Global: consolidação da paz no país através do melhoramento sustentável da vida, com a participação das pessoas.
 2. Indicadores alvo: duzir a população pobre para metade a partir da actual 68% até 2015
- O Figura 2-4 descreve as áreas prioritárias e os respectivos indicadores alvo.



*Fonte : Compilado pela Equipa do Estudo na base de uma variada informação

Figura 2-4 Estrutura do PRSP

A tabela seguinte 2-11 apresenta extractos de estratégias de desenvolvimento de projectos relacionados a sectores (desenvolvimento rural, educação, saneamento e reformas administrativas (descentralização)).

Tabela 2-11 Objectivo e políticas prioritárias em projectos relacionados a sectores

Sector	Objectivo	Políticas prioritárias
Desenvolvimento Rural	Segurança alimentar e desenvolvimento económico rural	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da capacidade de produção das indústrias tradicionais tal como agricultura/pesca Revitalização do Mercado do comércio rural Desenvolvimento sustentável dos recursos naturais Reforma organizacional tal como reorganização do sistema judicial, modernização da organização pública
Educação	100% de matrículas no ensino primário, erradicação do analfabetismo, protecção/união da juventude que precisa de cuidados especiais	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar os esforços do governo para a reforma do ensino Estabelecer uma rede nacional de acesso ao ensino primário Erradicar o analfabetismo no adulto Integrar as crianças com necessidades especiais no sistema de ensino Integração da juventude no sistema de ensino Eliminar as lacunas dos serviços de educação, causadas por razões regionais/geográficas Fortalecimento da capacidade de administração, gestão e auditoria
Saúde/Saneamento	Melhoramento aos serviços de saúde nacional, acesso aos cuidados primários de saúde, medidas contra o VIH/SIDA	<ul style="list-style-type: none"> Melhorias no acesso aos cuidados de saúde primários, atenção especial às mulheres grávidas e a primeira infância Melhoramento das medidas epidemiológicas (como Malária, tuberculose) e qualidade nos serviços médicos básicos Prevenção da infecção contra as DTS/VIH/SIDA Fortalecimento da capacidade de gestão do sector médico e medicamentoso e promover a descentralização (da divisão de gestão/planificação para níveis provinciais e municipais).
Reformas Administrativas	Estado constitucional firme, administração eficiente, necessidades da nação semelhantes, responsabilidade, políticas e gestão dos recursos públicos transparentes	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da capacidade de funcionamento do estado Melhoria da capacidade e valor dos recursos humanos engajados nos serviços nacional e em actividades económicas gerais Estabelecimento de comité organizado e o funcionamento adequado e eficiente do sistema de administração central/local

Fonte: Documento sobre Estratégia de Redução da Pobreza a curto prazo

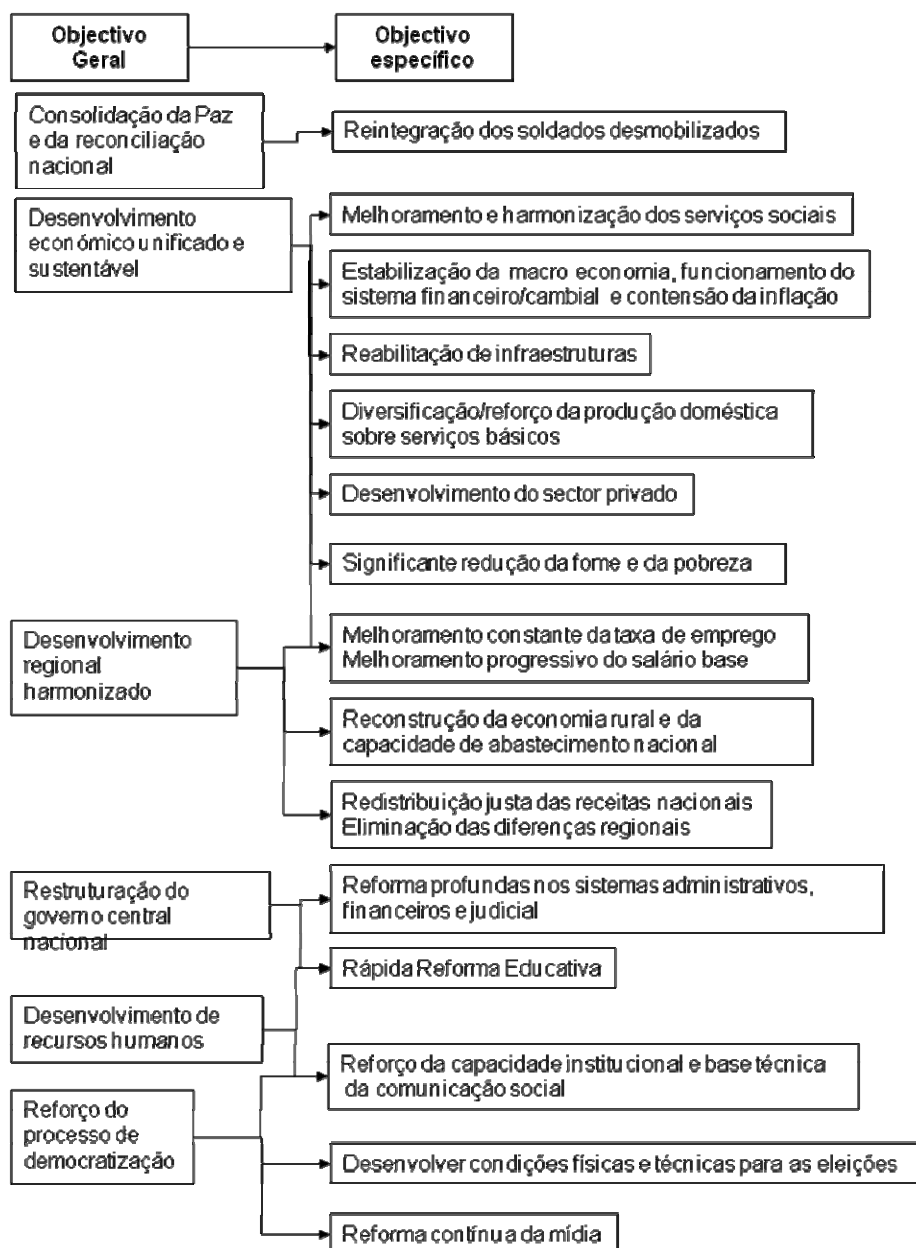
2.3.2 Plano de curto prazo : Programa Geral do Governo –Extensão para o Biénio 2007-08

(i) Linhas gerais

O plano do governo para 2 anos que materializa o rumo de Angola 2025 ou o PRSP, como plano de curto prazo, ilustra o alvo, políticas e acções de 2 anos.

As políticas básicas e a actual direcção do PGG 2007 – 08 são as mesmas do PGG 2005-06 e

não foram feitas mudanças de grande relevo. O plano consiste de objectivo geral, o qual visualiza toda a direcção do plano e objectivos específicos mais materializados.



*Fonte: Criado pela Equipa do Estudo na base de vária informação

Figura 2-5 Objectivos, estrutura do PGG2007-08

(ii) Objectivo do Plano

Para medir o cumprimento deste objectivo, o plano estabelece indicadores perspicazes de sectores alvo, tal como a taxa de crescimento do PIB, do volume de investimento, da escala de emprego. Por exemplo, o alvo do volume de investimentos no sector da agricultura aspira um crescimento de 25%, um alvo relativamente modesto.

Por outro lado, para as indústrias manufactureiras, o plano apresenta aspirações ambiciosas de 50% de crescimento, que reflecte fortemente o objectivo do plano (transferir a estrutura da

dependência económica dos recursos naturais e desenvolver a capacidade de produção doméstica). A real perspectiva é, portanto, que a estrutura de dependência económica de recursos continuará de momentos, enquanto o petróleo e o sector mineral ocuparem ainda grande porção da economia de Angola.

Foram encontradas muitas dúvidas no plano, tal como a consideração da falta de detalhes na viabilidade dos indicadores alvo e a relação ambígua com as políticas dos sectores chaves mencionados a seguir.

Tabela 2-12 Taxa de crescimento do PIB dos sectores chaves alvo no plano de 2 anos

(Unid: 100 milhões US\$)

PIB taxa de crescimento	Actual	Alvo		Alvo de volume de investimentos		Alvo de escala de emprego	
	Primeiro Semestre 2006	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Agricultura	18%	24.7%	26.6%	161	272.6	72,338	206,117
Pescas, etc	-	9.7%	33.0%	-	-	79,120	125,380
Petróleo	35%	33.6%	13.4%	13144.3	15773.2	953	758
Diamantes e outros minerais	3%	20.2%	9.6%	264.4	238	1,582	2,923
Indústria manufactureira	17%	48.0%	55.3%	315.7	408.6	16,900	21,100
Água / Energia	15%	26.7%	12.5%	-	-		
Função pública, construção	19%	76.8%	10.6%	460.9	386.0	60,393	26,438
Serviços de mercados	11%	14.7%	12.5%	173.4	176.3	18,700	9,658
Serviços não de mercados	-	4.6%	5.1%	-	-	10,240	10,650
GNP	-	31.2%	15.9%	-	-		

*PIB taxa de crescimento implica o crescimento do ano anterior

*Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

O Tabela abaixo mostra o plano de investimentos públicos no programa de 2 anos. Mais de 70% são encaminhados para desenvolver as infraestruturas básicas e outros 15% para o sector da agricultura. Investimentos não muito significativos estão planificados para outros sectores. Considerando a relação com o acima mencionado o “objectivo geral” é caracterizado por priorizar a alocação na base do desenvolvimento económico e nas infraestruturas sociais e aumentar a produtividade doméstica. Portanto, todo Tabela permanece ainda obscuro, desde que o volume de investimentos em algum item não esteja clarificado.

Tabela 2-13 Plano de investimentos públicos no plano de 2 anos

(Unid:1,000Kz)

Sector	2007		2008		Total	
	montante	alocado	montante	alocado	montante	alocado
Total de investimento	578,434,470		133,913,868		712,348,338	
Agricultura	91,598,303	16%	13,477,016	10%	105,075,319	14.8%
Saúde/Saneamento	400,000	0.1%	100,000	0.1%	500,000	0.07%
Educação	25,211,580	4%	1,190,000	1%	26,401,580	3.7%
Infraestruturas básicas (pontes, estradas, energia, telecomunicações e distribuição de água)	422,883,609	73%	99,655,908	74%	522,539,517	73.4%
Comunicação Social	3,922,469	1%	4,263,228	3%	8,185,697	1.1%
Cultura e desporto	14,665	0.003%	0	0%	14,665	0.0%
Apoio aos ex-combatentes e refugiados	8,102,583	1.401%	8,081,833	6.0%	16,184,416	2.3%

*Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08 (*1US\$=75Kz)

O capítulo a seguir explicar os projectos relacionados aos sectores chaves do plano de desenvolvimento, a agricultura, educação e saúde/saneamento. O plano em conformidade com o plano mestre, consiste da análise da situação presente, estabelecimento de alvo e agrelha de políticas.

2.4 Plano de desenvolvimento dos sectores chaves (agricultura, educação, saúde/saneamento, investimentos públicos, ambiente e género)

2.4.1 Agricultura

A Situação Actual

Com o progresso da desmobilização dos ex-militares e refugiados, depois do fim da guerra civil e com o restabelecimento do normal funcionamento da administração, a oportunidade do desenvolvimento da agricultura é eminente. De qualquer modo, as questões ligadas as pescas e aumento de estoque industrial (carne, produtos lacticínios, ovos) continuam, tal como a falta de matéria-prima e equipamentos industriais para melhorar a produtividade. Ainda assim, apesar destes problemas, o sector da agricultura, deu passos dinâmicos, com um crescimento de 17%.

Tabela 2-14 Crescimento dos investimentos no sector da agricultura nos 2 últimos anos

	Crescimento PIB (%)	Investimento privado (milhões US\$)	Investimento público (milhõesUS\$)
2005	17,0%	11,4	79,9
2006:1º semestre	-1,40%	N/A	16,2

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

O actual plano de 2 anos, procura as forças e as questões no actual quadro do sector da

agricultura como se segue. Esta análise é usada como princípio para a formulação de políticas concretas. Olhando para a coluna das “fraquezas” são sugeridas questões por detrás de constrangimentos indirectos na produtividade agrícola, como o ambiente menos desenvolvido do mercado, a falta do crédito rural.

Tabela 2-15 Fortalezas e assuntos no sector de agricultura actual

Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Regresso dos habitantes • Ambiente sanitário favorável • Bom ambiente agrícola • Solos férteis 	<ul style="list-style-type: none"> • Distorção do mercado • Falta de mercados rurais • Falta de crédito bancário • Baixa taxa de alfabetização • Acesso limitado às terras de cultivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Banco de Desenvolvimento Angola • Desenvolvimento constante de infraestruturas • Recuperação da economia • Fortalecimento da SADC • Relançamento da educação do adulto • Relançamento do financiamento do comércio rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da SADC • Baixo investimento privado no sector da agricultura • Subdesenvolvimento do funcionamento da redistribuição

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

Abaixo, apresentam-se os indicadores alvo do sector da agricultura, frequentemente estabelecidos como o aumento da produção final (produto). Uma característica dos indicadores é o conceito de “prevenção da produção de carvão e lenha” que mostra contraste à produção agrícola. Este conceito foi presumivelmente estabelecido em consideração ao impacto ambiental da desflorestação através da produção de carvão.

Tabela 2-16 Indicadores primários alvo e a produção no plano de 2 anos (agricultura)

Indicadores	2005	2006*	2007	2008
Colheita da produção (ton)	880,929	626,497	1,106,399	1,351,740
Produção de vegetais (ton)	175,287	142,414	256,079	316,822
Batata (ton)	9,559,536	10,013,316	11,874,162	12,235,088
Carne (ton)	28,388	45,297	51,878	57,938
Leite (ton)	804	1,356	2,125	4,125
Ovos (ton)	3,620	6	7,017	8,280
Madeira (m ³)	47,974	53,192	63,830	76,596
Produção de carvão (ton)	345,283	310,755	248,604	198,883
Produção de lenha (ton)	58,208	49,477	41,066	32,853
Reflorestação(ton)	650	5,000	5,000	5,000

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

*Números estimados usados para 2006

Na base da análise e dos alvos acima, o plano sugere as seguinte políticas:

Entre elas, a "Segurança alimentar" e o "Melhoramento das capacidades de produção doméstica" são priorizadas nos planos de desenvolvimento a longo prazo e no de 2 anos.

Para alcançar estes objectivos, o plano propõe o sector de desenvolvimento através de

políticas como melhoria da capacidade de produção dos camponeses, empresariado privado e o desenvolvimento da economia rural

Especialmente a falta de produção doméstica de vegetais e carne são questões de alta prioridade.

Como programa núcleo para começar com estas questões, é sugerido um programa de desenvolvimento chamado PDER .

Tabela 2-17 Lista de políticas esperada na sector de agricultura

Objectivo	Grelha de Políticas
Reconstrução e capacitação da economia rural à escala nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do ambiente de produção dos pequenos camponeses e comércio rural, produção diária de freites através da implementação intensiva do PDER⁶ • Clarificação do ambiente requerido para o crescimento e desenvolvimento do agró-comércio • Estabilidade da segurança alimentar, através do reforço da aglomeração de alimentos a partir dos agro-comércios para os terminais agrícolas (Produção de cereais, vegetais, carne, leite e ovos) • Reforço do programa de expansão da área de irrigação • Gestão da propriedade do Estado ou de propriedade de terrenos agrícolas de alta produtividade, como base de projectos de larga escala de agricultura / pescao (Colaboração com as empresas privadas com elevada capacidade técnica e científica) • Formulação de políticas de desenvolvimento florestal para criar condições propícias para sustentar a sequência da alimentação • Industrialização e melhoramento da capacidade de provisão, através da revitalização da pesca tal como infraestruturas relacionadas a portos e cadeia fria (rede de logística de temperatura baixa)

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

2.4.2 Educação

A Situação Actual

No finais de 2005, a população estudantil rondava os 4.9 milhões, um número triplicado em relação aos 1.5 milhões registados em 2003. A taxa de matrículas no ensino pré – escolar ronda os 193% seguida de 182% do ensino primário e 3.4 do ensino universitário. Estes números ilustram claramente o melhoramento do ambiente educacional depois da guerra civil. Com o rápido crescimento da demanda da educação, o ambiente de formação de professores está também a expandir-se. As escolas de formação de professores aumentaram para 282 (públicas e privadas), um número 4 vezes maior que o registado em 2003 (55 escolas de formação).

⁶ Programa de Desenvolvimento e Extensão Rural: Desenvolvimento de programas para áreas rurais pelo governo

Tabela 2-18 Indicadores primários alvo e resultados do plano de 2 anos (Educação)

Indicadores	Actual		Alvo	
	2005	2006 (projectados)	2007	2008
Taxa bruta de matrículas(%)				
Educação pré -escolar	192.5%	188.0%	184.0%	180.0%
Educação primária	182.1%	176.0%	170.0%	163.0%
Educação secundária	43.4%	29.9%	31.8%	33.7%
Educação universitária	3.4%	2.5%	3.0%	3.5%
Taxa da rede de matrículas%				
Educação pré - escolar	59%	61.3%	63.6%	66.5%
Educação primária	56%	57.4	58.8%	60.2%
Educação secundária				
Número de entradas				
Educação pré - escolar	895,145	990,788	1,058,450	1,112,650
Educação primária	3,119,184	3,452,456	3,688,228	3,877,093
Ensino Secundário	693,600	767,708	820,136	862,133
Nível universitário (médio/univ)	171,882	190,258	203,251	213,659
Crianças fora do sistema de ensino				
Ensino pré-escolar	303,500	294,400	285,600	277,000
Ensino primário	711,210	698,900	669,200	649,100
Ensino secundário	1,623,420	1,583,710	1,544,000	1,504,290
Número de alunos por professor (Luanda)	40	40	40	40
Número de professores				6,263
Número de trabalhadores administrativos				2,255

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

B Plano

A seguir são sugeridas as políticas para o sector da educação no plano de 2 anos, para alcançar o seu objectivo “Reforma Educativa”.

Tabela 2-19 Lista de políticas esperada na sector de educação

Objectivo	Grelha de Políticas
Reforma Educativa	<ul style="list-style-type: none"> • Aceleração do processo de treinamento de professores • Fortalecimento da capacidade institucional da administração da educação e gestão escolar • Mudança radical na educação do adulto • Melhoramento do estado nutricional das crianças, através do programa “Merenda Escolar” • Melhoramento da qualidade do ensino universitário, através de políticas de reconstrução nacional

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

2.4.3 Sector da Saúde/Saneamento

A Situação Actual

Apesar do surgimento do Marburg e da cólera em 2005, a incidência epidemiológica tem

vindo a melhorar. A recente meta do milénio alcançada, foi a completa eliminação da lepra (0.9 pessoa por 10.000). A taxa de mortalidade pelo VIH/SIDA é baixa e a erradicação da poliomelite é também uma expectativa com a realização de campanhas de vacinação alargadas.

De outro lado, a malária se tem constituído na grande questão da actualidade e demonstrado em números, 25% da mortalidade materna. As taxas de mortalidades por diarreias, doenças respiratórias e tuberculose, marcam um nível pouco agravante.

Como foi ilustrado pela MDGs (ver capítulo 2.2.2), os indicadores relacionados a melhoria da situação sanitária são muito baixos. Esta questão precisa ser priorizada ainda em termos de melhoramento da produtividade.

A situação das infraestruturas medicinais melhorou no geral, embora o número de hospitais e as clínicas de emergências marcaram um aumento modesto. Ainda assim, o número de médicos e enfermeiros é cronicamente deficiente, razão pela qual o governo está a convidar médicos estrangeiros. A direcção provincial de saúde de Benguela, considera urgente, o treinamento de recursos humanos relacionados com o funcionamento do sector.

Tabela 2-20 Indicadores primários alvo e resultados do plano de 2 anos (saúde/saneamento)

Indicadores	Actual		Alvo	
	2005	2006	2007	2008
Crianças com menos de 5 anos /mulheres grávidas				
Taxa de nascimento nos hospitais tradicionais	35%	36%	40%	50%
Taxa de mortalidade materna (por 100,000)	1,700	1,700	16%	14%
Taxa de mortalidade infantil (abaixo de 5 anos) (por 1,000)	25%	20%	18%	15%
Taxa de malnutrição infantil (abaixo)	30%	15%	12%	10%
Infraestruturas				
Hospitais reabilitados	6	17		
Clínicas de emergência reabilitadas/construídas	61			
Equipamentos de apoio aos hospitais	20	25		
Número de instalação de novas camas (2005-06)		4,070		
Hospitais Nacionais Centrais	9	10	12	15
Hospitais gerais provinciais	50	55	58	65
Hospitais municipais	137	145	158	165
Clínicas	295	315	325	340
Clínicas de emergência	1,600	1,680	1,695	1,700
Número de camas no hospital	11,977	12,027	13,004	13,711
Recursos Humanos				
Número de trabalhadores engajados em serviços de saúde	65,578	69,343	73,374	75,927
Número de médicos	1,458	1,543	1,643	1,710
Número de enfermeiros	35,593	36,800	37,289	38,856
Medidas anti-epidémicas				
Número de famílias usando o mosquiteiro	1,200,000	2,000,000	3,000,000	5,000,000
Taxa de diagnóstico da TB	40%	60%	75%	85%
Taxa de tratamento da TB	40%	75%	90%	95%
Erradicação da lepra	99%	100%	100%	100%
Medidas de prevenção do VIH/SIDA				
Taxa de infecção no Adulto (ONU-SIDA 2001)	2,7	2,7	2.7%	2.7%

Fonte: Programa Geral do Governo – Extensão para o Biénio 2007-08

B Plano

As políticas de saúde/saneamento, consistem no desenvolvimento de infraestruturas, na prevenção de epidemias e no desenvolvimento da componente humana (recursos humanos). O plano menciona também medidas contra a malária, o VIH/SIDA e prevê o treinamento contínuo dos recursos humanos

Tabela 2-21 Lista de políticas esperada na sector de saúde/saneamento

Objectivo	Grelha de Políticas
(Não foi descrita uma definição confirmada)	<ul style="list-style-type: none">• Prioridade na reabilitação de infraestruturas da rede sanitária, melhoramento dos serviços de saúde através do asseguramento do acesso aos serviços primários de saúde.• Fortalecimento da saúde pública e dos programas de tratamento (da malária, VIH/SIDA, tuberculose, melhoramento da taxa de mortalidade materno/infantil• Reforçar a rede de distribuição dos produtos medicinais primários.• Treinamento do pessoal administrativo relacionado ao sector de saúde.

Fonte: Programa Geral do Governo – Extensão para o Biénio 2007-08

2.4.4 Meio Ambiente

A Situação actual

O plano de 2 anos não detalha a descrição da análise da situação actual e das questões apresentadas, resumindo apenas, os esforços e os resultados alcançados durante o plano anterior. A partir daí, torna-se difícil, fazermos descrições detalhadas neste relatório, levando-nos a fazer um resumo das políticas e programas relacionados a questão.

Como descrevemos no capítulo sobre a agricultura, um dos objectivos relativos ao ambiente é reduzir a produção do carvão e a desflorestação. O objectivo do plano é reduzir para menos de 200,000 das 345,000 toneladas a produção de carvão registadas em 2005. Estas políticas estão reflectidas para a província de Benguela e o Departamento relacionado do governo provincial, reconhece a importância.

Entretanto, apesar do carvão jogar um papel crucial não apenas como fonte de energia nas áreas rurais, mas também como fonte de geração de receitas, são sugeridas para esta direcção, medidas contra a sua prática.

Além disso, apesar de não haver uma organização independente para o sector do ambiente, o Ministério do Urbanismo e Ambiente, está a funcionar de uma maneira alternada. Entretanto, o ministério sofre constrangimentos organizacionais (número de efectivos, capacidade) e baixa prioridade orçamental.⁷

⁷ Há apenas 3 funcionários no departamento do ambiente do governo da província de Benguela, transferidos de outro departamento. Daí que, a insuficiência de recursos humanos especializados é também questão.

Tabela 2-22 Lista de políticas esperada na sector de Meio Ambiente (assunto legislativo)

Objectivo	Políticas e programas principais	Alcançado
Políticas e sistemas de desenvolvimento do ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Formulação de política nacional do ambiente • Relatório sobre a situação geral do ambiente • Programa Nacional de Gestão Ambiental • Política nacional para a poluição do ar e prevenção da poluição sonora • Programa de educação ambiental • Estrutura legal da legislação sobre o ambiente (apresentação de rascunho) 	<ul style="list-style-type: none"> • 30% • 70% • 100% • 30% • 100% • 100%
Questão especial	<ul style="list-style-type: none"> • Programa anti-desertificação • Programa de melhoramento do ambiente no litoral • Programa nacional de protecção da camada do ozono • Pesquisa sobre as substâncias do CFC/HFC em refrigeradores e ar condicionado 	<ul style="list-style-type: none"> • 50% • 30% • 100% • N.A

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

B Plano

Haviam curtas descrições nas políticas ambientais, razão pela qual os detalhes das políticas não foram confirmados. Ainda assim, o plano sugere as seguintes 3 políticas

Tabela 2-23 Lista de políticas esperada na sector de Meio Ambiente (outros assuntos)

Objectivo	Grelha de políticas
Resolução do fenómeno extraordinário	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar a desertificação • Restauração do sistema de saneamento nas zonas urbanas através do plano mestre de urbanização • Formulação do plano/projecto de drenagem/sistema de esgotos nas grandes cidades

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

2.4.5 Outros (questões de género, família)

A Situação actual

Quanto a estas temáticas, não apresenta nenhuma descrição detalhada da análise da situação actual, limitando-se a resumir os esforços feitos neste sentido. Os principais resultados e indicadores alvo são os seguintes:

**Tabela 2-24 Indicadores primários alvo e resultados do plano de 2 anos
(Questões do género e família)**

Indicadores	Actual		Alvo	
	2005	2006	2007	2008
Construção de um centro de treinamento profissional	0	5	9	9
Centro de refúgio para mulheres atingidas pela violência doméstica			9	9
Legislação relativa ao género	0	1		
Legislação contra a violência doméstica			1	
Porporção de membros parlamentares femeninos em %	12%			
Percentagem de participação femenina na tomada de decisões no governo central	15%		30%	30%
Percentagem de participação femenina na tomada de decisões nos governos locais	3%		30%	30%
Mulheres diplomatas	22%		30%	30%
Percentagem femenina dos órgãos de justiça	17%		30%	30%
Proectoras de assuntos de género	0	180	180	180
Número de activistas de assuntos de género	129	900	900	900
Programa de desenvolvimento comunitário (assistência a mulher na área rural)				
Número de activistas formadas a nível provincial sobre violência doméstica	0	900	900	900
Número de treinamentos para a edificação das capacidades	127	2,172	300	550
Número de parceiras treinadas	870	930		
Workshops sobre questões de género	250	500	500	500
Seminários sobre questões de género	20	36	40	40

Fonte: Programa Geral do Govenno-Extensão para o Biénio 2007-08

B Plano

O ministério responsável por estes assuntos é o da Promoção da Mulher e da Família.

Olhando para a grelha de políticas relacionadas ao género, as políticas como a lei contra a violência doméstica ou a acção para a participação da mulher na sociedade civil estão em consonância com os objectivos acima mencionados (do plano de 2 anos).

Entretanto, a não clarificação do objectivo na política de micro-crédito, deixa alguma ambiguidade na ligação entre o objectivo do sector e esta política.

Tabela 2-25 Lista de políticas esperada na sector de género e família

Objectivo	Política
Promoção da Igualdade do género	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da igualdade do género • Promoção do estudo sobre a participação da mulher na política/ tomada de decisões • Melhoramento da situação sócio-económica através do melhoramento dos níveis de ocupações da mulher. • Apoiar o melhoramento da situação sócio-económica da mulher. • Reforçar as equipas e a monitoria das acções anti-violência doméstica (conselhos, ambiente legal) • Aumentar o valor da família • Apresentação do plano rascunho da acção da família • Seminários sobre as bases do lar e associação • Treinar os utilizadores do micro-crédito • Participação na formulação do processo de políticas de micro-crédito a nível nacional • Apoiar o estabelecimento de uma organização que suporta os projectos de micro-crédito de famílias de pequena escala. • Nova legislação contra a violência doméstica

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

2.4.6 Reforma Administrativa/descentralização

O Plano prioriza a reconstrução do sistema de administração em todo o país, como chave para alcançar o desenvolvimento nacional harmonizado e implementar vários programas desde os previstos no plano de 2 anos.

A seguir está a avaliação dos progressos e alcances do plano de 2005-06.

1. Reorganizar os serviços públicos do governo central
2. Desenvolver um sistema de Administração integrado de recursos humanos
3. Promover o recrutamento para o novo sistema administrativo.
4. Estabelecimento do programa da SIAC (Serviços consolidados para os habitantes)
5. Estabelecimento do grau legal de avaliação dos funcionários da função pública.

Tabela 2-26 Indicadores primários alvo e resultados no plano de 2 anos (Reforma da administração/descentralização)

Indicadores	2005	2006	2007	2008
Eleições locais (Autonomia piloto)		41	N.A	N.A
Treinamento e edificação de capacidades dos administradores locais	1	4	4	4
Número de curriculos de formações	52	227	240	240
Grau, qualificação para a descentralização do sistema de administração	-	-	-	-

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

Tabela 2-27 Lista de políticas relacionada com descentralização, administração pública

Programa	Políticas
Reforma administrativa/ Programa de edificação de capacidades	<ul style="list-style-type: none">• Melhoramento da qualidade e dos conhecimentos dos funcionários públicos, com o estabelecimento de uma escola nacional para a administração pública• Execução contínua do plano de formação profissional para os funcionários públicos• Execução contínua de um sistema de administração de recursos humanos integrados• Estabelecimento do sistema da SIAC (Serviços consolidados para habitantes)• Reforço da capacidade de serviços para toda a nação através da promoção da governação electrónica• Modernização da forma electrónica nos sistemas de administração tanto a nível central como provincial• Desenvolver um portal electrónico que permite comunicação entre ministérios• Estabelecer uma rede de Aretnet/Uninet
Programa de descentralização	<ul style="list-style-type: none">• Continuar a criação do diploma relacionado a descentralização administrativa e fiscal• Continuar com o projecto piloto de eleições locais• Sustentar o funcionamento das administrações locais através da reabilitação das infraestruturas administrativas• Reforçar a qualificação e capacidade das equipas das administrações locais através de formações

Fonte: Programa Geral do Governo-Extensão para o Biénio 2007-08

2.4.7 Características gerais do plano

Como uma característica geral do plano de 2 anos, nós podemos razoavelmente concluir que, o plano é relativamente claro em termos de análise das forças e questões dos sectores chaves e estabelece objectivos e indicadores.

De outro lado, há algumas ambiguidades em termos de elaboração de políticas concretas, projectos para o alcance do objectivo.

1. Simples ilustração de conceito de políticas, sem uma clarificação de projectos específicos
2. Falta de priorização de políticas e projectos
3. Falta de mapa orientador concreto, como programa de implementação, orçamento e sistema de execução
4. Falta de uma justificação racional de indicadores alvo e a inadequação e inconsistência entre os indicadores alvo e a estatística actual
5. Falta de estudo de viabilidade nos objectivos do plano
6. Uma ligação não clara entre as políticas e a solução dos problemas devido a ambiguidade de conexão entre o problema-a encontrar>alvo (objectivo)>política

Analisando a partir da política do sector chave do governo provincial e as entrevistas relacionadas mencionadas mais tarde, é suposto que os actuais programas são preferencialmente criados pela aproximação da base-topo (embora seja uma simples

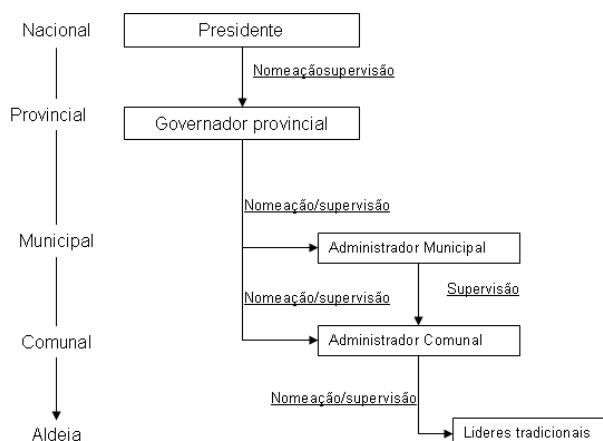
compilação da lista de projectos submetidos pelo município ou comuna), não através de uma consideração sistemática da estrutura destes programas. Daí que, é necessário confirmar como estes objectivos (do plano de 2 anos) estão a reflectir-se no actual processo de fazer políticas e influencia o alvo das políticas regionais.

2.5 Sistema administrativo

2.5.1 Sistema actual

Angola adoptou o sistema presidencialista, que consiste de um presidente como chefe do governo e o parlamento como corpo legislativo. O governo consiste de um primeiro ministro seguido de 31 ministros. O parlamento tem 220 assentos e actualmente 12 partidos, incluindo o partido maioritário o MPLA e o maior partido da oposição a UNITA, ocupam o Parlamento. Há 36 mulheres parlamentares. Em 2008, estão programadas as primeiras eleições gerais desde 1992, que serão seguidas pelas presidenciais em 2009.

O sistema administrativo local consiste formalmente de 3 níveis, províncias, municípios e comunas.



*Fonte: Compilado pela Equipa do Estudo na base da vária informação recolhida

Figura 2-6 Sistema administrativo do governo de Angola

O governador provincial é directamente nomeado pelo presidente. O administrador municipal/comunal é nomeado pelo governador da província. A nível de comunas, há aldeias, uma organização tradicional comunitária, dirigida por um líder tradicional. Estes são seleccionados pelos representantes regionais e servem como coordenadores dos assuntos entre as comunidades.

Entretanto, de acordo com os entrevistados no campo de pesquisa, a mobilização dos refugiados durante a guerra civil, teve grandemente influência no sistema de governação das comunidades e a maioria dos actuais líderes tradicionais é nomeada e supervisionada pelos administradores, como parte do sistema de administração.

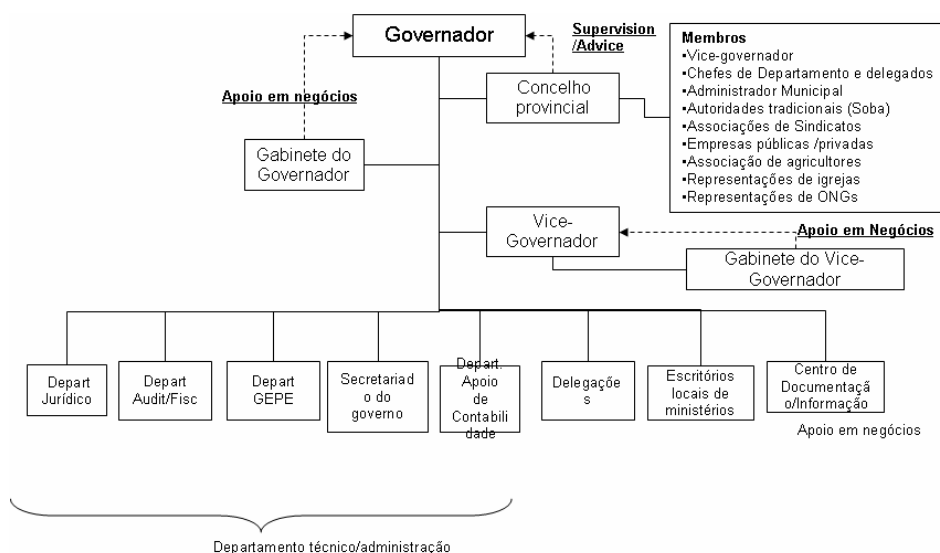
2.5.2 Administração local

O actual sistema de administração local é apresentado através do órgão oficial (Diário da República), publicado em 1999. O diário descreve a estrutura, autoridade e competências nos respectivos níveis de administração (província, município, comuna). A actual estrutura organizacional da respectiva autonomia está descrita como se segue:

(i) Governo provincial

Encabeçado pelo governador provincial, 3 vice-governadores são nomeados, com a instalação de departamentos para cada secção. Além disso, o diário da república publicou em 2007 a criação de comités de acompanhamento formado por representantes de vários grupos e organizações na perspectiva de promover a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões (Ver Capítulo 2.5.3)

Nos governos provinciais existem “delegações” ramificações do governo central.

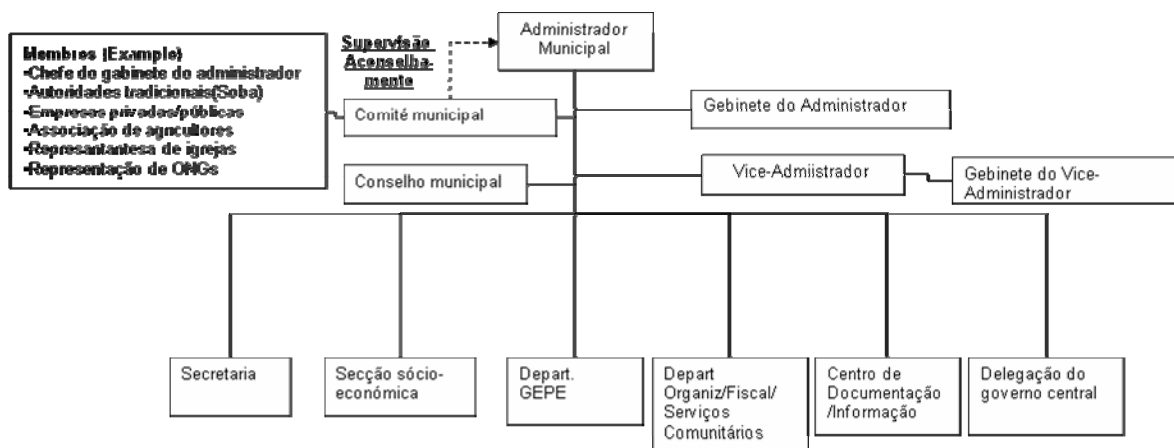


*Fonte: Criado pela Equipa do Estudo baseado no “Diário de República (09/1999 e 01/2007)”

Figura 2-7 Quadro organizacional: Governo provincial

(ii) Município

A estrutura dos órgãos do município é comum ao do governo provincial (embora em diferente escala) e há o funcionamento do comité para reflectir a voz do cidadão, sector chave, departamento e “delegação” a partir do governo central.

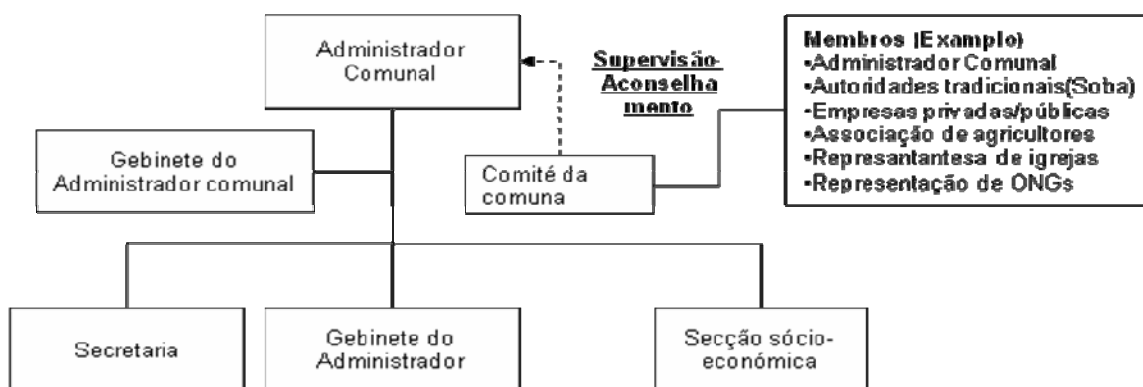


*Fonte: Criado pela Equipa do Estudo baseando-se no “Diário de República (09/1999 e 01/2007)”

Figura 2-8 Organograma dos órgãos do município

(iii) Comuna

A comuna funciona também com uma estrutura simplificada, ainda assim o comité semelhante ao da província e município foi recentemente estabelecido



Fonte: Criado pela Equipa do Estudo baseando-se no “Diário de República (09/1999 e 01/2007)”

Figura 2-9 Organograma da administração da comuna

2.5.3 Descentralização

(i) Política básica

Como foi mencionado no capítulo 2.3.1 (Plano de desenvolvimento de Angola longo prazo/Angola 2025), o princípio básico do processo de descentralização é “a transferência progressiva do poder em função da capacidade de autonomia da comunidade local (Descentralização) e a transferência de recursos financeiros (Desconcentração), uma vez que a sua capacidade chegue a um nível aceitável.

O Diário de República descreveu em Setembro de 1999 e Janeiro de 2007, os detalhes das políticas e a legislação do processo de descentralização.

A edição anterior (1999) descreve a estrutura organizacional, o papel e autoridade das

respectivas autonomias (províncias, municípios e comunas), caracterizada pela transferência de “delegações” para a jurisdição do governo provincial, que originalmente estavam sob jurisdição do governo central.

Até este período, havia entretanto uma censura, segundo a qual o diário não alcançou poder de transferência substancial, uma vez que ele não clarificou a transferência de muitas responsabilidades e autoridades (tal como, a planificação de cidades, a utilização da terra, licenças de construção).

Como ganho desta crítica, o diário foi revisto em 2007 e sugere o seguinte princípio concreto.

1. Transferência da funcionabilidade e poder do governo central e desenvolvimento de um sistema para dar as autoridades locais auto-determinação.
2. Descrição clara do funcionamento acerca da participação dos cidadãos e das comunidades e supervisão no processo de tomada de decisões.
3. Transferência dos recursos financeiros para as autonomias locais (municípios)

A partir de agora, as autonomias locais são responsáveis pela formulação e implementação dos respectivos planos de desenvolvimento e os correspondentes recursos financeiros serão transferidos progressivamente.

Os artigos 85-6 do Diário, descrevem o princípio sobre a transferência dos recursos financeiros, onde consagra que, 50 % de receitas locais, é admitido como recursos financeiros para a própria província e município, enquanto os restantes 50% são encaminhados para a conta nacional⁸.

Embora o Diário sugere o princípio básico da descentralização, não especifica políticas, quais as mudanças dadas grandemente na actual administração local. Ainda é mencionado acerca do novo funcionamento do comité estabelecido na administração municipal e comunal

O comité consiste de várias organizações e grupos a partir da representação regional e funciona como corpo conselheiro no plano de desenvolvimento do município e comuna.

A composição dos membros varia de acordo a situação da respectiva autonomia.

A composição típica é a seguinte.

Composição de membros (exemplo):

Governador provincial, Vice-governador, Chefes de Departamentos, Administrador municipal, representante das autoridades tradicionais (Soba), empresas, associação de agricultores, igrejas e ONGs.

Embora não seja definida com clareza a efectividade do comité, é suposto a dar uma certa influência, desde que eles (membros da autonomia local) reconheçam a importância da voz do

⁸ De acordo o Gabinete de planificação e estatística do município do Lobito as despesas acima de um certo valor (actualmente 1 milhão de US\$) requerem ainda uma aprovação do estado e a transferência dos recursos financeiros não é feita por enquanto de forma completa.

comité na sua intervenção.

(ii) Progresso da descentralização

Actualmente o governo está a implementar progressivamente o processo de descentralização, em função do nível da autonomia. 60 dos 163 municípios da rede nacional, incluindo a área de estudo do Município do Lobito estão seleccionados como autonomias piloto. Já está em curso o processo de transferencial faseada do poder, negócios.

Foram utilizados os seguintes critérios para selecção.

1. Grau de desenvolvimento social e infraestrutural (hospitais escolas, telecomunicações (telefone, internet) estradas)
2. Infraestruturas económicas (banco, indústrias)
3. Posição geográfica
4. Recursos humanos competentes (cuidados médicos, educação)
5. Capacidade dos membros dos municípios nos processos de planificação, implementação e monitorização.

2.6 Assistência de Doadores

2.6.1 Características principais

Os principais doadores em Angola são os multilaterais como o Banco Mundial e as Agências das Nações Unidas e os bilaterais como o Estados Unidos da América, França, Japão e Alemanha. O total de ADO para Angola foi em 2006 de aproximadamente 440 milhões, que ocuparam 1.5% de todo o GNI, longe dos 4.1% do ano anterior.

Esta realidade reflecte o rápido crescimento económico, mudança do papel dos doadores e de sua presença.

Com o rápido crescimento da economia doméstica, através das receitas do petróleo, grandes investimentos estrangeiros de novos doadores (China, Brasil) e as principais companhias petrolíferas mantém o seu fluxo, as quais baixaram as necessidades a procura de concessão de fundos a partir do Banco Mundial ou dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Especialmente a China providencia uma ajuda activa, um montante aproximadamente a US\$12 bilhões de desde 2004. Também na província de Benguela, nossa área de estudo, a China está presente em peso, através do projecto de reabilitação do caminho de ferro.

Para além desses desenvolvimentos, a direcção da assistência dos doadores está virada para o reforço dos fundamentos do uso/gestão efectivos destes enormes fundos através da assistência técnica e edificação da capacidade institucional.

Tabela 2-28 Linhas gerais da ADO para Angola

(Unidade: milhões US\$)

Itens	2000	2006
Montante bruto da ADO	302	442
Topos dos 3 doadores bilaterais (2005)		
América	37	64
Japão	21	26
França	8	24
Taxa da assistência per GNI	4.1%	1.5%
Total da ajuda per capita (US\$)	22	28

Fonte: Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial

Tabela 2-29 Os doadores principais não -OECD desde 2004

País	Credor	Ano	Montante	Finalidade
China	China EXIM Bank	2004	2 bilhões US\$	Investimentos públicos
	China Fund	2005	9.8 bilhões US\$	Projectos do governo
Brasil	Brazil Proex	2006	580 milhões US\$	Investimentos públicos
	Banco de Desenvolvimento do Brasil	2006	750 milhões US\$	Investimentos públicos
Espanha	Santander Bank	2005	100 EURO	Investimentos públicos
	Fortis Bank	2005	250 EURO	Investimentos públicos
Portugal	Portugal-Cosec	2004	300 EURO	Investimentos públicos

Fonte: Banco Mundial 2007 “Memorando de Estratégia provisória para a República de Angola”

O próximo capítulo explica as actividades que envolvem os maiores doadores em Angola

2.6.2 O Banco Mundial

Actualmente a assistência do Banco Mundial tem sido focalizada em 3 áreas, gestão de recursos públicos, apoio a pessoas socialmente vulneráveis e programas relacionados ao crescimento económico.

Especialmente o projecto da ADRP focalizado para a desmobilização e reintegração de ex-militares ou a construção de escolas primárias e infraestruturas sanitárias, através do Fundo de Apoio Social (FAS) tem jogado grande papel dentro do processo de ajuda de emergência.

Tabela 2-30 Areas prioritárias e programas actuais

Sectores	Projectos principais
Gestão de recursos públicos	Gestão Económica e Assistência Técnica de Crédito
Apoio para pessoas socialmente vulneráveis	Fundos para a Desmobilização e Reintegração em Angola (ADRP) Terceira fase do Crédito do Fundo de Apoio Social (FAS) Programa de Recuperação de Emergência Multisectorial Fundos para controlo do VIH/SIDA, Malária Tuberculose
Crescimento económico	Terceira fase do Crédito do Fundo de Apoio Social (FAS) Programa de Recuperação de Emergência Multisectorial

Fonte: Banco Mundial 2007 “Memorando de Estratégia provisória para a República de Angola”

O memorando provisório de estratégia recentemente formulado em Abril de 2007, priorisa as 3 seguintes áreas durante o período de 2007-2009 e prevê investir um total de US\$290 milhões de para 1. Gestão do sector público, 2. Reconstrução de infraestruturas principais e melhoria dos serviços para a redução da pobreza, 3. Promoção do crescimento do sector não-mineral. Embora não feitas mudanças significativas na direcção no seu geral, para além das mudanças no ambiente de assistência (o declínio das necessidades do fundo de desenvolvimento) devido ao rápido crescimento económico e o aumento das receitas provenientes do petróleo, o Banco está mudando a sua direcção de assistência.

O actual foco de assistência é “a edificação da capacidade institucional fundamental para suportar o desenvolvimento sustentável” como é simbolizado pela mudança do financiamento directo para o indirecto e/ou assistência técnica, questões de influência sectorial, como a governação e apoio na capacitação de gestão de recursos da administração.

Tabela 2-31 Políticas e Metas provisórias da assistência do Banco Mundial

Políticas	Áreas prioritárias	Lista do programa planificado, projectos (2007-09)
Promoção da boa governação	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação das receitas do petróleo Gestão transparente da SONANGOL 	<ul style="list-style-type: none"> Projecto de gestão fiscal pública (15 milhões US\$) Aconselhamento, trabalho de pesquisa (estudo sobre as despesas públicas, os sectores de petróleo e diamantes)
Fortalecimento da gestão do sector público e capacidade de governação	Melhoria da gestão fiscal pública	<ul style="list-style-type: none"> Projecto de gestão fiscal pública (15 milhões US\$) Aconselhamento, trabalho de pesquisa ,(estudo sobre as despesas públicas, gestão do débito, medidas de redução da pobreza).
Reconstrução de infraestruturas primárias e melhoramento dos serviços para a redução da pobreza	<ul style="list-style-type: none"> Desmobilização e reintegração dos ex-militares Melhoria ao acesso a educação Energia (electrificação das casas familiares) Melhoramento ao acesso à água potável Medidas de prevenção contra VIH/SIDA, malária 	<ul style="list-style-type: none"> Assistência multisectorial de reconstrução de emergência: fase 2 (102 milhões US\$) Fundo de Apoio Social:fase 4 (FAS/38 milhões US\$) Desenvolvimento de projectos de capacitação do sector das águas (50 milhões US\$) Capacidade de construir infraestruturas de desenvolvimento (25 milhões US\$) Sector da saúde/saneamento (TBA/20 milhões US\$) Aconselhamento, trabalho de pesquisa (ex. Estudo sobre o sector regional de transporte)
Promoção do crescimento do sector não mineral	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da agricultura Desenvolvimento do sector privado e desenvolvimento do clima de investimento 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de projectos agrícolas em pequena escala (30 milhões US\$) Aliança de assistência regional (10 milhões US\$) Desenvolvimento de projectos de capacidade do sector de água (50 milhões US\$)

Fonte: Banco Mundial 2007 “Memorando de Estratégia provisória para a República de Angola”

2.6.3 Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DDI/U.K)

DDI estabelece os 4 seguintes objectivos como metas de desenvolvimento em Angola. O montante de ajuda foi de 5 milhões de libras em 2006, seguidos de 3 milhões em 2007. Além disso, planificou implementar programas regionais e ajuda humanitária para a remoção de minas através de Colectas de Fundos para a Prevenção de Conflitos em Africa do Governo Britânico.

Actualmente eles estão no processo de implementação do Plano de Aliança do país 2007-10

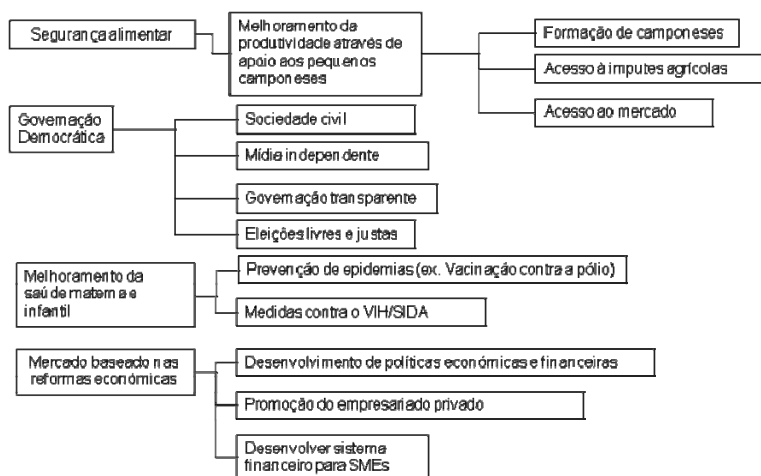
Tabela 2-32 Plano de Aliança do país 2007-10 de DFID

Metas de desenvolvimento	Programas	Projectos
Consolidação da paz e prevenção de conflitos	<ul style="list-style-type: none"> Reintegração dos deslocados internos, refugiados e ex-militares Programas de emergência em saúde, nutrição, água e saneamento e desminagem Edificação da paz através dos meios de comunicação, recolha e remoção de pequenas armas e melhoramento da capacidade de gestão de conflitos 	Informação não especificada
Alargamento do espaço para os cidadãos influenciarem e praticarem a política do estado	<ul style="list-style-type: none"> Educação cívica antecipada às eleições, através do Instituto Eleitoral da Africa Austral Política piloto de descentralização, através do governo de PNUD Parceria efectiva cidadãos – governo para o desenvolvimento local através do programa de Pobreza Urbana de Luanda. 	O Programa de Pobreza Urbana de Luanda
Fortalecer a gestão de recursos públicos para melhorar a transparência, e parar com as desigualdades e reduzir a pobreza	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a transparência do Governo Angolano na gestão dos recursos provenientes do petróleo, incluindo as iniciativas de transparência do fundo mundial da Indústria Extractiva. Melhorar a capacidade do Ministério das Finanças para a orçamentação e monitoria das despesas, através de um treinamento sobre análise de necessidades 	Informação não especificada
Redução da taxa de mortalidade materna/infantil, prevenção do VIH/SIDA	<ul style="list-style-type: none"> Revitalização dos serviços de saúde a nível das comunidades Programas de vacinação Prevenção e control do VIH/SIDA 	Apoio indirecto via UNICEF

Fonte: Website de DFID

2.6.4 Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID)

A política de ajuda da USAID tem alvo que segue 4 Objectivos Estratégicos (adiante OE), 1. Segurança alimentar, 2. Promoção da governação democrática, 3. Melhoramento da saúde materno/infantil (programas de vacinação e contra o VIH/SIDA), 4. Reforma económica.



Fonte: Compilado pela Equipa do Estudo na base de uma variada informação

Figura 2-10 Estrutura de Objectivos Estratégicos da USAID

A assistência em 2004-06 foi aproximadamente de 47 milhões de dólares americanos, dos quais 54% foi direccionado a projectos de saúde materno/infantil. Como ficou evidente nos indicadores de progresso das MDG acima mencionadas, Angola actual sofre de indicadores de desenvolvimento humano (baixo) apesar do seu rápido crescimento económico.

Para corresponder a essas questões, a USAID enfrenta duas grandes realizações, melhoramento do sector social (tal como a saúde materno e infantil) e uma sociedade estável através do mercado orientado à reformas económicas.

Tabela 2-33 Registo da assistência da USAID 2004-06

(unid: 1,000US\$)

Objectivos Estratégicos (OE)	2004	2005	2006	Total
Segurança alimentar	3,111	1,388	800	5,299
Sociedade civil forte (promoção da governação democrática)	3,984	4,050	3,068	11,102
Melhoramento da saúde materno/infantil e VIH/SIDA	10,100	8,086	7,300	25,486
Reforma económica (Estudo sobre o economia de mercado)	555	1,778	3,176	5,509
Total	17,750	15,302	14,344	47,396

Fonte: Website da USAID

Além disso, a USAID apoia o programa de alfabetização no adulto nas províncias de Luanda e Malange, usando o Fundo de Iniciativas de Educação em Africa, como também presta assistência a crianças do sexo femenino na instrução escolar.

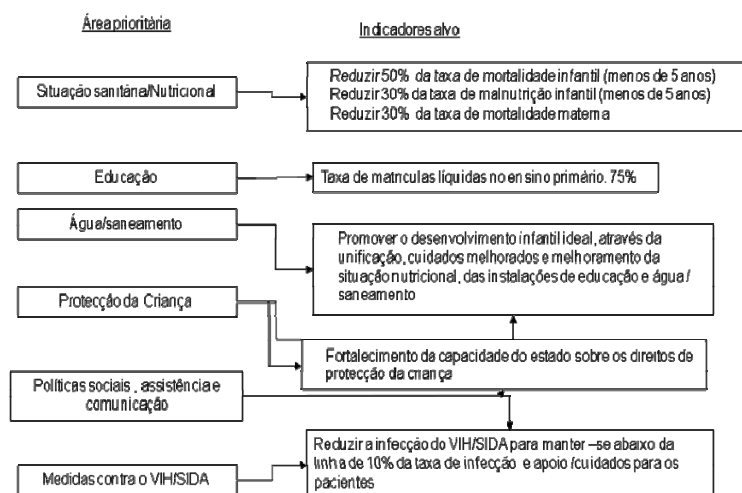
Essas intervenções têm o apoio directo de ONGs.

2.6.5 Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

A actual política da UNICEF no país (2005-08) corresponde ao desenvolvimento da estrutura da ONU e das prioridades e alvo do PRSP. As políticas foram formuladas em 2004, no período de transição da ajuda de emergência.

Até a data, problemas como a cólera, ainda se espalham, mostrando necessidade de ajuda de emergência em Angola, daí que a UNICEF promove políticas de assistência e ajuda de emergência em paralelo.

As seguintes prioridades e alvo são sugeridas na política. Na base dessas políticas, em conjunto com a assistência directa tal como em vacinação, estão a ser implementados, apoios como formulação de políticas do governo e campanhas de prevenção do VIH/SIDA.



Fonte: Compilado pela Equipa do Estudo na base de variadas fonte

Figura 2-11 Política da UNICEF no País (Esboço Conceptual de Estratégia 2005-08)

Tabela 2-34 Área prioritária de apoio de UNICEF

Área	Principais projectos
Sanitária	<ul style="list-style-type: none"> Política de Apoio: Apoio na formulação de programas de longo prazo do governo para o reforço do sistema sanitário Água /saneamento: Fornecimento de cloro para os sistemas de abastecimento de água com vista a prevenção da cólera e instalação de sistemas de filtro de água para as famílias Programas contra o VIH/SIDA: Promover os serviços de CATV a nível nacional em colaboração com o governo, campanhas de prevenção do VIH/SIDA
Educação	Construção/reabilitação de escolas, programas de alfabetização e formação de professores através de ONGs

Fonte: Equipa de Estudo

A próxima política da UNICEF para o país (2009-13) espera-se seguir basicamente a direcção da anterior. Semelhante a anterior política, ela sugere dois objectivos últimos, “Corresponder as necessidades das crianças e mulheres através da definição prática do alvo e das políticas e reflectir estas políticas no plano e políticas de desenvolvimento nacional” e “Fortalecer a capacidade do estado para revitalizar e assegurar os serviços básicos sobre as crianças e mulheres”.

Como centro do programa de políticas, a UNICEF formulou em conjunto com o governo de Angola o “Plano de investimento para assegurar e acelerar a sobrevivência e desenvolvimento da criança (2007-2013)”.

Este programa inclui a revitalização dos serviços de saúde primários a nível nacional e o programa para alcançar as MDGs relacionadas com os indicadores sanitários. A primeira fase está programada para iniciar em 2007 tendo como alvo 33% de população infanto-juvenil em 5 províncias.

Outro como este, prevê estabelecer uma rede de protecção para crianças orfãs, protecção legal dos adolescentes, promoção da reforma legal no registo de nascimentos, promoção da educação e plano mestre de formação de professores.

2.6.6 União Europeia (UE)

A actual política de assistência ao país prioriza o seguinte, 1. Desenvolvimento social: saúde/saneamento e educação, 2. Desenvolvimento Económico: desenvolvimento do sector privado, 3. Desenvolvimento da agricultura rural: segurança alimentar, desminagem, 4. Ajuda de emergência para a consolidação da paz.

A próxima política de assistência ao país não está ainda concluída embora dar prioridade as seguintes áreas.

Tabela 2-35 Área prioritária de UE

Área prioritária	Política	Projecto
Reforma governativa económica/institucional	<ul style="list-style-type: none">• Modernização da administração e reforma institucional• Descentralização• Reforma Judicial• Gestão fiscal• Sistema politico transparente	<ul style="list-style-type: none">• Fundo apoiado pelo FAS• Edificação da capacidade institucional das autonomias locais pelas ONGs
Desenvolvimento social/humano	<ul style="list-style-type: none">• Educação• Saúde/sanitário• Apoio a população socialmente vulnerável• Água, saneamento• Desenvolvimento de infraestruturas sociais	<ul style="list-style-type: none">• Fundo apoiado pelo FAS• Apoio do programa do governo de desenvolvimento rural (PDGR)• Reabilitação de escolas através de ONGs, como a ADRA
Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none">• Apoio aos camponeses locais SMEs• Reintegração sócio-económica de pessoas vulneráveis• Desminagem• Desenvolvimento de infraestruturas básicas	<ul style="list-style-type: none">• Fundo apoiado pelo FAS• Projecto de agricultura em Benguela, Huambo, Bié• Fundo apoiado pela FAO, propriedade de divisão de projectos

Fonte: Compilado pela Equipa de Estudo no base de fontes validados incluindo website de UE

Na província de Benguela, estão a levar a cabo uma assistência indirecta na área da educação, agricultura e edificação da capacidade institucional das autonomias locais, através de fundos alocados ao FAS, ONGs locais e a GTZ.

O principal programa actual é o projecto de melhoramento da produtividade, mediante a entrega de máquinas, gado e sementes e apoia o projecto de registo de propriedade das terras nas comunidades, através da FAO.

2.6.7 Cooperação Técnica Alemã (GTZ)

A GTZ tem estado activa em Angola desde 1995. Não tem formulado um plano específico e tem implementado uma pequena assistência com os seus próprios fundos. As áreas prioritárias são o desenvolvimento rural e a edificação da capacidade institucional do sistema administrativo.

Recentemente, a GTZ levou a cabo um projecto de cooperação técnica através dos fundos do Banco Mundial e da UE.

Os seus principais projectos na província de Benguela são “o melhoramento da produtividade

de pequenos camponeses” e a “Formulação de planos de desenvolvimento para os municípios da Ganda e Cubal”

Tabela 2-36 GTZ: Principais projectos

Área prioritária	Principais projectos, programa
Melhoramento dos administradores e suas capacidades institucionais	Municípios da Ganda/Cubal: Formação dos administradores e apoio na formulação dos planos de desenvolvimento dos respectivos municípios
Melhoramento da produtividade dos camponeses de pequena escala	Apoio através do Banco Mundial e UE: Cooperação técnica como a provisão de equipamentos, gado de tracção, reabilitação de pequenas valas de irrigação (nas províncias de Benguela, Huambo, Huila)
Desmobilização e reintegração dos ex-militares e desenvolvimento rural	Programa para a desmobilização e reintegração de ex-militares (através dos fundos do Banco Mundial)
Reabilitação de pessoas portadoras de deficiência físicas	Gestão do Centro de Ortopedia nos subúrbios de Luanda
Ajuda de emergência (segurança alimentar)	Assistência alimentar e consolidação da paz na província do Uíge
Desenvolvimento de infraestruturas sociais	Através do apoio vindo da UNHCR: Reabilitação de pontes na província da Lunda Norte

Fonte: Compilado pela Equipa de Estudo no base de fontes validados incluindo entrevista no escritório de Benguela de GTZ

2.6.8 Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

Na era de ajuda de emergência depois do fim da guerra civil a tarefa prioritária da FAO foi, principalmente, ajudar na produção dos camponeses (através da provisão de fertilizantes e sementes).

Agora, na era da reconstrução da sociedade, a sua prioridade está centrada no desenvolvimento de infraestruturas básicas para o desenvolvimento social adicional

Actualmente a FAO com o financiamento da UE, leva a cabo o “Reordenamento da terra (2006-09)”⁹ em três províncias incluindo Benguela. Este projecto foi sugerido na base da nova legislação sobre propriedade de terra, que legalmente autoriza propriedades de terras comuns comunitárias.

O projecto é de cooperação técnica, o qual tem como objectivo, confirmar tradicionalmente a propriedade da terra, pela própria comunidade, pela combinação de metodologia como RRA¹⁰, mapeamento da base de dados da GIS.

A confirmação/registo do proprietário legal da terra é fixado através de um acordo escrito dos habitantes com a aprovação do governo. Esta confirmação será considerada importante para o desenvolvimento da agricultura, pois será o requisito para o crédito agrícola.

Segundo a FAO, planifica pesquisar aproximadamente 35-40 comunidades até 2009 e a Equipa de pesquisa do governo (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério do Urbanismo e Ambiente) assumirá as comunidades em falta.

⁹ Levado a cabo em Benguela, Huambo, Huila. O custo total do projecto é de 2.75 milhões de EURO

¹⁰ Abreviação de Diagnóstico Rural Rápido, a metodologia de pesquisa do perfil das aldeias através de entrevistas aos habitantes, etc

2.6.9 Programa Mundial de Alimentação (PAM)

Depois da era de ajuda de emergência depois da guerra civil o PAM providenciou alimentação equivalente a 350 milhões de dólares através do “Programa Comida Pelo Trabalho” e programa de merenda escolar.

Embora continue a providenciar alimentação para instituições de ensino em 3 províncias, Bié/Huambo/Luanda, segundo os escritórios do PAM em Angola, há uma discussão interna entre os países doadores sobre a justificação de continuar com esta ajuda, quando o país regista um rápido crescimento macroeconómico.

Portanto, apenas 20% das contribuições requeridas tem sido recebidas para a execução do programa de ajuda alimentar (2007-09) e o PAM é obrigado a reduzir a esfera de acção do programa em grande parte. Outros programas em execução como cooperação técnica são também revistos com a possibilidade de cancelamento. Ainda não está planificada alguma intervenção para 2008, e perspectiva encerrar com os escritórios regionais em 2008

Com as evidências acima, a intervenção do PAM em Angola, que vem gradualmente desde a fase de ajuda de emergência está na fase de retirada.

Tabela 2-37 História da assistência do PAM

Anos	Custos (milhões US\$)	Número de beneficiários	Quantidade de comida (mt)	Crescimento a partir de anos anteriores
2002	57.12	1,191,857	79,663	-
2003	139.52	1,991,447	194,594	244%
2004	80.22	1,308,931	118,669	61%
2005	45.44	1,136,633	68,640	58%
2006	19.98	443,974	24,363	35%
2007	11.84	273,773	14,436	59%
2008/09	3.63	30,000	4,427	31%

Fonte: Escritório Nacional do PAM em Angola

Tabela 2-38 Linhas gerais dos projectos do PAM em execução

Projecto	Linhas gerais/Situação	Custo dos projectos	Parceiros
Ajuda alimentar para educação e saúde em áreas de conflito (2006-09)	Ajuda alimentar para instituições de ensino no Bié/Huambo/Luanda	US\$90 milhões (possibilidade de cancelamento parcial)	Governo de Angola, EUA, Japão e França
Construção de pontes para assegurar o acesso das pessoas socialmente vulneráveis	12 pontes de madeira e 11 metálicas já foram construídas, estando em construção 7 metálicas	Aproximadamente 8 milhões US\$	UE, DFID, Noruega, Suíça
Cooperação técnica (edificação de capacidade) (2007-09)	Saúde, agricultura/segurança alimentar, educação	Não fixado (sob revisão de cancelamento parcial)	Brasil

Fonte: Escritório Nacional do PAM em Angola